

WANDA GRIEP HIRAI

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR:
a importância da produção para o autoconsumo
em três municípios do RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2008

Dados de catalogação na fonte:
(Marlene Cravo Castillo – CRB-10/744)

C668a Hirai, Wanda Griep

Agricultura familiar e segurança alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS / Wanda Griep Hirai. - Pelotas, 2008.

145f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. - Pelotas, 2008, Flávio Sacco dos Anjos, Orientador.

1. Segurança Alimentar 2. Agricultura familiar 3.
Autoconsumo I Sacco dos Anjos (orientador) II .Título.

CDD 307.72

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Prof. Dr. Volnei Krause Kohls

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

*Por meio das telecomunicações vemos que tem
muita fome no próprio país e no mundo.
Enquanto, que nós [agricultores familiares] não
temos como comercializar e, acabamos
botando o produto fora. E isso eu acho uma
coisa bastante injusta.*

N.B. (Agricultora familiar, Canguçu)

**A todos agricultores familiares
representados pelos meus pais e
aos meus filhos.**

Agradecimentos

Quando um trabalho se gesta de forma compartilhada, o seu fruto adquire outra dimensão, porque cada avanço, cada descoberta, cada dificuldade e cada crítica podem ser pensadas e avaliadas de formas distintas. Ter humildade para reconhecer as falhas e a sabedoria para agradecer a contribuição e o apoio de muitas pessoas torna-se fundamental neste momento de conclusão de mais uma etapa da minha formação acadêmica.

Deixo assim registrados meus agradecimentos.

Aos meus filhos, Thiago e Raquel por todo o amor que nos une e sempre nos fortaleceram, para que nos lançássemos em busca de nossos objetivos.

Aos meus pais que, através do seu modo de vida, como agricultores familiares, foram exemplos de luta e de trabalho perseverante na educação e no trabalho com a terra.

Ao meu orientador, Flávio Sacco dos Anjos, que aceitou o desafio da orientação, apesar das adversidades advindas do escasso tempo disponível para a construção e finalização deste processo. Agradeço de coração pela paciência, apoio e competência profissional.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, pela excelência dos conhecimentos transmitidos e aos colegas da primeira turma do programa, com os quais tive a oportunidade de conviver. Dentre estes, de forma especial, à Nádia Velleda Caldas, pela amizade e por disponibilizar seus conhecimentos técnicos na formatação final desta dissertação, ao Eberson Eicholz e ao Cláudio Becker que, incansáveis, me acompanharam indicando as localidades das propriedades dos agricultores familiares nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul.

Às alunas do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, Ana Carolina M. Jardim, Jurema Martirena, Juliana M. Garcia, Janaína M. Gonçalves, Daiane D. Cassal, Alessandra Beck que muito contribuíram, seja na pesquisa de campo, na tabulação e na sistematização dos dados.

Ao Centro de Informática (CI) e ao Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA) da UCPEL, na pessoa de Paula Amin e de Eri Massaú, pela disponibilidade e apoio.

Às organizações que se envolvem com a agricultura familiar nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu, respectivamente, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Federação dos Agricultores Familiares (FETRAF) e União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), que contribuíram no sentido de indicar os agricultores familiares pesquisados.

Às minhas amigas Maria Manuela Valente pela solidariedade, Ana Luisa Xavier Barros pela atenção em ler meus textos de forma crítica e, sobretudo, de dimensionar a importância do tema da dissertação para a área do Serviço Social e a Alaíde Motta, cuja amizade e companheirismo serviram de incentivo quando o cansaço e a falta de tempo deixavam dúvidas quanto à finalização desta dissertação.

Aos assistentes técnicos, Guido Hirdes motorista, que assumiu a responsabilidade de conduzir a equipe pelas estradas empoeiradas ou enlameadas da zona rural, pois, para finalizar a pesquisa, nem a chuva foi obstáculo e à pedagoga Mara Brum, presente com seu apoio bem humorado na assessoria às gravações.

Por fim e de modo especial, aos trinta agricultores familiares e suas famílias que interromperam sua rotina de trabalho e nos receberam em suas propriedades de forma hospitaleira e solidária. Foram seus depoimentos, suas expressões e seu modo de vida que deram sustentação para nossas conclusões. Muito mais do que informações, suas falas permitiram que compartilhássemos fragmentos de suas vidas, experiências ricas e fecundas de um saber forjado no trabalho que se fundamenta em valores e crenças de uma cultura que necessita ser preservada.

Resumo

HIRAI, Wanda Griep. **Agricultura Familiar e Segurança Alimentar: a importância da produção para o autoconsumo**, 2008. 140 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta dissertação aborda o tema da segurança alimentar no contexto da agricultura familiar, tendo como base pesquisa realizada nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu, no extremo sul gaúcho. O foco do estudo centrou-se na questão do autoconsumo, envolvendo o conjunto de práticas adotadas pelas famílias para assegurar o atendimento pleno ou parcial de suas necessidades alimentares, tanto de produtos de consumo imediato (de origem vegetal ou animal) quanto transformados, como é o caso dos artigos da chamada indústria doméstica rural (queijos, embutidos, conservas, etc.). As práticas de autoconsumo expressam a matriz cultural das famílias rurais, em que pese o valor simbólico atribuído aos produtos gerados no próprio estabelecimento rural em comparação com o que é adquirido externamente, no comércio, ou em outras unidades de produção. A pesquisa de campo foi realizada em trinta (30) estabelecimentos de agricultura familiar cuja atividade comercial principal das famílias reside na produção do leite, pêssego e/ou fumo. Os resultados indicam que apesar das inúmeras transformações ocorridas através do tempo, as práticas de cultivo para a autoprovisão persistem nos estabelecimentos pesquisados, embora isso não assegure que essa produção seja quantitativa e qualitativamente suficiente para suprir todas as necessidades do grupo familiar. A diminuição do número de pessoas que compõem o núcleo familiar, o alto custo de insumos, a escassez de mão-de-obra e a ausência de políticas agrícolas que assegurem preços satisfatórios aos produtos foram apontados como fatores que conferem vulnerabilidade econômica às famílias dessa região. O esforço por atender às novas necessidades materiais empurra as famílias rurais a incrementarem a produção de cultivos comerciais, sacrificando a produção para o autoconsumo. A presença, cada vez mais freqüente, de camionetas vendendo

hortifrutigranjeiros é um claro indício do declínio no nível de protagonismo da produção de autoconsumo para um grande número de famílias rurais.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar; autoconsumo.

Abstrat

HIRAI, Wanda Griep. **Family Agriculture and Food Security: the importance of production for self-consumption**. 2008. 140 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The present dissertation approaches the theme of food security in the family agricultural context, having as its basis a research performed in the municipalities of Pelotas, São Lourenço do Sul and Canguçu. The focus of the study is centered upon the issue of self-consumption, which involves a myriad of practices adopted by families to ensure the full or partial demand of their feeding needs, both for immediate consummation products (vegetable or animal source) and transformed, which is the case of those items of the so-called rural domestic industry (cheeses, sausages, preserves, etc.). The self-consumption practices present a cultural matrix among rural families, in spite of the symbolic value attributed to products generated within the very rural establishment, as compared to the ones which are acquired externally in usual commerce or from other production units. The field-work was performed within 30 family agricultural establishments whose main commercial activity lies on the milk, peach and/or tobacco production. The results show that in spite of the several transformations which have occurred through time, the cultivation practices for self-provision still remain among the researched establishments, though this does not assure that this production be quantitatively and qualitatively sufficient to supply all the family group necessities. The decreasing number of people who comprise the family nucleus, the high cost of income, the scarcity of labor, and the absence of an agricultural politics which ensures satisfactory prices to products, all were named as factors which give economic vulnerability to the families in this region. The effort to answer to the new material necessities forces families to increase the production of commercial cultivation, thus sacrificing the self-consumption production. The more and more frequent presence of vans which sell

horticulture farming products is a clear evidence in the decline of the performance level of self-consumption for a large number of rural families.

Keywords: family agriculture, food security, self-consumption.

Lista de figuras

Figura 1	Mudanças indicadas pelos entrevistados do tempo atual com relação ao tempo dos pais	102
Figura 2	Tipos de criações presentes nos estabelecimentos investigados ...	114
Figura 3	Produtos agrícolas informados pelos agricultores familiares e que se destinam ao autoconsumo nos três municípios estudados segundo o número de famílias.	116
Figura 4	Distribuição percentual das famílias entrevistadas segundo a atuação de seus membros nas atividades de criação de animais para atender ao autoconsumo familiar nos três municípios pesquisados.	119
Figura 5	Porcentagem das famílias que possuem horta e pomar nos três municípios investigados.....	120
Figura 6	Distribuição das famílias entrevistadas segundo a informação sobre a compra de produtos nas kombis.....	125
Figura 7	Distribuição das famílias entrevistadas segundo a informação sobre a ,melhora da alimentação hoje se comparada ao tempo dos pais	128

Lista de tabelas

Tabela 1	Distribuição do número e percentual dos estabelecimentos agrícolas familiares e participação percentual no VBP dos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu.....	79
Tabela 2	Distribuição das famílias entrevistadas segundo a quantidade de residentes por estabelecimento	80
Tabela 3	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 2000/2004.....	82
Tabela 4	Distribuição dos membros da família segundo o nível de escolaridade.....	83
Tabela 5	Distribuição das famílias entrevistadas segundo a etnia familiar predominante.....	85
Tabela 6	Distribuição dos estabelecimentos segundo a existência de pensionistas e/ou aposentados na família.....	88
Tabela 7	Distribuição das famílias entrevistadas segundo o tempo de residência no estabelecimento rural	89
Tabela 8	Distribuição das famílias entrevistadas segundo a forma de acesso à terra.....	90
Tabela 9	Distribuição das famílias sobre o desejo de permanência ou não meio no rural	94
Tabela 10	Distribuição percentual dos entrevistados segundo a indicação da principal dificuldade enfrentada na atividade agropecuária.....	96
Tabela 11	Distribuição das famílias entrevistadas segundo a posição sobre como era a vida no tempo dos pais em relação ao tempo presente	98
Tabela 12	Produtos agrícolas produzidos no tempo dos pais destinados ao autoconsumo nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu.	111
Tabela 13	Distribuição percentual dos entrevistados segundo a opinião sobre a mudança, ou não, de hábitos alimentares em relação ao tempo dos pais	123

Lista de siglas

AFDLP	Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluratividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul
CI	Centro de Informática
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FETRAF	Federação dos Agricultores Familiares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
ITEPA	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
LOSAN	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESA	Ministério Extraordinário de Combate à Fome e à Insegurança Alimentar
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Programa Comunidade Ativa
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRODEA	Programa de Distribuição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

1 Introdução.....	17
1.1 O problema de pesquisa.....	17
1.2 Os objetivos da pesquisa	21
1.3 Metodologia da pesquisa.....	21
2 Agricultura familiar e autoconsumo.....	26
2.1 Os fundamentos teóricos dos clássicos sobre a questão agrária: Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov	27
2.1.1 Marx e o desaparecimento da agricultura	27
2.1.2 O desenvolvimento agrário na perspectiva de Kautsky e Lênin	29
2.1.3 Chayanov e a reprodução da unidade camponesa	33
2.2 Campesinato e agricultura familiar	37
2.2.1 O campesinato no Brasil	39
2.3 Agricultura familiar: outras elaborações	41
2.4 Concepção de autoconsumo	43
2.5 A autoprovisão e seus imbricamentos culturais.....	49
3 Estado e segurança alimentar: alcances e limitações das políticas públicas no Brasil.....	52
3.1 Segurança alimentar um conceito ampliado	52
3.2 Focalizando os aspectos históricos e conceituais da segurança alimentar	53
3.3 As políticas de segurança alimentar no Brasil.....	62
3.4 A política de segurança alimentar a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	65
3.5 A implantação dos CONSAD(s): uma estratégia de inclusão social? .	66
3.6 Alguns resultados quanto a segurança alimentar, segundo dados da PNAD 2004.....	69
3.7 Perspectivas da luta contra a fome	71

4 O universo empírico: cenários da agricultura familiar em três municípios do Rio Grande do Sul	73
4.1 Situando o universo empírico	73
4.2 As bases históricas de formação das propriedades agrícolas familiares pesquisadas	74
4.2.1 A chegada dos imigrantes alemães ao sul do Brasi	77
4.3 A agricultura familiar nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu	79
4.3.1 A família dos agricultores pesquisados	80
4.3.2 Escolaridade pode significar ruptura com a vida do campo?	81
4.3.3 Aspectos étnicos das famílias rurais	84
4.3.4 A relevância da previdência rural nas explorações familiares	87
4.3.5 Tempo de vida no estabelecimento	88
4.3.6 A aquisição da terra	89
4.4 A permanência no campo	93
4.5 Tempos difíceis para a Agricultura familiar	95
5 Transformações no mundo da agricultura familiar e suas implicações na produção para o autoconsumo e segurança alimentar das famílias	100
5.1 O tempo dos pais e as mudanças ocorridas	100
5.2 Os fatores da mudança segundo os agricultores familiares	102
5.3 As implicações da Revolução Verde sobre a forma de produzir	108
5.4 A produção no tempo dos pais e a de hoje: tempos que se distanciam e se aproximam mediados pelas práticas da produção para o autoconsumo	110
5.5 A criação de animais para o autoconsumo	113
5.6 Os alimentos produzidos pelos agricultores familiares em tempos de insegurança alimentar	115
5.7 A criação de animais : uma atribuição da mulher	118
5.8 A horta e o pomar: o risco da insuficiência para o autoconsumo	120
5.9 Mudanças na alimentação e segurança alimentar segundo as famílias rurais	122

5.10 O comércio de hortifrutigranjeiros nas comunidades: as kombis na cena rural.....	124
5.11 Compreendendo outra dimensão da segurança alimentar: se come melhor hoje ou antigamente?	127
6 Conclusões	131
Referências.....	134
Apêndices	139

1 Introdução

A presente seção apresenta os principais elementos que estruturam essa dissertação de mestrado, destacando os aspectos pertinentes ao problema de pesquisa, os objetivos e a metodologia utilizada para a consolidação do trabalho.

1.1 O problema de pesquisa

No momento em Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, passa a integrar o marco jurídico brasileiro e que tem como objetivos: assegurar o direito à alimentação a todas as pessoas, definir Segurança Alimentar, implantar um princípio de soberania alimentar e difundir um caráter intersetorial para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, torna-se necessário a mobilização dos diversos segmentos sociais envolvidos para que se avance nessa matéria, já que a questão possui interesse social e prioridade na agenda pública do país.

Esta dissertação pretende incidir nesse plano, coincidindo com o esforço de outros pesquisadores brasileiros, oriundos das mais diversas áreas de conhecimento, que elegeram a Segurança Alimentar como objeto central de estudo, considerando suas múltiplas implicações. Através de estudos dessa natureza busca-se estabelecer conhecimentos capazes de avançar na consolidação de práticas, que venham ao encontro das reais necessidades da população, na perspectiva de simultaneamente assegurar o direito à alimentação e reduzir os graves problemas a ela associados.

Como é sabido, trata-se de uma questão atualmente convertida em objeto de atuação do Estado brasileiro, a partir do “novo marco político e institucional, que estabeleceu um conjunto de iniciativas visando assegurar esse direito às pessoas, particularmente das que se encontram momentânea ou permanentemente impedidas de satisfazerem suas necessidades alimentares básicas. No Brasil esse tema não é recente e as tentativas de superação, invariavelmente, não atingiram os resultados esperados (TAKAGI, 2005, p.105).

Alguns dados mais recentes dão conta do quadro da insegurança alimentar no Brasil, como é precisamente o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílio (PNAD, 2004) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que desenvolveu estudo específico sobre esse tema, chegando a um conjunto de informações bastante relevantes. Segundo essa fonte, existe atualmente 51,8 milhões de domicílios particulares no Brasil, nos quais 18 milhões experimentaram algum tipo de insegurança alimentar (IA). A de tipo leve atinge 8,3 milhões de domicílios ou 16,0% do total, ao passo que a de tipo moderada e grave alcançam respectivamente 6,3 milhões e 3,3 milhões de domicílios, ou o que equivale a percentuais equivalentes a respectivamente 12,3% e 6,5% do total.

Chama a atenção o fato de que esse fenômeno incide no meio rural de modo mais intenso, em termos relativos, do que no meio urbano. Em termos gerais, ela alcança 43,4% destes domicílios, sendo 17,4% de tipo leve e 17,0% e 9,0% de tipo moderada e grave, respectivamente. Nada menos que 72 milhões de pessoas moram em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar, sendo 32,6 milhões com insegurança leve, ao passo que 25,6 milhões e 13,9 milhões vivem em domicílios rurais com insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente.

Com relação ao Estado do Rio Grande do Sul a insegurança alimentar atinge 2.986 468 pessoas em todas as suas formas ou 27,8% do total. No meio urbano a proporção de indivíduos nessa condição equivale a 29,7%, enquanto que no meio rural ela ascende a aproximadamente 19,5%.

Frente a esse quadro caberia indagar: em que medida as transformações oriundas do processo de modernização de nossa agricultura contribuíram para gerar esse quadro? Este estudo parte da premissa de que a revolução verde alterou profundamente a forma de organização da agricultura familiar gaúcha, especialmente com relação ao que a literatura define como práticas de autoconsumo ou autoprovisionamento. O foco dessa pesquisa orienta-se sobre o estudo dessas práticas, tendo como base um conjunto de informações levantadas recentemente através de projeto de investigação, realizado pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, sob apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Buscar-se-á examinar a importância do autoconsumo em propriedades familiares do Estado do Rio Grande do Sul, localizadas em três municípios gaúchos, a saber: Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul.

Preliminarmente torna-se fundamental estabelecer algumas definições diretamente relacionadas com o objeto do presente projeto, quais seja a noção correspondente, à agricultura familiar e o conceito de segurança alimentar.

Estudos recentes identificam a importância da agricultura familiar enquanto categoria de investigação nos mais diferentes países do mundo. Entrementes, não raras vezes associam esse conceito a outras denominações tais como “agricultura de subsistência”, “pequena produção”, “agricultura campesina”, bem como a formas de referência que buscam argumentar sua irrelevância do ponto de vista da contribuição à formação da riqueza econômica do país. Há, portanto, enorme importância no sentido de identificar as características que permitem defini-la enquanto forma social de produção.

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm como característica fundamental a gestão familiar, sendo o estabelecimento ao mesmo tempo, unidade de produção, de reprodução social e de consumo. Dessa forma, entende-se que o estudo da dinâmica da agricultura familiar passa pelo reconhecimento de que é a família e não o estabelecimento rural a unidade de referência.

No Brasil, aproximadamente 85% do total de estabelecimentos rurais pertencem a grupos familiares, o que corresponde a 4,1 milhões de unidades produtivas que absorvem o trabalho de 13,8 milhões de pessoas. E disso resulta a produção de cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do valor bruto da produção agropecuária (EMBRAPA, 2006). Dessa forma, a Agricultura Familiar representa um fator crucial para a implementação da política de Segurança Alimentar no país, pois além de criar oportunidades de trabalho local, diversifica a atividade econômica e principalmente, produz alimentos em espaços agrários próximos aos locais de consumo, evitando com isso gastos com transporte além de possibilitar maior aproveitamento de alimentos regionais, cujo consumo está relacionado intimamente aos hábitos culturais das populações.

A definição clássica de segurança alimentar estabelecida pela FAO, “determina que haja uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (BELIK, 2003, p.47). Percebe-se que esse conceito é bastante amplo, pois comporta as noções não só do alimento, mas também da sua qualidade nutritiva. Enfatiza os aspectos do acesso, qualidade e disponibilidade,

valoriza os hábitos alimentares adequados e coloca a segurança alimentar e nutricional como condição de cidadania. Entende-se atualmente por segurança alimentar e nutricional

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (IBGE, 2006, p.21).

Sabe-se que para garantir a segurança alimentar há necessidade de programas de combate à pobreza e de promoção de equidade social. Logo, para que isso ocorra, devem ser promovidas mudanças estruturais que assegurem trabalho e renda para o conjunto da população ameaçada pela insegurança alimentar.

Referindo-se à questão da fome e à produção de alimentos, Amrtya Sen destaca que a fome relaciona-se também ao funcionamento da economia e mais amplamente, com a ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar direta ou indiretamente, no potencial das pessoas para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição, sendo que as pessoas passam fome quando não conseguem estabelecer seu “intitlamento”¹ sobre uma quantidade suficiente de alimentos (SEN, 2000). Dessa forma, políticas governamentais sensatas podem funcionar no sentido de permitir uma ativa participação de partidos políticos, organizações não governamentais e demais instituições que facilitem o avanço das discussões com embasamento adequado.

Nessa perspectiva, torna-se importante abordar o tema Segurança Alimentar no contexto da Agricultura Familiar, destacando-se as dinâmicas econômicas e sociais e apreendendo a diversidade sócio-espacial e cultural das populações e, em especial, os elementos que compõem a reprodução das unidades familiares rurais principalmente no que tange à esfera do “autoconsumo familiar” ou “consumo improdutivo”, entendido preliminarmente como “produtos ou processos que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar” (SACCO DOS ANJOS, 2005).

¹ Trata-se de expressão traduzida do inglês “entitlement” que significa: garantia do acesso aos benefícios relativos aos direitos sociais decorrentes de acordos legais.

Considerando-se as noções e conceitos preliminares acerca do tema da dissertação, destaca-se que o problema de pesquisa que orientou a investigação, possui as seguintes questões norteadoras: De que forma a questão da segurança alimentar é concebida em estabelecimentos de agricultura familiar? Qual o sentido e a importância da produção do autoconsumo para as famílias? De que forma essa produção é por elas avaliada? Houve mudanças na forma de alimentação das famílias e, se positivo, quais os fatores que determinaram tais mudanças?

1.2 Objetivos da pesquisa

O foco da investigação incide na questão da Segurança Alimentar em estabelecimentos de agricultura familiar, buscando identificar a existência de práticas de produção para o autoconsumo, e de que formas essas convergem com os objetivos de consolidação da política estatal de segurança alimentar. Dessa forma busca-se:

- a) Identificar a natureza sócio-cultural do processo de autoprovisão e seus impactos na Segurança Alimentar;
- b) Realizar uma abordagem teórica sobre o tema da política de segurança alimentar;
- c) Conhecer a concepção de segurança alimentar dos agricultores familiares;
- d) Observar a percepção dos agricultores sobre a fome em suas comunidades;
- e) Examinar a compreensão dos agricultores acerca das mudanças ocorridas na agricultura, comparando o tempo de seus pais com o atual;

1.3 Metodologia da Pesquisa

Para a consolidação dessa dissertação, fez-se uso de metodologias de natureza qualitativa e quantitativa. Justifica-se a adoção de tais procedimentos pela necessidade de relacionar dados qualitativos obtidos através de uma perspectiva no nível micro analítico e que correspondem ao recorte realizado com o objetivo de focalizar o estudo de campo na microrregião de Pelotas, mais especificamente nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu.

O conjunto de dados que compõem nossa investigação, nessa perspectiva, foram obtidos a partir de um trabalho de campo que contou com o apoio de três importantes referências. Partiu-se do pressuposto de que as organizações a seguir

relacionadas, encontram-se diretamente vinculadas aos agricultores familiares, conhecendo portanto sua principal produção. Faz-se necessário aludir que além da proximidade com os agricultores familiares, as organizações de apoio foram fundamentais para a localização das propriedades no interior dos municípios.

No município de Pelotas procurou-se fazer o agendamento da visita às propriedades para a realização da entrevista através de contato telefônico prévio, com o objetivo de combinar o melhor dia e horário para a entrevista com o agricultor e sua família, bem como obter informações mais detalhadas acerca da localização da propriedade, considerando que nesse município contamos apenas com o apoio de um motorista que conhecia razoavelmente a localidade.

Em cada município foram entrevistados dez (10) agricultores familiares, tomando-se como parâmetro a principal produção da unidade da exploração familiar como critério de seleção e agrupamento. Os agricultores familiares foram pré-selecionados a partir da indicação das organizações às quais se acham vinculados: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Federação dos Agricultores Familiares – FETRAF e União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC.

Tratava-se de conceber a escolha de famílias rurais que fossem efetivamente representativas do padrão médio da agricultura familiar em cada uma das localidades estudadas, para a qual a atuação dessas organizações foi crucial.

O primeiro município a ser pesquisado foi o de Pelotas e os agricultores familiares foram indicados pela EMATER local, sendo as entrevistas realizadas com agricultores vinculados a produção de pêssego e leite. Desses, foram seis (6) produtores de pêssego, três (3) de leite e um (1) de fumo e leite.

No município de São Lourenço do Sul, segundo a ser pesquisado, obteve-se a indicação dos agricultores familiares através da FETRAF. Os sujeitos entrevistados foram cinco (5) agricultores familiares voltados à produção de fumo, três (3) produtores de leite e dois (2) dedicados a produção fumo e leite.

Para a realização da pesquisa no município de São Lourenço do Sul contamos com o auxílio de um estudante de agronomia vinculado à FETRAF, natural do interior do município e, conseqüentemente, profundo conhecedor dos “caminhos a percorrer”.

No terceiro município pesquisado, os agricultores familiares foram indicados pela UNAIC, sendo entrevistados sete (7) agricultores familiares que cultivam fumo, dois (2) produtores de leite e um (1) de fumo e leite.

Essa etapa da pesquisa foi acompanhada por um agrônomo vinculado à UNAIC, natural do município pesquisado e fortemente integrado ao cotidiano dos agricultores familiares através de trabalhos desenvolvidos nessas comunidades.

As entrevistas realizadas tiveram como referência dez (10) questões abertas, utilizando-se a técnica do gravador que, através do relato humano, constituiu-se na fonte de dados que apresentaremos na seção 3 desta dissertação.

Justifica-se a opção por esse método porque

a história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas destes também recolhe tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo [...] colhidas por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma coletividade" (QUEIROZ, 1991, p. 5).

O trabalho de campo realizou-se em janeiro de 2007, durante o qual, percorremos dezesseis (16) distritos no total correspondente aos três municípios pesquisados.

Para a realização da pesquisa de campo, além do apoio do pessoal vinculado à FETRAF e UNAIC, contamos com a participação de três (3) acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas que nos auxiliaram na realização das entrevistas.

No que tange aos dados auferidos através de metodologias quantitativas, cabe esclarecer que necessitamos de fontes de informações mais abrangentes, de forma a que o foco da nossa lente investigativa se ampliasse, fazendo um movimento científico dedutivo.

A primeira fonte consultada foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Entre os inúmeros dados obtidos através da referida fonte, cabe destacar as informações sobre o número de estabelecimentos de agricultura familiar existentes nos municípios pesquisados. Constatou-se que Pelotas possui 3.555 unidades de produção agrícola familiar, em São Lourenço do Sul há 3.806 unidades e em Canguçu chega a 8.831 unidades.

A segunda fonte de dados quantitativos que subsidiou nossa investigação foi a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, Segurança Alimentar – PNAD (2004), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Através dessa fonte obteve-se os dados que possibilitam traçar um panorama acerca da Segurança Alimentar no país em termos estatísticos, os quais, em conjunto com a pesquisa bibliográfica, embasaram a segunda seção da presente dissertação.

A terceira fonte de dados quantitativos teve como referência o conjunto de informações pertinentes a Pesquisa do Departamento de Ciências Sociais e Agrárias da Universidade Federal de Pelotas – UFPel e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS denominada: “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluratividade; a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”, também referida em algumas publicações como “Pesquisa AFDLP”.

Essa fonte, além de servir de ponto de partida para a elaboração do nosso projeto de pesquisa quando nos vinculamos ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da FAEM/UFPel, permitiu a visualização da realidade do município de Morro Redondo que compõe a microrregião de Pelotas e que possui um quadro preocupante em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais e onde a agricultura familiar apresenta características de crise e estagnação, fato que poderá incidir na aumento da insegurança alimentar no campo.

O fato é que, embora não fizéssemos uso dos dados da “Pesquisa AFDLP” diretamente, esta serviu de base para iluminar a discussão em torno do peso da produção de autoconsumo em estabelecimentos familiares no Rio Grande do Sul. Os trabalhos científicos gerados a partir dessa pesquisa, inclusive artigos, teses, e dissertações, propiciaram elementos interessantes para avançar nessa discussão e aprofundar sobre certos aspectos que foram cruciais para o desenvolvimento da presente dissertação.

Ao fazermos a opção por metodologias qualitativas, além dos dados quantitativos, o fizemos porque esses últimos nem sempre apreendem os fenômenos observados na sua totalidade. Para Minayo (2001), as metodologias qualitativas “compõem um universo que não pode ser quantificado, ou seja, um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”.

O contato “in loco” com os agricultores familiares e suas famílias, transformou-se um espaço fecundo para a apreensão da realidade vivenciada, oportunizando a ampliação da participação de sujeitos, considerando-se que na maioria dos casos, o chefe da família solicitou a presença e participação da esposa durante a realização das entrevistas.

2 Agricultura familiar e autoconsumo

Diversos são os estudos que indicam que o termo agricultura familiar é recente e, devido a sua amplitude e complexidade, torna-se necessário analisar o processo de transformação social que alterou as noções existentes sobre o tema. Dentre várias denominações existentes para identificar a produção agrícola familiar, podemos encontrar as seguintes: “plantação para o gasto”, “pequena produção”, “produção de subsistência”, “produção de baixa renda”, dentre outras. As transformações na lógica e na organização do processo produtivo modificam os sujeitos envolvidos no mesmo e metamorfoseiam o camponês, o qual se torna um agricultor familiar. Nessa metamorfose, os cultivos comerciais passam a substituir a produção para o autoconsumo, prática crucial para assegurar a reprodução social do camponês. O deslocamento e a transformação desses espaços de reprodução social serão analisados neste capítulo, cujo objetivo é demonstrar que apesar dos inúmeros esforços no sentido de definir agricultura familiar e revelar suas transformações, pouco se fala da questão da produção para o autoconsumo nas explorações familiares. O enfoque convencional, ao enfatizar apenas a dimensão comercial da agricultura familiar, deixa de demonstrar que o agricultor quando trabalha a terra realiza outro trabalho:

o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais [...] além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual (WOORTMAN e WORTMANN, 1997, p. 15).

A pesquisa que originou a presente dissertação tem como ponto de partida o estudo da dinâmica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, com ênfase no papel das atividades e rendas não- agrícolas. Esse projeto evidenciou a importância da produção para o autoconsumo para a reprodução social das famílias rurais, tem como necessidade de aprofundar a discussão em torno a essa questão².

² Ver a propósito entre outros trabalhos: GRISA (2007)

Parte-se aqui da premissa de que é fundamental discutir as características dessa forma social de produção e abordar os principais referenciais teóricos, tendo em vista que ela representa a categoria de análise da investigação desenvolvida.

Para conceber a presente seção servimo-nos de algumas obras³ e de esquemas analíticos que nos pareceram mais adequados, muito embora saibamos da existência de outras abordagens. Não se trata aqui de expor um tratamento exaustivo sobre as singularidades das diversas formas familiares de produção que se conhece na atualidade ou de formas pregressas, mas de evidenciar traços que nos permitam identificar de que setor estamos falando quando nos referimos à dinâmica da agricultura familiar do Rio Grande do Sul em sua lógica peculiar de funcionamento.

A abordagem aqui proposta se estrutura em torno da apresentação de cinco grandes referenciais: os enfoques antropológicos, os enfoques modernizantes, o enfoque marxista clássico, o referencial chayanoviano e alguns enfoques atuais. O emprego do termo “camponês” e “campesinato” se justifica como estratégia operativa para situar o debate que precede a atual incorporação do termo agricultura familiar como forma de referência consagrada tanto no âmbito do debate político e institucional quanto no plano estritamente acadêmico.

2.1 Os fundamentos teóricos dos clássicos sobre a questão agrária: Marx, Lênin, Kaustky e Chayanov

2.1.1 – Marx e o desaparecimento da agricultura

A penetração do capitalismo no campo provoca a transformação da propriedade da terra, das relações de trabalho e da própria produção agrícola. Esse processo é analisado por Marx e Engels nas sociedades camponesas da França e da Alemanha onde o pequeno lavrador é visto como um futuro proletário, estando irremediavelmente condenado a desaparecer. Com efeito, a “pequena propriedade rural está votada ao desaparecimento, mas o seu fim inevitável será tanto menos ruinoso para os interesses directos e para a nação, quanto mais se antecipar o que não pode ser evitado” (MARX, 1975, p. 14-15) .

Sob o ponto de vista da transformação do feudalismo para o capitalismo, para Marx, a conjunção de três fenômenos deve ser considerada. Em primeiro lugar, uma

³ Referimo-nos aos trabalhos de Heynig (1982); Abramovay (1992) e Sacco dos Anjos (2003).

estrutura fundiária que permitiu a libertação dos camponeses em um certo momento; em segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores de produção de mercadorias especializadas e não agrícolas e, em terceiro, “a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura” (MARX, 1975, p. 46).

A economia capitalista, ao transformar a agricultura em simples ramo da indústria, aniquila o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalho assalariado. Se antes o camponês produzia com o auxílio de sua família quase tudo o que necessitava para sua subsistência, agora

[...] não se pode contentar em produzir só para seu uso pessoal; para comprar o pouco que necessita, pagar seus impostos, pagar juros das suas dívidas, precisa produzir para trocar, quer dizer, entrar em concorrência com outros produtores. Por conseqüência, efetuada a concentração em qualquer parte, os nossos pequenos proprietários sentirão seus efeitos (MARX, 1957, p. 15)

Para Marx, os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados de um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de capital numa esfera de produção. Segundo o autor, o modo de produção capitalista se apossou da agricultura e, como conseqüência, tomou o domínio de todas as esferas da produção.

Sob o ponto de vista da economia política, Marx chegou a denominar os camponeses como um grupo social que dificultava o progresso econômico preconizado pela sociedade moderna. Classificou-os como um grupo de baixa consciência de classe, incapaz de transmutar-se de “classe em si” para “classe para si”, deixando esse ponto de vista claro no XVIII Brumário de Luis Bonaparte. A sua posição foi explicitada quando associou os camponeses franceses a um “saco de batatas”, devido a sua natureza indiferenciada e submissa enquanto força política (SACCO DOS ANJOS, 2003)⁴.

Acerca disso, Lima (2005), refere que os camponeses foram classificados de “bárbaros miseráveis [...] um estorvo à evolução histórica, uma classe reacionária

⁴ Autores como Abramovay (1992), Sacco dos Anjos (2003) e Lima (2005) convergem sua posição no entendimento de que Marx considerou o campesinato como forma ou modo de produção pré-capitalista e nessa condição não despertou grande interesse para ser estudado numa sociedade em que o capitalismo industrial se tornava emergente.

fadada à ruína⁵”. Ao descrever as comunas russas, Marx via nessas um submundo arcaico de pobreza material e débil posição contra as forças exploratórias externas. No entanto, o Marx tardio (pós-1870) admitiu a coexistência e a dependência mútua de formas sociais capitalistas e não capitalistas. A natureza dual da propriedade individual e coletiva na Rússia oferecia à Marx a suposição de duas vias de desenvolvimento: “as comunas rurais (artel) ou seriam destruídas por um tipo específico de capitalismo de estado, ou se manteriam sob a revolução, dado aos aspectos corporativos de organização” (LIMA, 2005, p. 140).

No modelo teórico de Marx, a compreensão do papel da agricultura deve dar-se a partir de seu próprio método de análise, ou seja, aquele em que a ordem lógica ou a hierarquia das categorias não obedece a mesma seqüência da sua origem e desenvolvimento histórico. Assim, um determinado fenômeno só pode ser compreendido a partir de sua forma mais desenvolvida (LIMA, 2005).

Conseqüentemente, na ordem histórica do desenvolvimento econômico, embora a agricultura tenha sido o setor mais importante da economia e com ela tenha contribuído decisivamente, no momento que coincide com a emergência e consolidação da agricultura capitalista produtora de mercadorias, sua dinâmica pode ser compreendida apenas sob a ótica e a lógica da produção capitalista, cujo objetivo central é a acumulação do capital.

Nesse sentido, o paradigma marxista limita a compreensão e a explicação tanto da dinâmica da agricultura familiar em seu devenir, quanto de sua permanência, podendo-se concluir que “a situação social e o destino do importante setor camponês de sua época não foram considerados como uma de suas principais preocupações científicas” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 12). Estudos posteriores retomam a questão agrária através de Kautsky e Lênin e procuram preencher o vácuo teórico existente na teoria marxista acerca da evolução da agricultura sob a égide do capitalismo.

2.1.2 – O desenvolvimento agrário na perspectiva de Kautsky e Lênin

Em condições inteiramente distintas derivadas do retardo do desenvolvimento do capitalismo russo, em comparação com a Europa Ocidental, e que refletem

⁵ Para Lima (2005, p. 140) tanto Marx quanto os adeptos do evolucionismo europeu acreditavam na tese do desaparecimento dos camponeses. Kautsky (1980, p. 133), citando Marx, diz que na pequena propriedade territorial que se forma à margem da sociedade, nasce uma classe de bárbaros sujeitos a toda sorte de infortúnios e misérias.

contextos políticos específicos, no ano de 1899 são publicadas duas obras que compõem os fundamentos do marxismo agrário. A primeira obra, intitulada *A Questão Agrária*, de Kautsky, estuda de forma sistemática o dinamismo que o capitalismo instaura na agricultura.

A segunda obra, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin, é uma reflexão teórica que discute o confronto do autor com um capitalismo atrasado, que se firma rapidamente, embora travado por fortes traços que sobrevivem do *ancien regime*. Mesmo após a emancipação dos servos, ocorrida em 1861, na Rússia, “Lênin se movia no interior de uma sociedade cuja estrutura de poder era absolutamente autocrática, onde o emergente proletariado não dispunha de tradições organizativas nem de experiência política” (NETTO, 1985, p.IX).

Para Kautsky, a família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, pois não só produzia o seu alimento, mas também construía sua casa, a maior parte de suas roupas, ferramentas e utensílios domésticos. A existência do camponês não dependia do mercado e, para o autor, essa sociedade⁶, que se bastava a si mesma, era indestrutível. Os infortúnios que poderiam acontecer ao camponês ele, assim os descreve:

O pior a lhe acontecer seria uma péssima colheita, um incêndio, a invasão de um exército inimigo. Mas mesmo esses golpes do acaso só constituíam um mal passageiro; não secavam as fontes da vida. Contra as colheitas infelizes o camponês se protegia as mais das vezes com grandes provisões armazenadas; o gado lhe dava o leite e a carne; a floresta e o córrego pagavam igualmente, seu tributo à alimentação. Na mata colhia ainda a madeira que se utilizava na construção de nova casa, depois de um incêndio. À aproximação do inimigo, escondia-se na floresta com o gado e os bens móveis, retornando quando o invasor se afastava. O que este poderia ter devastado, a lavoura, a pastagem, os bosques, não pudera contudo destruir. Se os braços necessários continuavam válidos, se os homens e o gado nada haviam sofrido, o mal era de fácil reparação.” KAUTSKY, 1980. p. 29)

No entanto, Kautsky, ao observar as condições do camponeses europeus, percebe uma profunda revolução econômica produzida a partir da Idade Média e assinala o ponto de partida dessa revolução como a dissolução que a indústria essencialmente urbana e o comércio determinaram na pequena indústria dos camponeses. À medida que tal processo avança, o camponês aumenta sua

⁶ Na obra de Kautsky “A questão agrária”, no capítulo III, o autor descreve a agricultura sob o feudalismo, afirmando que assim como cada família de camponeses formava uma sociedade doméstica bastando-se a si mesma, cada aldeia formava, do ponto de vista econômico, uma sociedade fechada, a sociedade de território (*markennossenschaft*) e que o ponto de partida da exploração camponesa foi o quintal da casa (*haushofstätte*), que compreendia além da casa, uma faixa de terra em torno do prédio, que era cercado. (KAUTSKY, 1980, p. 38)

necessidade de possuir dinheiro para comprar não apenas coisas supérfluas, mas também coisas que deixou de produzir. Ao transformar seus produtos em mercadorias e levá-los ao mercado para a venda, “o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje⁷ por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: *um agricultor puro*” (KAUTSKY, 1980, p. 32, destacado no original).

No capítulo VI de *A Questão Agrária*, Kautsky (1980) defende a superioridade técnica da grande produção, apresentando vários cálculos referentes às superfícies cultivadas, ao uso de força animal e humana, ao crédito e ao comércio, entre outros. Para o autor, o uso das máquinas permite a execução do trabalho com maior rapidez e perfeição maior do que o realizado por operário manual com suas ferramentas simples. O autor se utiliza, em defesa da superioridade técnica da grande exploração agrícola, do seguinte argumento:

[...] a grande exploração é sempre superior. Ela pode gozar de tais vantagens no preparo dos produtos e na utilização do crédito. Mas o grande proprietário tem, sobretudo, o privilégio de poder, em virtude de sua situação e de seus fins, basear a sua empresa num plano determinado, plano que lhe permite uma visão de conjunto e a sistematização dos diversos serviços, mediante a aplicação do importante princípio da concentração e da divisão do trabalho, pode orientar as tarefas em direções especiais, tornando mais produtiva, a atividade dos homens que emprega. É indubitável que a evolução moderna da agricultura proporciona à grande propriedade recursos científicos e técnicos extraordinários, que a habilitam, pela formação de pessoas especializadas, a afirmar a sua superioridade nesses diferentes setores” (KAUTSKY, 1980, p. 126-127)

Segundo Kautsky, os especialistas também reconhecem a superioridade da grande exploração agrícola ao fundarem associações cooperativas. A formação de cooperativas é mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois os primeiros são menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais – próprios – e de empréstimos. Os camponeses poderão passar para a grande produção cooperativa quando compreenderem que “uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido de seus interesses. Mas então ele será socialista” (KAUTSKY, 1980. p. 149).

A segunda obra em análise trata da desintegração do campesinato na Rússia, a partir de Lênin. Esse processo foi conseqüência de uma série de fatores, tais como: “o arrendamento, os implementos agrícolas aperfeiçoados, as atividades

⁷ A obra de Kautsky foi escrita em 1899, portanto, “hoje” refere-se a esse ano.

temporárias, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado“ (LÊNIN, 1985, p. 94).

Em seu estudo, Lênin demonstra que a ruína dos camponeses não implica a liquidação do mercado interno para o capitalismo e que essa ruína é uma conseqüência necessária para sua evolução através da industrialização. O processo da industrialização acelera e aprofunda os antagonismos de classe os quais, já existentes no bojo da comunidade camponesa, desintegram o campesinato, liberando massas para a formação do proletariado. Reportando-se aos pequenos produtores e a sua relação com o sistema capitalista, Lênin assim os descreve:

Não temos diante de nós simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários de meios de produção e, de outro, trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho. A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc) – ou seja, pressupõe o seu “empobrecimento”, a sua “ruína” Sustenta-se que essa ruína “reduz o poder de compra da população” e “estreita o mercado interno” para o capitalismo. (LÊNIN, 1985, p. 15-16, destacado no original)

Contrariando as afirmações dos populistas⁸, Lênin afirma: “o que importa para o desenvolvimento capitalista é a demanda originada pelos próprios capitalistas, a crescente transformação de mais-valia em capital constante, com o mais rápido crescimento do setor de bens de capital” (LÊNIN, 1985, XV). Conforme o autor, o mercado interno para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento, o qual aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas operários. “O grau de desenvolvimento do capitalismo interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país. É incorreto colocar a questão dos limites do mercado interno independentemente da questão do grau de desenvolvimento do capitalismo - como fazem os economistas populistas” (LÊNIN, 1985, p. 33).

Observa-se que a tese de diferenciação social no campo apoiava-se nas bases de um processo inevitável de dissolução das formas familiares de produção no Ocidente. Porém, essa tese não foi confirmada em nenhum dos países estudados por Lênin (ABRAMOVAY, 2002).

⁸ O populismo é uma corrente pequeno-burguesa no movimento revolucionário russo, surgido nos anos 1860-70, que lutava contra o fim da autocracia e pela entrega de terras dos latifundiários aos camponeses. Viam na sociedade agrária o embrião do socialismo, defendendo que o campesinato, e não o proletariado, era a principal força revolucionária.

2.1.3 – Chayanov e a reprodução da unidade camponesa

O estudo de Chayanov, “*The Theory of Peasant Economy*” (1907), publicado em 1966, trouxe grande contribuição a diferentes áreas do conhecimento, influenciando de forma notável pesquisadores da área de economia, sociologia e antropologia. Os estudiosos encontraram na sistematização do pensamento chayanoviano as chaves para compreender a perseverança e a estabilidade da exploração familiar (SACCO DOS ANJOS, 2005).

Chayanov era o expoente da Escola para Organização da Produção e seu debate teórico sobre a questão agrária russa resultou na construção de uma teoria diferente daquela que se baseava na lógica da empresa capitalista. “Mais do que um teórico da economia camponesa, Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família” (ABRAMOVAY, 1998, p. 6).

Enquanto que na economia capitalista a força de trabalho pode ser definida de forma objetiva, sob a forma de capital variável e suas combinações com o capital constante, para Chayanov “el trabajo de la familia es la única categoria de ingreso posible para un campesino o un artesano, porque no existe el fenómeno social de los salarios, por tal motivo, también está ausente el cálculo capitalista de ganancia” (CHAYANOV, 1974, p. 10) .

Chayanov estabelece em seus princípios básicos que a unidade familiar de exploração não pode ser considerada somente como unidade econômica. Sua natureza essencialmente familiar agrega uma série de traços peculiares, tais como o esforço físico, o tamanho da exploração e os fatores de produção.

Ao situar a família camponesa e a influência de seu desenvolvimento na atividade econômica Chayanov, afirma que:

De hecho, la composición familiar define ante todo los límites máximo e mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. (CHAYANOV, 1974, p. 47),

A concepção de família, em especial a de família camponesa, sofre variações e nem sempre é coincidente com o conceito biológico. Estudos estatísticos sobre o

*zemstvo*⁹ russo revelam que na mente do camponês o conceito de família inclui as pessoas que comem sempre na mesma mesa e da mesma panela. Já no campesinato francês, é incluído no conceito de família o grupo de pessoas que passa a noite protegido *por la misma cerradura* (CHAYANOV, 1974).

Em muitos distritos agrícolas de países eslavos, encontravam-se vários casais morando sob um mesmo teto, muitas vezes até três gerações unidas em uma só família patriarcal. Nos distritos industrializados, os membros jovens da família buscavam alternativas que garantissem sua independência econômica, separando-se do lar paterno e vivendo sua própria vida.

Entretanto, por mais variados que fossem os modelos de família, sua base seguia o conceito biológico, no qual o casal vive junto com seus descendentes. Com efeito, essa “naturaleza biológica de la familia determina en gran medida los limites de su tamaño y, principalmente, las leyes de su composición, aunque, por supuesto, las circunstancias cotidianas pueden introducir numerosas complicaciones” (CHAYANOV, 1974, p. 49).

A família camponesa, quando emprega sua capacidade de trabalho no cultivo da terra, recebe como resultado uma certa quantidade de mercadorias, a qual, ao ser trocada nos mercados, há de constituir-se no produto bruto de sua unidade econômica (SACCO DOS ANJOS, 2005).

Ao se subtrair os dispêndios do produto bruto da unidade econômica, ter-se-á o produto final do trabalho familiar. Esse resultado poderá variar de acordo com fatores de mercado, tamanho e composição da família, disponibilidade dos meios de produção, quantidade de terra, entre outros. O que se busca nesse processo é a satisfação das necessidades familiares de consumo e não a taxa de lucro prevista pelos empreendimentos capitalistas.

Para Archetti

La teoría de Marx se propone explicar por qué el campesino cede parte de su trabajo a la sociedad, siendo esa la causa de que no acumula capital (...) Chayanov parte de outro supuesto pero llega a la misma conclusión: la falta de acumulación de capital. Para él campesino deja de trabajar cuando produce lo suficiente como para poder comprar lo que necesita; por otro lado este supuesto está en el modelo de Marx de circulación de mercancías. Este descubrimiento há sido llamado por Shallins “ley de Chayanov” e formulado de la siguiente manera: “En la comunidad de grupos de producción domésticos, cuanto mayor sea la capacidad de trabajo

⁹ Os zemtvo eram as novas assembléias de províncias e de distritos criadas para colaborar na aplicação de reformas agrárias de 1861(SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 20)

de cada grupo menos trabajan sus miembros” (ARCHETTI, 1974, p. 19, destacado no original)

Chayanov utiliza a hipótese do balanço subjetivo entre consumo e trabalho para analisar os processos de continuidade na unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família. Sua tarefa foi a de analisar o funcionamento de “una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una certa extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo en ofícios rurales no agrícolas” (ARCHETTI, 1974, p. 44).

Assim, a introdução de atividades não-agrícolas nas explorações familiares pode passar a ser uma das formas de garantir a reprodução social do grupo doméstico, o qual enfrenta modificações ao longo de seu ciclo vital. Dados censitários indicam que o tamanho das unidades domésticas de propriedades se reduz juntamente com o nível de renda *per capita*. Há, então, uma correlação histórica entre tamanhos de grupos domésticos e nível de renda. O próprio Chayanov reconheceu que a relação entre o nível de renda e a estrutura familiar poderia se dar no sentido contrário ao proposto por sua teoria, isto é, “o nível de renda decrescente poderia ser a causa da redução do tamanho familiar e não seu efeito, via desnutrição infantil, mortalidade neonatal e controle da natalidade que Chayanov chamava de “malthusianismo prático” (ALMEIDA, 1976, p. 74, aspas no original).

Chayanov, estudando a realidade econômica da Rússia, observou que o camponês orienta suas atividades no intuito de maximizar oportunidades e não somente rendas. Comprovou que a cada descenso dos preços agrícolas sucedia um aumento correspondente ao volume de produção, utilizando-se o aumento das áreas cultivadas. Os camponeses e suas famílias aceitavam pagar preços de aluguel da terra superiores ao valor da renda capitalizada e sujeitavam-se a vender seus produtos em condições que levariam à ruína qualquer granja capitalista, porque se obrigavam a um ritmo de auto-exploração, compatível com suas necessidades de consumo. Chayanov privilegia em sua análise os elementos internos da organização camponesa, procurando entender sua morfologia e funcionamento. Essa forma de análise constitui-se naquilo que passa a ser conhecido como uma microeconomia do comportamento camponês (GRISA, 2007).

Apesar do inquestionável valor do referencial teórico de Chayanov, cujo legado permite a compreensão dos elementos internos da organização camponesa, algumas limitações são apontadas por Sacco dos Anjos (2005, p. 25) no que concerne à Teoria da Diferenciação Demográfica, a saber:

- a) Sua teoria é a-histórica no sentido de que o autor atribui à lógica de operação da unidade camponesa de produção, sendo vista como um ente que atua independentemente do sistema econômico no qual se acha inserido. Os camponeses reduzem-se, no limite, a meros “consumidores-produtores”.
- b) Apesar de ter identificado regularidades supostamente inquestionáveis quanto ao ciclo vital do processo de produção das famílias, os complexos mecanismos de extração econômica que atingem as formas familiares de produção modificam-se de acordo com as distintas formações históricas. Isso implica na constatação de que a sobrevivência das explorações nem sempre resulta da suposta eficiência técnica, e sim, da aceitação de preços miseráveis pelos seus produtos, bem como pelo próprio interesse do modo de produção capitalista em manter esse tipo de produção para atender as demandas do sistema.
- c) O esquema proposto por Chayanov defende a idéia de que o objetivo fundamental das famílias é o de atender as necessidades básicas de consumo e esse processo exigirá um ritmo de trabalho diferenciado. Esse postulado modificou-se porque existem hoje casos concretos em que a opção de um ou mais membros de uma família por outro de tipo de atividade não-agrícola altera o âmbito da produção e também o ingresso econômico global. Dessa forma, as esferas da produção e do consumo deixam de ser mutuamente correspondentes.
- d) A premissa de Chayanov, que se fundamenta na total flexibilidade de acesso à terra, foi construída a partir da realidade da Rússia e esse fato histórico não pode ser estendido à maioria dos países nos quais predomina a propriedade privada da terra e dos meios de produção. Nesse caso, rompe-se a relação entre o tamanho da família e sua capacidade de produção.

No nosso entendimento, mesmo havendo limitações no esquema teórico e analítico de Chayanov apontadas por Sacco dos Anjos e com as quais concordamos, encontramos nesse modelo de análise elementos cruciais que ampliam a dimensão do conhecimento e da compreensão do processo de

reprodução das unidades familiares. Essas unidades compõem o universo empírico desse trabalho e serão apresentadas posteriormente.

2.2 Campesinato e agricultura familiar

Para Eric Woff (1976), a existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação que combina atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção.

O autor procura responder o que distingue os camponeses de formas primitivas de produção:

Nas sociedades primitivas os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais, cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviço (WOLF, 1976, p.16).

O desenvolvimento da civilização decorre do desenvolvimento de uma ordem social complexa, baseada entre os que governam e os que cultivam, produzindo alimentos. Os estudos arqueológicos indicam uma grande diversidade no processo de transição de sociedades primitivas para camponesas. Wolf (1976, p. 16) situa o processo de civilização, referindo que no Velho Mundo, “o cultivo agrário e a domesticação de animais datam de 9.000 na América e na Ásia, enquanto que o surgimento das vilas agrícolas sedentárias por volta de 6.000 a 7.000 a.C. e o cultivo pleno em torno de 1.500 a.C.”

Para esse autor, as relações sociais de qualquer espécie nunca serão exclusivamente utilitárias ou instrumentais, mas cercadas de construções simbólicas que servem para explicá-las, justificá-las e regulá-las. Decorre daí a existência do fundo cerimonial e do fundo de aluguel. O primeiro refere-se a despesas com cerimônias e varia de cultura para cultura. O segundo possui um ônus permanente que o produtor paga “ao fundo de poder” dos dominadores.

No que se refere ao lugar do campesinato na sociedade, só podemos falar em campesinato quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado. Ou seja, existe subordinação aos grupos dominantes exteriores - o que

provoca tensões -, pois o camponês é “a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família [...] Sua propriedade tanto é uma unidade econômica, como um lar” (WOLF, 1976, p. 28).

Ao tratar da economia camponesa, Wolf apresenta os sistemas pretéritos e atuais utilizados para a extração e o sustento e de excedentes da terra, descrevendo dois diferentes ecótipos (conjunto das séries de transferência de alimentos e de projetos para a obtenção de energia através de forças inorgânicas) sendo: 1) Paleotécnico¹⁰, ecótipo em que homens e animais são utilizados para produzir alimentos, sendo consequência da 1.^a Revolução Agrícola, 3.000 a.C.) e 2) Neotécnico, aquele que se desenvolveu com a Revolução Industrial, através de novos campos do conhecimento e formas de energia. O modelo neotécnico racionalizou a agricultura, transformando-a numa empresa econômica voltada prioritariamente para o mercado, deixando em segundo plano a agricultura de subsistência, condenando o campesinato à regressão.

Assim sendo, o autor situa o camponês dentro de um sistema de trocas, ligando-o às atividades de uma ordem mais ampla que, ao mesmo tempo em que facilita suas necessidades de troca, ameaça seu equilíbrio social e econômico. Ele conclui apresentando os três tipos de domínio que têm afetado tradicionalmente o campesinato: o patrimonial (direito de receber tributos de quem ocupe a terra), o prebendal (concessão de terra pelo governo em troca de tributo pelos funcionários) e o mercantil (a terra é a propriedade privada, desse modo é utilizada e vendida com a finalidade de lucro). Destaca que “somente numa situação onde existem opções alternativas eficientes, pode-se efetuar a mudança para uma nova ordem” (WOLF, 1970, p. 87) e que a reorganização totalizadora de ordem camponesa paleotécnica só é possível em circunstâncias especiais:

A forma de domínio é importante para aquinhoar as formas de relação social que governarão o período de transição e determinarão a estrutura da sociedade emergente [...] a maneira pela qual eles são empregados é uma questão de organização social e da organização de poder. (WOLF, 1976, p. 87).

¹⁰ As formas paleotécnicas dos ecótipos descritos por Wolf (1970, p. 38) são: 1) Sistemas de pousio de longa duração (*swidden*), podendo ser associados ao que se conhece no Brasil por coivara ou queimada; 2) Sistemas de pousio setoriais; 3) sistemas de pousio de curta duração; 4) cultivo permanente (hidráulicos) e 5) cultivo permanente de campos fecundos. No processo de evolução cultural os de maior importância são três: o *swidden*, o pousio de curta duração e os tipos hidráulicos.

2.2.1 – O campesinato no Brasil

A dinâmica da agricultura familiar, como já foi anunciada no início desse capítulo, requer inúmeros elementos que permitam a compreensão de sua complexidade e, para tal, um importante estudo de Maria de Nazaré Wanderley (1999) permite que se entendam as raízes do campesinato brasileiro, sendo essa uma das formas sociais da agricultura familiar. A autora refere-se à uma releitura do campesinato no Brasil, apoiando-se na reflexão elaborada por Henri Mendras e por Marcel Jollivet, ambos ligados ao grupo de Sociologia Rural Francesa, na década de 1970. Para Mendras (1976), existem cinco traços das sociedades camponesas, a saber: a) uma relativa autonomia face à sociedade global; b) importância estrutural dos grupos domésticos; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de interconhecimentos e e) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. Nesse sentido:

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, pois relaciona propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1999, p. 25)

Os estudos sobre as sociedades camponesas tradicionais mostram que o binômio policultura pecuária é uma sábia combinação entre diferentes técnicas, que pode fornecer uma segurança contra as intempéries e a variabilidade das colheitas. Sobre o sistema de “policultivo-criação”, Marcel Jollivet (1974, p. 236) assevera: “Ele exige, com efeito, um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a fazer e aceitar; por outro lado, a multiplicidade de tarefas que implica requer muita leveza no trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências”.

Jerzy Tepich (1973), estudioso da sociedade agrícola polonesa em um regime socialista, observa que o campesinato organiza seu trabalho levando em conta dois fatores estruturais: as forças produtivas não transferíveis (trabalho de pessoas ligadas parentalmente) e o tempo de não-trabalho (quando o desenvolvimento cultural, animal ou vegetal segue seu curso biológico, dispensando o trabalho humano).

Percebe-se através dessas constatações que o camponês precisa estabelecer constantemente os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano. Assim a

“pluratividade”¹¹ e a contratação de trabalhadores alugados no estabelecimento familiar estão inscritas na própria forma de produzir do camponês enquanto uma possibilidade, mas sua concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato” (WANDERLEY, 1999, p. 28).

A autora refere que o “horizonte das gerações” se expressa por meio de um projeto para o futuro, ou seja, a família define estratégias, visando, ao mesmo tempo, assegurar a sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes, tendo uma cultura própria, considerando as regras de parentesco, de herança, as formas de vida local.

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetivou, na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, inibindo o desenvolvimento das potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social. Essa precariedade foi analisada por Antônio Cândido¹² ao estudar os caipiras paulistas, considerados camponeses, como portadores de uma cultura rústica.

É interessante observar que esse estudo, que data de 1964, considera a natureza camponesa “rústica”, mas reconhece que “a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio [...], mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta com o mínimo vital – tudo relacionado com uma vida social tipo fechada, com base na economia de subsistência” (CÂNDIDO, 2003, p. 46).

Não seria o caso de focar o olhar nessa “rusticidade” e tentar compreendê-la como uma criativa e inteligente forma de resistência? Afinal, dispendo de meios de produção precários e, na maioria das vezes insuficientes, esse grupo social manteve suas condições de existência preservadas. Parece que a “rusticidade” carrega em si as possibilidades de avanço necessárias a sua consolidação enquanto espaço social heterogêneo, ambíguo e complexo. Nele se movem sujeitos denominados de acordo com as peculiaridades regionais: “caipiras” ou “colonos” centram-se no esforço de

¹¹ A pluratividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, sendo que essas podem desenvolver-se no interior ou fora da exploração familiar (SACCO DOS ANJOS, 2003).

¹² A obra de Antônio Cândido “Os Parceiros do Rio Bonito” trata da reconstrução histórica da sociedade caipira e abrange desde as relações sociais básicas até os meios elementares de subsistência. Descreve técnicas de plantio, festas religiosas e analisa fatores de persistência e mudança.

constituir um espaço familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores.

2.3 Agricultura familiar: outras elaborações

O debate em torno da caracterização e definição do termo agricultura familiar corresponde a uma questão que tem inquietado pesquisadores e acadêmicos nas últimas décadas. A partir dos anos 1990, essa discussão tornou-se mais acirrada quando diversos autores, entre eles Veiga (1991), Abramovay (1992 e 1997), Arnalte Alegre (1997) e Lamarche (1993 e 1999) reconheceram a multiplicidade de situações presentes nas estruturas agrárias no final do século XX e no início do século XXI.

Embora a agricultura familiar, enquanto categoria de investigação, tenha se firmado na década de 1990, muitos pesquisadores já voltavam seus estudos teóricos e empíricos para o conhecimento da dinâmica de produção e organização da família rural nas duas décadas anteriores. A maioria desses estudos trata de famílias camponesas definidas como “proprietários ou arrendatários que utilizam prioritariamente a mão-de-obra familiar e utilizam pouco capital” (ALMEIDA, 1986, p. 67).

O estudo de Almeida (1986) esclarece que, na década de 1970, a visão que se tinha acerca do papel das famílias camponesas era no sentido de que elas ocupavam uma posição de elemento funcional ao processo de acumulação capitalista. Isso, segundo o autor, ocorria pelo fato de elas produzirem alimentos de baixo custo para os consumidores urbanos, em especial para as famílias assalariadas, cujos salários poderiam permanecer com reajustes inferiores aos índices da inflação. Os pequenos produtores poderiam, assim, gerar lucros para uma camada de comerciantes, usurários rurais ou agroindústrias. Nessa condição, constituiriam famílias para o capital, “espécie mágica de empresa que para sobreviver faz qualquer negócio, com lucro ou prejuízo” (ALMEIDA, 1986, p. 66).

Mais tarde, Lamarche (1993) e Abramovay (1997) ratificam que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada nos países desenvolvidos, sendo funcional ao capitalismo, ao garantir comida farta e barata para uma população urbana crescente. Para Sacco dos Anjos (2005), a idéia exclusiva que se tinha, na década de 1970, sobre o caráter funcional da pequena produção para a

acumulação de capital como a razão essencial para explicar sua existência, deve agregar também a idéia de que é o conjunto da economia que se beneficia de sua condição, mediante o uso de transferência de rendas em relação a distintos setores.

Enquanto os debates em torno da agricultura familiar como categoria de investigação se constroem, pode-se ter como referência duas posições. De um lado, pensa-se que as explorações camponesas se encontram em um lento processo de desaparecimento. De outro, defende-se a idéia de que essas explorações constituíram-se em formas organizadas, permanentes e estáveis no sistema capitalista.

Para Lamarche, citado em Sacco dos Anjos (2005, p. 42), a exploração camponesa é de caráter familiar, mas nem sempre as explorações familiares são de caráter camponês. Aqui compreende-se que a possível diferença entre uma e outra é o maior ou menor grau de vinculação aos mercados e, conseqüentemente, uma maior ou menor autonomia dessas unidades de produção. Contudo, o que tais estudos (JOLLIVET, 1974) demonstram é que existem alguns elementos recorrentes no que tange às condutas e iniciativas dessas unidades de produção: elas têm como objetivo principal garantir a reprodução social dos membros do grupo doméstico.

De acordo com os estudos realizados até a elaboração desse trabalho, pode-se perceber que há diferentes perspectivas em torno do tema agricultura familiar. Não se pretende elaborar um conceito único, uma vez que esse poderia engessar a amplitude e suas formas de existência social. Porém, é oportuno esclarecer que nessa dissertação compreendemos como traços essenciais da agricultura familiar aqueles apontados por Gasson e Errington (1993), devidamente ressaltados por Sacco dos Anjos, tais como:

- a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e finalmente f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (Gasson e Errington, 1993 apud SACCO DOS ANJOS, 2005, p. 43)

A sistematização desse conjunto de dados, que compõem os traços essenciais da agricultura familiar, permite o balizamento da noção que adotaremos nessa dissertação.

2.4 Concepção de autoconsumo

A produção para o autoconsumo permeia a existência da espécie humana, uma vez que a necessidade da alimentação é crucial para a sobrevivência e perpetuação do homem. Marschall D. Sahlins caracterizou o mundo econômico e social dos povos primitivos enfatizando "que nas economias primitivas, a maior parte da produção está estruturada em função das necessidades dos produtores ou do desencargo de obrigações de parentesco e não em função do comércio ou lucro"¹³. Dessa forma, entende-se que nesse tipo de sociedade o controle efetivo dos meios de produção está descentralizado, tanto local como familiarmente, o que faz com que não haja relações sociais de dependência ou domínio no sistema de produção.

Nesse caso, não havendo abundância de bens no mercado que pudessem servir como troca, existe uma tendência a limitar a produção de bens que podem ser utilizados diretamente pelos produtores. Portanto, na sociedade primitiva, os produtores controlam os meios de produção, inclusive seu próprio trabalho, e trocam-no junto com seus produtos por bens e por serviços definidos culturalmente como equivalentes a outros.

Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar o seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços. (WOLF, 1976, p.15)

Percebe-se, assim, que a partir do momento em que o excedente produzido passa para o controle de um grupo dominante, seu valor se modifica. Wolf (1976) observa que à medida que a sociedade se torna mais complexa, os níveis de troca das unidades de alimentos e unidades de bens não são traduzidos em equivalências determinadas por negociações de produtor e consumidor, mas por sistemas assimétricos de trocas.

Definindo-se sua existência de um meio camponês fundamentalmente por seu relacionamento subordinado a grupos dominantes exteriores, os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora. Esse fato poderá gerar tensões, considerando-se que uma unidade camponesa não estará preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros, mas

¹³ SAHLINS, (1976 apud WOLF, p. 15).

também em prover o atendimento de inúmeras necessidades que configuram sua natureza social.

No Brasil, na década de 1940, o estudo etnográfico de Antonio Cândido denominado “Parceiros do Rio Bonito” examina com atenção o modo de vida do caipira¹⁴ paulista. Os objetivos mais imediatos e explícitos de Cândido é a pesquisa das relações possíveis entre a obtenção dos meios materiais de vida e as formas de sociabilidade correspondentes. Nesse sentido, as necessidades possuem também um caráter social, pois a vida e a sobrevivência de um determinado agrupamento humano dependem do equilíbrio estabelecido entre tais necessidades e os recursos de que o grupo dispõe para satisfazê-las.

Para cada cultura há, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não é possível haver equilíbrio: a certos "mínimos vitais" de alimentação e abrigo correspondem certos "mínimos sociais" de organização para obtê-los e garantir a própria sociabilidade do grupo. Por isso, a sociologia proposta por Cândido é chamada de "sociologia dos meios de subsistência", a qual busca interpretar todas as dimensões da vida social, a partir da alimentação. Para o autor:

Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das "reações culturais", desenvolvidas sobre o estímulo das "necessidades básicas". Em nenhuma outra parte vemos isto melhor que na alimentação, que é recurso vital por excelência. [...] a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores de sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica. (CÂNDIDO, 2001, p. 35-36; aspas no original)

Caracterizando o modo de vida do caipira, Cândido (op. cit, p. 107) destaca que, na formação rural de São Paulo, tendo o caipira conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, apegou-se a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Tal mecanismo de sobrevivência, pelo apego às formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose de sua cultura e como já se tinha no seu antepassado índio, verificou-se nele certa

¹⁴ Para Cândido, “o caipira típico foi o que formou uma vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural [...]”. Constitui-se de “uma população dispersa, móvel, livre, branca ou mestiça, geralmente de branco e índio, com pouco sangue negro. [...] A precariedade dos seus direitos à ocupação da terra contribuiu para manter os níveis mínimos de sobrevivência biossocial” (2001, p, 106-107).

incapacidade de adaptação rápida às formas mais exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Seu não-enquadramento aos padrões do trabalho servil diferenciou-o do escravo e do colono europeu, que foram chamados sucessivamente a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis assimilar.

Disso resultou uma imagem estereotipada do caipira como "preguiçoso", confundindo-se muitas vezes a desnecessidade de trabalhar com vadiagem. O desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos para o aumento da produção. A extraordinária fertilidade das terras virgens favorecia uma economia de subsistência, com o objetivo de plantar para viver, com pouca ou nenhuma utilização comercial do produto. Em caso de enfraquecimento da terra, buscavam-se outras frações, onde se recriavam as condições anteriores, não apenas de produtividade mas também de isolamento, perpetuando a auto-suficiência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho. Entretanto, a parceria apontada pelo estudo de Cândido, e que foi posteriormente denominada de recampesinização¹⁵ por Tedesco (1999, p. 48), representa "um ponto de precária estabilidade no processo de mudança em andamento, colocando o caipira entre a posição de proprietário, ou posseiro, e a de assalariado agrícola, aparecendo, muitas vezes, como única solução possível de sua permanência no campo".

Considerando-se que o estudo de Antônio Cândido data da década de 1940, convém destacar que, pela profundidade de sua análise, este se torna uma referência para todos os pesquisadores sobre o tema da produção para o autoconsumo, podendo-se encontrar em sua vasta e detalhada descrição os fundamentos sociológicos que permitem a compreensão de fenômenos e estratégias de resistência dessa e de outras formas familiares de produção.

Estudos mais recentes, como os de Tedesco (1999) e Woortmann (1995), destacam a natureza cultural do processo de autoprovisão, desenvolvido no decorrer da formação social do Brasil meridional com o assentamento dos imigrantes não-ibéricos desencadeado a partir da primeira metade do século XIX.

Tedesco (1999), quando se refere ao horizonte das gerações de agricultores, lembra que a família define estratégias que visam ao mesmo tempo garantir a

¹⁵ Tedesco refere-se à recampesinização compreendendo-a como um processo de adaptação do camponês às transformações do mundo agrário necessárias à sua permanência no campo.

reprodução das gerações seguintes, bem como assegurar a sua imediata sobrevivência. Dessa forma:

Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade tanto quanto definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como elemento-chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento o que Chayanov denominou diferenciação demográfica (TEDESCO, 1999, p. 29).

Woortman, por sua vez, ao discorrer sobre o significado da alimentação para as famílias camponesas no Brasil, lembra que a palavra família deriva de *famulus*, que quer dizer famintos ao redor de um pote ou panela com comida. Além disso, ele ressalta que, nos recenseamentos da coroa portuguesa, registravam-se os "fogos" (destacado no texto), os quais significavam a existência de casas com famílias ao redor de um fogão.

Em diversas pesquisas (WOORTMANN, 1997; MENASCHE, 2005), os autores demonstram que, na alimentação camponesa, a quantidade e a diversidade são mais importantes do que a qualidade, sendo que a família camponesa produz a maior parte daquilo que consome, o que pode levar a uma dieta razoável, porém pouco variada e marcada pela sazonalidade. Em épocas de crise decorrente de fatores ambientais (falta ou excesso de chuvas, fortes geadas), dependendo da região do país, o consumo de determinados alimentos pode ser reduzido a um mínimo necessário.

A produção de alimentos para o autoconsumo, portanto, depende de uma boa colheita e representa a segurança alimentar da família, bem como a obtenção de sementes que garantirão o consumo do ano seguinte.

Leite (2004), compondo o cenário da produção científica sobre a categoria correspondente ao autoconsumo, destaca que durante os anos 1990, no Brasil, se retoma de modo significativo o debate sobre as estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar. Ele foca seu estudo sobre agricultores familiares assentados e analisa o significado da produção autoconsumida em quatro assentamentos estabelecidos a partir de projetos governamentais. Sua concepção de autoconsumo é expressa nos seguintes termos:

Se entiende aquí por autoconsumo, la fracción de la producción agropecuaria (agrícola, ganadera, extractivista y aquella que deriva de productos primarios beneficiados) que se realiza en establecimiento y se destina al consumo alimenticio de los miembros de las familias de los responsables e inclusive la alimentación animal y otros usos en la actividad productiva, es decir, al consumo de este excedente. De esta forma, si se

deduce de la producción realizada las partes relativas a la comercialización, a la donación, al almacena miento y a producción perdida, tenemos efectivamente la producción autoconsumida (LEITE, 2004, p. 125).

Para dimensionar o valor da produção para o autoconsumo, Leite utiliza a metodologia também adotada por outros autores (GARCIA JR, 1994; SACCO DOS ANJOS, 2005), na qual se aplica aos produtos autoconsumidos o preço médio que se obteria com a venda dos produtos de igual natureza no mercado local.

Leite (2004) constata que a produção para o autoconsumo favorece as unidades familiares da agricultura brasileira, de modo especial àquelas que se situam em regiões menos favorecidas. Destaca que a "producción para autoconsumo posibilita a las familias rurales un patrón medio de alimentación superior al conjunto de familias, con niveles de renta similares, que habitan las grandes ciudades" (LEITE, 2004, p.162).

Aproximando nosso olhar sobre a produção para o autoconsumo, faz-se necessário focar o estudo que serviu de ponto de partida para nossa pesquisa de campo e que se origina do Projeto "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluratividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul", já referido na introdução desse trabalho.

Trata-se de um estudo comparativo, realizado por Sacco dos Anjos et. al. (2005), em quatro regiões da geografia gaúcha, a saber: Pelotas, Cerro Largo, Frederico Westphalen e Caxias do Sul. Esse estudo parte do pressuposto de que as condições agronômicas e as potencialidades do meio físico por si só são insuficientes enquanto instrumentos de interpretação da heterogeneidade dos processos de reprodução da agricultura gaúcha. Devido à diversidade de situações que nela se ocultam, trabalhou-se a perspectiva das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, procurando-se, desse modo, estabelecer um diálogo entre o âmbito da produção familiar e a dimensão mais ampla da sociabilidade local.

Para Sacco dos Anjos et al (2005, p. 3), *autoconsumo familiar* significa "produtos ou processos que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração, com base no uso da força de trabalho familiar".

Para o cálculo do autoconsumo, a pesquisa utilizou a metodologia FAO/INCRA, que considera que

[...] quando um agricultor de uma unidade de produção produz algum bem, e este é consumido pela própria família (alimentos, artesanato, lenha, materiais para construção, etc.), tal produção deve ser considerada para efeito de cálculo do produto bruto. (SACCO DOS ANJOS, et al, 2005, p. 7)

Na pesquisa citada, as famílias entrevistadas, em sua grande maioria, tiveram dificuldades em atribuir valores para as "*culturas do gasto da casa*". Para ilustrar essa dificuldade, toma-se o caso do leite como exemplo: quando este produto é trocado entre os vizinhos de uma dada comunidade, o valor a ele atribuído é igual ao valor pago pela indústria de laticínio local. Verifica-se que, nessa situação, o preço do leite para o autoconsumo e para a produção que é vendida é o mesmo. No entanto, em muitas situações em que os agricultores precisam comprar mercadorias que irão consumir e se utilizam do varejo nos pequenos comércios locais, o preço atribuído ao produto por eles adquirido é valorado pelo preço ao consumidor.

Essa forma de determinar o cálculo para o autoconsumo foi criticada por alguns analistas, os quais argumentam que o agricultor jamais obtém os mesmos preços do varejo como pagamento aos produtos que possui e não vende. Cabe destacar que tais produtos acabam sendo utilizados para consumo próprio ou para alimentar os animais dentro da propriedade. Por um lado, essa análise acarreta uma superestimação do valor do autoconsumo; por outro lado, a contra-argumentação também é verdadeira, uma vez que afirma que a utilização dos preços recebidos como referência para o cálculo do valor do autoconsumo acabaria por subestimar os valores (SACCO DOS ANJOS, et. al, 2005).

Considerando-se todos esses aspectos, o procedimento adotado pela referida pesquisa¹⁶ foi o de calcular o valor do autoconsumo, tomando como base os preços recebidos pelo agricultor em cada localidade, embora se soubesse que tal procedimento poderia implicar na subestimação do valor do autoconsumo das famílias rurais entrevistadas.

Entre as inúmeras contribuições que o citado estudo fornece, salienta-se a alusão ao papel transcendental da autoprovisão. O termo "*caixa-verde*" utilizado

¹⁶ Para melhor compreensão dos procedimentos utilizados para o cálculo do valor do autoconsumo sugere-se a leitura do artigo "Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional", publicado nos anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, set, 2005. Neste artigo Sacco dos Anjos et.al, apresenta rigorosa discussão acerca da dificuldade em determinar o cálculo do valor do autoconsumo.

pelos autores parece traduzir nos dias de hoje uma contundente necessidade de refletir sobre a importância do patrimônio sócio-cultural ligado a essas práticas. Esse patrimônio formata-se no processo de trabalho materializado em explorações, cuja base se fundamenta no trabalho da família que, em maior ou menor medida, é destinado à produção dos próprios alimentos consumidos na unidade de produção.

2.5 A autoprovisão e seus imbricamentos culturais

A sociedade moderna tende a desvalorizar determinados padrões de subsistência e corromper as teias culturais que lhes dão sentido. Muitas vezes, a produção em massa dos bens modernos, serviços e imagens provocam um solapamento cultural através da desvalorização sistemática dos bens encontrados nas culturas tradicionais (ROBERT, apud SACHS, 2000).

A cultura nasce de uma dinâmica complexa e não-lienar. Ela é criada por uma rede social dotada de múltiplos elos de realimentação, através dos quais os valores, as crenças e regras de conduta são continuamente comunicados, modificados e preservados. Essa rede social que se cria tem potencialidade para produzir um corpo de conhecimentos comuns, os quais podem transformar-se em capacidades práticas: são moldados pelos valores e crenças da cultura que podem expressar-se através do *modo de vida* de uma determinada sociedade. Segundo Capra,

[...] os valores, as crenças da cultura também afetam o seu corpo de conhecimentos. Fazem parte das lentes através das quais vemos o mundo; ajudam-nos a interpretar nossas experiências e a determinar quais espécies de conhecimento são significativas. (2002, p.99)

Esse conjunto de elementos cria uma identidade entre os membros da rede social e permite que as pessoas se sintam fazendo parte de um grupo maior. Essa identidade pode ser diferente porque o indivíduo pode pertencer, ao mesmo tempo, a diversas culturas. Entretanto,

O comportamento das pessoas é moldado e delimitado pela identidade cultural delas, a qual, por sua vez, reforça nelas a sensação de fazer parte de um grupo maior. A cultura se insere e permanece profundamente entranhada no modo de vida das pessoas e essa inserção tende a ser tão profunda que até escapa à nossa consciência durante a maior parte do tempo. (CAPRA, 2002, p. 99)

A autoprovisão integra o modo de vida do camponês e expressa-se na organização do seu trabalho. Ao trabalhar na terra, trabalha na natureza e dela extrai os seus meios de existência. O processo de trabalho dá-se pela articulação de forças produtivas¹⁷ com relações sociais de produção.

O conjunto de fatores de produção se combina de maneira específica em cada sociedade e molda-se ao momento histórico de determinada sociedade para produzir o que ela necessita. No entanto, concordamos que "nem os recursos, nem os instrumentos e os homens existem sem cultura. É o saber que permite usá-los e é a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho" (WOORTMANN & WOORTMANN, 2002, p. 10).

Acredita-se que a autoprovisão não pode ser dimensionada e muito menos compreendida, adequadamente sem que se evidencie o seu forte conteúdo cultural e simbólico. Os valores, as crenças e os significados formatam espaços nos quais se materializa um *modo de vida*. É nesse espaço que as famílias organizam estratégias que permitem que não se rompam os elos entre o passado e o presente e onde a memória que guardam de sua história revigora práticas e saberes¹⁸ incontestavelmente cruciais para sua preservação.

No entanto, sabe-se que:

A transmutação da natureza em recurso foi acompanhada por um processo de alienação do direito ancestral de utilização da natureza como fonte de sustentação. Quando as florestas, o solo, a água e a vegetação são "desenvolvidos" ou "manejados cientificamente" para suprir as necessidades da indústria, deixam ser propriedade das comunidades cujas culturas e cuja sobrevivência eles mantiveram durante séculos". (SHIVA, apud SACHS, p. 310, aspas no original)

Essa transmutação também afetou as formas de produção para o autoconsumo, podendo ser uma das causas do crescente empobrecimento rural e, como uma das conseqüências, o aumento da fome no campo.

¹⁷ Entende-se por forças produtivas o conjunto de fatores de produção: recursos disponíveis, homens e instrumentos de trabalho (WOORTMAN & WORTMAN, 1997, p.2)

¹⁸ Acerca de práticas e saberes do camponês ver: WOORTMANN & WOORTMANN. O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa, Brasília: Ed UFB, 1997; GARCIA JR. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores, RJ: Ed. Paz e Terra, 1983; ROBERT, Jean. Produção, in SACHS, w. Dicionário do desenvolvimento, RJ, Ed. Vozes, 2000, entre outros.

Nessa perspectiva, a produção para o autoconsumo, que se vê ameaçada cotidianamente pela brutal exigência da produção para o mercado, precisa ser fortalecida, formando alianças amplas nas comunidades rurais. Essas alianças devem permitir o desenvolvimento econômico e social e a consequente redução de pobreza nesse espaço geográfico pleno de possibilidades para tal.

Reconhecer as potencialidades da força do trabalho familiar nessa construção e fornecer ferramentas que assegurem formas de reprodução social, biológica e cultural, profundamente imbricadas nesse processo, significa vislumbrar um horizonte de manutenção da própria vida humana. Para 1,1 bilhão de pessoas, esta condição encontra-se ameaçada pela pobreza e pela fome, assunto do qual trataremos no próximo capítulo.

3 Estado e segurança alimentar: alcances e limitações das políticas públicas no Brasil.

A presente secção reúne alguns elementos para ampliar a compreensão em relação às recentes discussões sobre a temática da Segurança Alimentar, que se tornou um desafio mundial desde a Declaração de Roma, em 1996. Procura-se apresentar breves aspectos conceituais e históricos, bem como a construção do conceito que se amplia ao incorporar outros elementos, além da noção de abastecimento que lhe deu origem. Por fim, apresentam-se e discutem-se alguns dados da última PNAD¹⁹ (2004) sobre Segurança Alimentar no Brasil, os quais apontam o impacto da insegurança alimentar, cuja expressão mais severa é a fome. Esta secção, finaliza com uma alusão à recente discussão sobre o tema da segurança alimentar no plano internacional e que exprime o grau de importância que adquire na atual conjuntura.

3.1 Segurança alimentar: um conceito ampliado

Embora o direito à alimentação tenha sido consagrado como um direito humano, e apesar de todo o avanço tecnológico e científico que permite a produção abundante de alimentos, convive-se ainda hoje com 816 milhões de pessoas distribuídas em todas as partes do mundo sob situação de insegurança alimentar (BELIK, 2001).

No Brasil, a política de Segurança Alimentar adquiriu ampla visibilidade apenas nos anos 1990, quando seus objetivos centrais voltaram-se não apenas à questão do suprimento das necessidades alimentares da população e auto-suficiência nacional na produção agroalimentar, mas diante de esforços no sentido de incorporar outros aspectos relativos ao acesso aos alimentos, carências nutricionais e qualidade dos alimentos. A introdução dessas dimensões fez com que seus objetivos se estendessem, de forma que hoje é vista como “um direito para

¹⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio é realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional.

todas as pessoas ao acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficiente, sem comprometer a atenção a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (IBGE, 2006, p.22).

Apesar dos avanços em termos da importância que o tema encerra, o que se verifica tanto em nível mundial como em nível nacional é que os objetivos de redução de insegurança alimentar não estão sendo atingidos no ritmo esperado, gerando enorme incerteza em relação às reais condições de aplacar seus efeitos e as causas que a produzem. Assim sendo, discutem-se aspectos relacionados à construção do conceito de segurança alimentar e a forma com que essa se configura como política na sociedade brasileira, enfocando algumas das propostas levadas a efeito por organismos internacionais envolvidos na questão.

As inúmeras implicações, tanto do ponto de vista científico quanto na perspectiva da intervenção estatal, fazem desse assunto matéria obrigatória no marco de um processo essencialmente multidimensional de análise e reflexão.

3.2 Focalizando os aspectos históricos e conceituais da segurança alimentar

As questões atinentes ao escopo da Segurança Alimentar passaram a figurar como grandes desafios no ideário das sociedades civis e na agenda dos poderes públicos. Em sua fase mais importante, na Europa, no Pós-Segunda Guerra, é quando se estabeleceram políticas continentais para que as garantias ao acesso à alimentação pudessem ser mantidas nas mais diversas situações, até mesmo durante conflitos internacionais (GALEAZZI, 1996). No entanto, o termo Segurança Alimentar começou a ser referido logo após a Primeira Guerra Mundial, quando essa traumática experiência deixou claro que um país poderia dominar outro através do suprimento alimentar e que isso poderia tornar-se uma arma poderosa, principalmente, se países menos desenvolvidos não dispusessem de meios para atender sua própria demanda. Nesse sentido, o abastecimento alimentar adquiria um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a idéia de que a soberania de uma nação dependia de sua capacidade de auto-provisão de alimentos e de matérias-primas. Portanto, o termo segurança alimentar é de origem militar e

vinculava a questão alimentar exclusivamente à capacidade de produção. Segurança alimentar significava, sobretudo, soberania.

Em 1943, quando milhões de europeus tiveram sua infraestrutura agrícola destruída pelas guerras, discutia-se a constituição da Organização das Nações Unidas – ONU e do Fundo Monetário Internacional – FMI e junto com essa discussão havia uma proposta de criar uma organização multigovernamental para o incentivo da agricultura e alimentação. Decorrente dessa idéia realizou-se, nesse mesmo ano, a I Conferência Internacional sobre o tema, em Hot Spring, Arkansas, EUA. Mas a proposta de garantir um mecanismo de cotas e ajuda alimentar, semelhante ao do FMI, para que cada país pudesse reerguer sua produção alimentar de forma soberana não foi aceita. Entretanto, como resultado de um amplo debate, cria-se em 1945 um organismo denominado Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.

A idéia inicial sobre Segurança Alimentar, que estava essencialmente ancorada na produção de alimentos, manteve-se até a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar promovida pela FAO, em 1974.

Já em 1996, mais de 180 nações participaram da Cúpula Mundial da Alimentação, as quais se comprometeram em diminuir pela metade, até o ano 2015, o índice de pessoas subnutridas no mundo. Foram concebidos dois grandes documentos: a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, listando sete compromissos que os governos participantes iriam assumir para elevar o nível de segurança alimentar, e o plano complementar de ação da Cúpula Mundial da Alimentação, listando objetivos específicos para alcançar as metas consubstanciadas na Declaração. Todas as nações envolvidas concordaram e subscreveram a declaração, coincidindo em relação à urgência na adoção de medidas, devendo-se, para isso, implementar ações nas distintas esferas de atuação (local, regional, comunitária). Essas ações implicam iniciativas no âmbito educativo e político relacionadas ao combate à fome e à insegurança alimentar.

Esse compromisso foi renovado em Roma, no dia 11 de junho de 2002, pelos mesmos 182 países signatários da Declaração anterior. No marco do documento final da Cúpula Mundial da Alimentação, cinco anos depois, os chefes de Estado e de governo evidenciaram a necessidade de renovar os esforços de organizações internacionais, da sociedade civil e do setor privado, no sentido de atuar de modo

ainda mais incisivo com vistas a pôr fim à tragédia que alcança atualmente mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo (BELIK, 2003).

A definição clássica adotada pela FAO estabelece que a segurança alimentar representa um estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (BELIK, 2003, p.23).

Percebe-se que esse conceito é bastante amplo, pois comporta elementos que afetam não somente à disponibilidade de alimento, mas também a sua qualidade nutritiva. Enfatiza os aspectos do acesso, qualidade e suficiência, valorizando os hábitos alimentares adequados, ao mesmo tempo em que situa a segurança alimentar e nutricional como condição basilar de cidadania.

Com efeito, trata-se de uma noção que vem sendo objeto de novos significados. Desde a I Conferência Mundial de Alimentação realizada pela FAO em 1974 houve a incorporação de novos elementos ao seu conteúdo, cabendo ressaltar que um dos avanços coincide com o fato de minimizar o enfoque centrado apenas na qualidade do alimento em si ("*safety food*"). A partir daí, começa-se a dar importância às questões relacionadas às formas de acesso por parte do conjunto da população (produção e distribuição) ou o que se conhece como "*food security*". No que tange a essa questão, faz-se necessário lembrar que a década de 70 foi marcada pela escassez dos estoques mundiais de alimentos, vislumbrando-se na Revolução Verde o caminho inofismável para reverter esse quadro, tendo em vista o potencial de inovações tecnológicas capazes de incrementar exponencialmente a oferta de alimentos e de matérias-primas. Esse movimento teve início nos anos 1950 nos Estados Unidos, espalhando-se pelos demais continentes no decorrer das duas décadas subseqüentes.

Admitia-se à época que incrementos sucessivos da produtividade agrícola seriam capazes de resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Ao longo dos anos, e inclusive nos dias atuais, o ideário da Revolução Verde passou a sofrer inúmeras críticas. No curso desse processo vem sendo questionada a sustentabilidade de uma tecnologia voltada à monocultura, altamente dependente do uso de fertilizantes, pesticidas e insumos não-renováveis, de alto custo, e geradora

de inúmeros impactos ambientais²⁰. Embora a produção mundial de alimentos tenha crescido consideravelmente, esse fato não garantiu o desaparecimento da fome e da desnutrição. Reforçou-se, assim, o entendimento de que tais mazelas eram decorrentes, não da falta de alimentos, e sim dos problemas relativos ao acesso e distribuição.

No início dos anos 1980, novos temas reclamam renovada atenção, particularmente os que afetam às vinculações entre produção agroalimentar, desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola. Percebe-se que a fome não é tanto uma consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas, sim, da marginalização econômica de certas populações (CHONCHOL, 2005, p.3).

Diante dessa questão, cabe destacar o interessante livro, *"Aid as a Obstacle"*, no qual os autores referem que os programas levados a cabo pelos países ricos no âmbito dos países pobres, e que deveriam cumprir com o desiderato de aplacar a fome e a insegurança alimentar, tem por meta, além dos objetivos humanitários, a redução dos próprios estoques alimentares. Essa atitude reafirma politicamente o poder dessas nações, tendo como principal consequência a desestruturação dos sistemas produtivos locais, no âmbito dos países que foram objeto desses programas. Nesse estudo, Lappé et al (1980) revela algumas das causas do fracasso dos programas de ajuda internacional desencadeados desde o final da II Guerra Mundial.

No bojo desse importante debate a FAO apresentou, em 1983, um novo conceito de Segurança Alimentar que se baseava em três grandes objetivos: a oferta adequada de alimentos, a estabilidade da oferta e do mercado dos alimentos e a segurança no acesso dos alimentos ofertados. Dessa forma, mais do que a disponibilidade de alimentos, a capacidade de acesso por parte dos povos assume o status de questão crucial para a segurança alimentar. A partir de então, ela aparece associada à garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução de pobreza (VALENTE, 1995).

Referindo-se à questão da fome e da produção de alimentos, Amartya Sen destaca que a fome relaciona-se também ao funcionamento de toda economia e, mais amplamente, à ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar direta ou indiretamente o potencial das pessoas para adquirir alimentos e obter

²⁰ Sobre os danos provocados pela Revolução Verde no Rio Grande do Sul ver: CAPORAL (2003).

saúde e nutrição. Assim, políticas governamentais coerentes devem funcionar no sentido de permitir uma ativa participação de partidos políticos, organizações não governamentais e demais instituições que atuam no sentido de criar as condições para que o diálogo entre atores sociais se estabeleça em torno a esses mesmos objetivos. Nesse contexto,

Subnutrição, fome crônica e fomes coletivas são influenciadas pelo funcionamento de toda a economia e de toda a sociedade – não apenas pela produção de alimentos e de atividades agrícolas [...] os alimentos não são distribuídos na economia por meio da caridade ou de algum sistema de compartilhamento automático. O potencial para comprar os alimentos tem que ser adquirido. [...] as pessoas passam fome quando não conseguem estabelecer seu “intitlamento” sobre uma quantidade suficiente de alimentos. (SEN, 2000, p.190)

Para que ocorra esse “intitlamento” há necessidade de: 1) dotação de recursos produtivos e riquezas, as quais têm preço no mercado, sendo que para boa parte da humanidade a única dotação significativa é a força de trabalho; 2) possibilidades de produção, considerando que essas condições são determinadas pelo uso da tecnologia disponível e a capacidade das pessoas em organizar seus conhecimentos para usá-los de forma efetiva e 3) condições de troca: consistem no potencial para comprar e vender bens e a determinação dos preços relativos de diferentes produtos. Sendo a força de trabalho o recurso de maior parte disponível no âmbito da humanidade o mercado de trabalho é crucial, sendo que diante de uma crise econômica alguns serviços podem ser muito mais afetados do que outros. Nesse sentido,

As fomes coletivas podem ocorrer mesmo sem nenhum declínio na produção ou disponibilidade de alimentos. Um trabalhador pode ser levado a passar fome devido ao desemprego, combinado com a ausência de um sistema de seguridade social que forneça recursos como seguro-desemprego. [...] Uma fome coletiva pode sobrevir apesar de um nível geral elevado ou até mesmo de um “pico” na disponibilidade de alimentos. (SEN, 2000, p.194; aspas no original)

No itinerário da consolidação do atual conceito de Segurança Alimentar percebe-se, ao final dos anos de 1980 e início de 1990, a incorporação sucessiva de outras acepções, tais como: alimento seguro, pressupondo que o mesmo esteja livre de contaminação biológica ou química; qualidade do alimento, reunindo atributos relacionados aos aspectos nutricionais, biológicos e da tecnologia de

produção; balanceamento da dieta, informação e opções culturais, considerando os hábitos alimentares da população-alvo das políticas públicas. Outrossim,

Passa-se também a considerar a questão da equidade e da justiça, especialmente no que tange às relações éticas entre a geração atual e as futuras gerações, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado. Entrou em pauta a discussão dos modos-de-vida sustentáveis. O direito à alimentação passou a se inserir no contexto do direito à vida, à dignidade, à auto-determinação e à satisfação de outras necessidades básicas. (VALENTE, 1995, p.3)

A Conferência Internacional sobre Nutrição, conjuntamente promovida pela ONU e FAO, realizou-se em 1992, contando com a presença de 159 países e dos líderes da Comunidade Econômica Européia, e teve como corolário a elaboração da Declaração Mundial sobre a Nutrição. Todas as nações que participaram da conferência coincidiram no entendimento de que a fome e a desnutrição são inaceitáveis e que o acesso a alimentos nutricionalmente adequados e seguros é um direito de cada pessoa. Um plano de ação foi concebido com vistas ao combate à fome e aumento da segurança alimentar no âmbito dos domicílios, agregando-se outras questões correlatas, como as que afetam a assistência básica à saúde (abastecimento de água, saneamento e saúde pública) e o cuidado promovido nos domicílios aos membros da família (carinho, atenção, preparo do alimento, aleitamento materno, estimulação psicossocial, informação, educação).

Em nível internacional, emergiu um movimento em defesa da Segurança Alimentar como um direito básico e que chamava atenção para cinco grandes aspectos:

- A questão da Segurança Alimentar deve ser entendida como um direito humano básico (*entitlement*) à alimentação e à nutrição. – a
- Este direito deve ser garantido por políticas públicas e privadas.
- O papel do Estado é o de proteger o exercício desses direitos.
- A fundamentalidade da participação ativa e atuação da sociedade civil, nas situações e circunstâncias em que o Estado é incapaz de agir.
- A necessidade de romper com a tendência de opor o mercado e o Estado, entendendo que cada setor tem seu papel, cabendo à sociedade civil o compromisso de mediá-los (VALENTE, 1995).

Seguindo os debates sobre Segurança Alimentar, a Cúpula Mundial de Alimentação reuniu-se em Roma em 1996, tratando da questão e destacando:

A pobreza é uma causa importante de insegurança alimentar, e o progresso sustentável em sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos. Os conflitos, o terrorismo, a corrupção e a degradação do meio ambiente contribuem também consideravelmente para a insegurança alimentar. É preciso esforçar-se para conseguir uma maior produção de alimentos, incluindo os alimentos básicos. Isto deve realizar-se no contexto da utilização sustentável dos recursos naturais, da eliminação de modelos de consumo e produção não sustentáveis, particularmente nos países industrializados, e da estabilização no prazo mais curto possível da população mundial. Reconhecemos a contribuição fundamental das mulheres para a segurança alimentar, sobretudo nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de garantir a igualdade entre o homem e a mulher. Para reforçar a estabilidade social e contribuir na correção da excessiva taxa de migração do campo para as cidades que muitos países enfrentam, será também necessário considerar prioritária a revitalização das áreas rurais. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE ROMA, 1996, p.1-2)

Nesse documento ressalta-se a importância dos governos, a quem cabe garantir políticas que promovam a paz, a estabilidade social, política e econômica, a equidade e igualdade entre os sexos. A fome é vista como uma ameaça para as sociedades e para a própria estabilidade da comunidade internacional. Evidencia-se também a necessidade de investimentos em pesquisas e infra-estrutura para garantir a segurança alimentar, associando-os à geração de emprego e renda e promoção do acesso equitativo aos recursos produtivos e financeiros. Destaca-se, ainda, o papel fundamental dos agricultores, pescadores, povos das florestas, populações indígenas e suas comunidades. Por fim, o documento assume compromissos direcionados a ações nacionais e internacionais orientadas no sentido de:

- a) Garantir um ambiente político, social e econômico que promova ações de erradicação da pobreza, a participação plena e equitativa dos homens e mulheres e a sustentabilidade da segurança alimentar;
- b) Aplicar políticas que melhorem o acesso físico e econômico de todos, em todos os momentos, a alimentos suficientes, nutricionalmente adequados e seguros;
- c) Adotar políticas, práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, pesqueiro, florestal e rural para assegurar o abastecimento alimentar de cada nação;
- d) Promover políticas de comércio mundial justo e orientado para o mercado;

- e) Prevenir o enfrentamento de catástrofes naturais e emergências de ordem humanitária para fomentar a reabilitação, a recuperação, o desenvolvimento e a capacidade para satisfazer necessidades futuras;
- f) Promover a destinação, utilização e otimização dos recursos públicos e privados para fortalecer os recursos humanos, os sistemas alimentares, agrícolas, pesqueiros e florestais sustentáveis e o desenvolvimento rural em áreas de baixo e alto potencial;
- g) Aplicar e vigiar as medidas, dando seguimento ao Plano de Ação em todos os níveis, em cooperação com a comunidade internacional.

Considera-se importante a manifestação desses compromissos, em que pese o fato de que no início de 2002 a FAO organizou uma nova Conferência com o nome de “Cúpula + 5”, na qual se constatou que a meta para 2015 estava muito distante de ser atingida. Para o Diretor Geral da FAO, Jaques Diouf, o progresso em reduzir a fome no mundo paralisou, e em consequência da fome, ainda morrem anualmente seis milhões de crianças com até 5 anos de idade. Para reduzir o número de famintos é necessário atingir 24 milhões de pessoas ao ano. O que se observa, no entanto, é que entre os anos de 1998-2000, esse número atingiu apenas 2,5 milhões (FAO, 2002). Esses dados revelam que as políticas de combate à fome, em nível internacional, prescindem de resultados mais significativos, sendo que, para isso necessita-se, sobretudo, de ampla vontade política de todos os países envolvidos diante desses imperativos.

Constata-se que o binômio pobreza/fome está profundamente interconectado, embora esses conceitos sejam equivocadamente vistos como intercambiáveis e de igual conteúdo e significado. A fome é a manifestação mais crítica da pobreza. É interessante observar que em relação aos investimentos necessários para a diminuição da pobreza no mundo, Jeffrey Sachs, Diretor do Instituto da Terra da Universidade Columbia e assessor especial do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para as Metas de desenvolvimento de Milênio, refere:

A verdade é que agora o custo é provavelmente pequeno em comparação com qualquer medição relevante [...] o que é mais importante, a tarefa pode ser executada dentro dos limites que o mundo rico já empenhou: 0,07% do produto nacional bruto do mundo de renda alta, meros Us\$ 10 de renda. Todo o incessante debate sobre assistência ao desenvolvimento [...] diz respeito na verdade, a menos de 1% da renda do mundo rico. (SACHS, 2005, p.331)

Seguindo em sua análise, Sachs²¹ aponta duas grandes razões para justificar a existência desse quadro. A primeira relaciona-se à diminuição da quantidade de miseráveis,²² estimada pelo Banco Mundial em 1,1 bilhão de pessoas, o que corresponde a um quinto da população mundial. Há duas gerações atrás essa proporção estava perto da metade e há uma geração atrás, estava em torno de um terço. No entender desse autor, a “proporção da população mundial que ainda está atolada na miséria é, em termos relativos, administrável” (SACHS, 2005. p.332).

De acordo com Sachs, ao referir-se à “miséria administrável” tem-se a sensação de que houve um total afastamento da dimensão ética necessária para compreender que a miséria provoca um estado de desvalorização social do sujeito perante à sociedade, e o mais grave, denota a banalização desse fenômeno. O valor numérico indicado torna invisível a verdadeira dimensão do cotidiano de aproximadamente 816 milhões de pessoas atingidas pela privação constante de alimentos e desenha uma realidade onde a coexistência das forças essenciais do ser social e sua negação demonstram as contradições do sistema capitalista.

A segunda razão apontada por Sachs para justificar esse quadro é assim manifestada:

A meta é acabar com a pobreza extrema, não com toda a pobreza, e ainda menos, equiparar as rendas mundiais ou acabar com a distância entre ricos e pobres. Isso pode acabar acontecendo, mas, para tanto, os miseráveis terão que ficar ricos graças aos próprios esforços. Os ricos podem ajudar muito os pobres dando alguma assistência para arrancá-los da armadilha da pobreza que agora os aprisiona. (SACHS, 2005, p.332)

Essa concepção, perfeitamente ajustada à ideologia neoliberal, transfere a responsabilidade de sair da pobreza ao próprio indivíduo, ignorando completamente que o “homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que, paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los” (LUKÁCS, 1978.p 5). Isso requer que o homem tenha, antes de tudo, condições materiais concretas de trabalho que assegurem sua capacidade de reprodução social. De acordo com Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social, o qual permite a humanização do homem e o refinamento de suas faculdades (BARROCO, 2001).

²¹ As demais razões aludidas podem ser encontradas em Jeffrey Sachs (2005).

²² Para o Banco Mundial o critério utilizado para determinar a quantidade de miseráveis no mundo é a renda de Us\$ 1 por dia, sendo que o mesmo banco utiliza a renda 2 Us\$ por dia para medir a pobreza moderada (SACHS, 2005, p. 47).

Acredita-se, assim, que “sair da armadilha da pobreza” pressupõe interrogar-se a respeito de quem a criou e quais são os interesses implicados em sua real extinção. Isso talvez seja um dos fatores que justifique os resultados de programas de combate à pobreza e à fome propostos pelos organismos internacionais estarem muito aquém do esperado, já que a pobreza de 1,1 bilhão de seres humanos é considerada por Sachs, e por seus seguidores como “perfeitamente administrável”.

3.3 As Políticas de Segurança Alimentar no Brasil

A luta contra a fome no país não é recente. No pós-guerra, o médico brasileiro Josué de Castro mapeou a fome no Brasil e “suas idéias foram decisivas para a instituição do salário mínimo, que estabeleceu uma cesta de 12 alimentos, que comprometeria 50% da estimativa salarial e atenderia a 100% das recomendações de calorias, proteínas, sais minerais e vitaminas” (BATISTA FILHO, 2003, p.1).

Na década de 1970, cria-se o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN com o objetivo de formular uma política de alimentação e nutrição, inserida na proposição do I Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual integrava o I PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição). A abrangência de suas ações incluía o sistema de produção e distribuição²³ de alimentos básicos e o fornecimento de suplementação alimentar a parcelas de população de baixa renda. Cabe frisar que:

A intenção era de que o Estado atuasse junto à população mais pobre enquanto não houvesse uma melhoria na distribuição de renda que reconhecidamente constava nos textos oficiais como modo de resolver o problema de desnutrição no país. Em contrapartida, a distribuição mais equitativa da renda vai sendo postergada em razão da conjuntura de crise do país, que reproduz as condições do capitalismo internacional, com inflação e desemprego. (FELICIELLO e GARCIA, 1996, p.225)

No entanto, as primeiras referências à Segurança Alimentar enquanto política pública surgem ao final de 1985 através do Ministério da Agricultura, que prevê uma "Política Nacional de Segurança Alimentar", visando atender às necessidades alimentares da população e atingir a auto-suficiência nacional na produção de alimentos. Formulada por uma equipe de técnicos, a convite do Ministério da Agricultura, ela trouxe consigo, à época, poucos desdobramentos. A utilização da

²³ O tema abastecimento e distribuição de alimentos no Brasil é tratado no trabalho de BELIK, SILVA e TAKAGI (2001).

noção de segurança alimentar limitava-se, até então, em avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo a desnutrição infantil, sob a égide da Vigilância Sanitária (MALUF, 1996, p.2). A proposta de elaborar uma política de Segurança Alimentar também contemplava a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar que deveria ser presidido pelo Presidente da República e composto por Ministros de Estado e representantes da Sociedade Civil. Esse tema foi retomado durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, realizada em 1986, a qual colocava a alimentação como um direito básico.

O conceito de Segurança Alimentar ampliava-se incorporando, às esferas de produção agrícola e do abastecimento, as dimensões do acesso aos alimentos, das carências nutricionais e da qualidade dos alimentos. Começava-se então a falar de Segurança Alimentar e Nutricional. (VALENTE, 1995, p. 2)

Em 1991, o Partido dos Trabalhadores, articulado à época em torno ao Governo Paralelo,²⁴ elaborou uma conjunto de medidas na Política de Segurança Alimentar, fundamentada na proposta de 1986, agora sem limitar a segurança alimentar ao tema do abastecimento e da problemática agrícola. Porém, essa proposta, quando encaminhada ao Governo Collor não foi acolhida, sendo reapresentada ao governo de Itamar Franco, em 1993, havendo sido aceita como base para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, bem como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA no mesmo ano. O movimento desencadeado na “Ação da cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” assumiu uma dimensão nacional, inspirada em razões de ordem ética e na importância da solidariedade. Seu mérito foi o de denunciar a existência de 32 milhões de miseráveis nos campos e nas cidades do país.

Sob a liderança do sociólogo Herbert de Souza, desencadeia-se a Campanha contra a Fome, e com o apoio do CONSEA, realiza-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em julho de 1994, durante a qual, obtém-se uma declaração política e um documento pragmático com as condições e requisitos para consolidar uma Política Nacional de Segurança Alimentar. A experiência do CONSEA, contudo, durou apenas até o final de 1994, quando o governo substituiu essa iniciativa por ações do Programa Comunidade Solidária. A extinção do CONSEA e a criação do

²⁴ O Governo Paralelo foi criado, em 1991, por Luis Inácio Lula da Silva para acompanhar as ações da administração de Fernando Collor de Mello após as eleições de 1989.

Conselho Consultivo da Comunidade Solidária acarretaram certa indefinição na Política Nacional de Segurança Alimentar, afetando amplos setores da sociedade como os pequenos e médios produtores rurais e urbanos, deixando, assim, de cumprir as diretrizes básicas anteriormente formuladas.

Observa-se uma nova fragmentação das políticas públicas de combate à fome. Essa divisão resultou, por exemplo, na extinção do INAN, em 1997, e na manutenção do programa de distribuição de cestas básicas de forma instável e sujeito ao calendário eleitoral. O Programa Comunidade Ativa – PCA, criado em 1999, voltava-se para os municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH), sendo que até 2001 apenas 157 municípios haviam sido atendidos, contra a previsão inicial de 1000 até o final do ano 2000, quando o governo federal cortou do orçamento a verba para o PRODEA, que distribuía cestas básicas para a população-alvo desta política.

A justificativa oficial alicerçou-se no entendimento de que “o caráter assistencial do programa não contribuiu para a redução da pobreza e além disso, a distribuição de cestas vindas de fora não ajuda a melhorar a economia dos municípios”. Depois disso, passa-se então para uma “nova estratégia”: a de gradativamente transferir às famílias beneficiadas por algum programa social para os “novos programas” criados em 2001, como o “Bolsa-Alimentação” e o “Bolsa-Escola”, os quais foram implantados em 2001 pelo Ministério da Educação com recursos provenientes do Fundo de Combate à Fome. Nesse contexto, o valor dessa bolsa era bem menor do que o das cestas básicas distribuídas pelo PRODEA, sendo muito menor ainda se comparado com as que deram origem ao programa nas prefeituras de Campinas, Porto Alegre e Distrito Federal (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001 p. 23).

Percebe-se, assim, que durante o governo Fernando Henrique existiram duas tendências nas políticas de combate à fome e insegurança alimentar. A primeira direcionou-se ao esvaziamento das políticas universais, substituindo-as por políticas compensatórias e localizadas, com alcance limitado e baixos resultados. A segunda tendência consistiu na substituição de programas baseados na distribuição de bens por um valor mensal em dinheiro, variando de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 por mês. Nenhuma dessas tendências concedeu primazia a fatores determinantes para se alcançar as diretrizes da Segurança alimentar como é o caso da diminuição da

concentração das riquezas, que, como é sabido, agrava o quadro de extrema desigualdade social no país e, em conseqüência, a fome e insegurança alimentar.

3.4 A Política de Segurança Alimentar a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

As políticas estruturais podem modificar as bases sociais e culturais das populações consideradas em situação de risco nutricional. Mediante o desenvolvimento de mecanismos que permitam o acesso a ativos de produção e educação, torna-se possível garantir a melhoria de renda, em bases permanentes, para as populações excluídas (BELIK, 2003).

O Ministério Extraordinário de Combate à Fome e Insegurança Alimentar – MESA, foi criado em 23 de janeiro de 2004 pelo Presidente Lula e sua missão era a de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, bem como aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social do Comércio, do Transporte e da Indústria. Era o responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda e cidadania do país, sendo também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social.

Os programas de Segurança Alimentar e Nutricional do atual Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, compreende iniciativas ligadas ao Fome Zero, que buscam erradicar a fome e suas conseqüências imediatas para o conjunto da população mais pobre. Na prática, são ações e programas que seguem os preceitos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo a atuação dos governos estaduais, ministérios e sociedade civil em geral. Essas iniciativas visam contribuir para a superação dos desafios e o alcance da estratégia de desenvolvimento no conjunto do país.

Os programas da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN são: acesso à Alimentação, Educação para a Alimentação Saudável; Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Construção de Cisternas; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa do Leite; Restaurante Popular; Cozinha Comunitária e Popular; Banco de Alimentos e Colheita Urbana; Hortas Comunitárias; criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, (CONSAD's); Educação Alimentar; Apoio a Comunidades Quilombolas; Apoio a Comunidades Indígenas e Atendimento Emergencial. Todos esses programas

contemplam distintos projetos, sendo que o Programa Fome Zero possui um conjunto de 25 políticas e 60 programas que atendem a três dimensões: estruturais, específicas e locais.

Percebe-se que há uma forte determinação para que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional se volte para a integração de seus objetivos com as demais políticas sociais promovidas pelo MDS. O reconhecimento de que a insegurança alimentar tem como causa a falta absoluta ou relativa de poder aquisitivo de aproximadamente um terço da população brasileira representa a possibilidade de pensar essa política de forma diferente e de tratá-la também com novos olhares. Cabe ressaltar que, em termos de acompanhamento dessa política, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão divulgou recentemente a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), a qual permitiu investigar as condições dos domicílios em relação à segurança alimentar, propiciando a construção de indicadores para a medida direta daquela condição. “É a primeira vez que esse indicador é observado em âmbito nacional [...] e os resultados obtidos oferecem o perfil de segurança alimentar no Brasil [...], sendo ampliado o potencial explicativo dos indicadores construídos” (IBGE, 2006, p.13).

Percebe-se que as PNADs representam um instrumento consistente de pesquisa e informação, capaz de subsidiar estudos para as diferentes áreas de conhecimento, dentre elas, o Serviço Social, profissão que atua diretamente com os problemas decorrentes da insegurança alimentar e análise sobre a eficácia dos programas sociais implantados nesse âmbito.

3.5 A implantação dos CONSAD(s): uma estratégia de inclusão social?

O objetivo da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, por sua própria natureza, confere papel central à atuação do Estado na constituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e atribui relevância às ações igualmente públicas originadas das organizações da sociedade civil (MALUF, 2007).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, estabelece a participação das organizações sociais da iniciativa privada e pública, além da administração direta, tendo como critério o comprometimento com os objetivos e princípios de sua formulação. As políticas e programas são implementados,

fundamentalmente, através de unidades político-administrativas que compõem a federação (União, Estados e Municípios).

O conhecimento das especificidades regionais e sua aproximação com as realidades municipais é um importante fator para que se possam efetivar ações junto a indivíduos e populações vulneráveis ou com carências específicas e assim constituir redes de proteção e de promoção social como forma de superação às práticas assistencialistas bastante arraigadas em nossa sociedade.

As iniciativas de âmbito municipal visando gerar trabalho e renda, por exemplo, podem contribuir de forma efetiva no enfrentamento do desemprego e da pobreza, além de melhorar a condição alimentar de famílias tanto no âmbito doméstico como no comunitário.

Nessa perspectiva o CONSAD pode e deve desempenhar um papel transcendental no combate à fome e à insegurança alimentar além de desenvolver ações em outras áreas tais como: recuperação e proteção ambiental, recursos hídricos e saneamento, resíduos sólidos, cultura, saúde, produção agropecuária, abastecimento, entre outras.

Os CONSAD(s) são organizações territoriais institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento regional, geradores de trabalho e renda. Constituem-se como associações sem fins lucrativos, formados por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante.

Nesses territórios, em que os CONSADs foram implantados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apóia a implementação de projetos de combate à pobreza relacionados a sistemas agroalimentares, capazes de intervir na realidade sócio-territorial, integrando políticas públicas, envolvendo atores sociais e gerando trabalho e renda. Esses projetos devem refletir as propostas e anseios do Fórum CONSAD e ter passado pela discussão e aprovação, por meio de assembléia.

O enfoque territorial do CONSAD considera os seguintes fatores:

- a) Índices de Desenvolvimento Humano(IDH) dos municípios que o integram,
- b) as relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais existentes na região;
- c) a dimensão física e ambiental do território;

- d) suas potencialidades, geoestratégias para arranjos sócio-produtivos sustentáveis;
- e) reorganização do território visando à inclusão social
- f) construção de uma institucionalidade capaz de mediar conflitos e agregar esforços, de forma a direcionar a integração territorial para os objetivos da segurança alimentar e nutricional, com desenvolvimento local;
- g) identidade territorial e solidariedade social.

Nesse sentido, cabe citar importante estudo resultante de uma ampla pesquisa resultante de um acordo de cooperação técnica firmado entre a FAO e o governo brasileiro, cuja investigação denominada TCP FAO/BRA/2905, desencadeou-se junto aos nove (9) recém-instalados CONSADs das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente realizada por pesquisadores vinculados às Universidades Federais de Pelotas, Lavras e Uberlândia.

Na região sul do Brasil o estudo envolveu os CONSADs de Missões, Campos de Lages e Pitanga, respectivamente instalados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa resta a opinião de que apesar das limitações, “a experiência TCP FAO/BRA/2905, significou indubitavelmente, um marco referencial para a elaboração de projetos relacionados ou não com o tema da segurança alimentar, tanto para poderes públicos, quanto para organizações civis” (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2007, p. 63).

Segundo informações colhidas na página do MDS, no momento em que escrevemos esta dissertação, quarenta (40) CONSADs foram implantados, distribuídos em 26 estados, envolvendo 576 municípios e uma população de 10, 5 milhões de habitantes, o que significa que muito há ainda por fazer, considerando-se que no município é que se encontram as potencialidades para a redução de complexos problemas relacionados à segurança alimentar da população. A implementação dos CONSADs visa contribuir, de forma decisiva, para transformar a vida de milhares de pessoas que nem sequer tem assegurado um direito primordial: - o direito a uma alimentação sadia e segura. Num país de dimensões continentais esse desafio é ainda maior, considerando-se as grandes discrepâncias regionais.

Portanto, há necessidade de fortalecer as organizações sociais no sentido de que essas se tornem espaços de participação e decisão democrática e não meros

reprodutores de tarefas prescritas por programas que nem sempre se mostram aptos a atender as reais necessidades da população.

3.6 Alguns resultados quanto a segurança alimentar, segundo dados da PNAD 2004

A PNAD (2004) revela que em 65,2% dos aproximadamente 52 milhões de domicílios particulares brasileiros, estimados para 2004, residiam pessoas em situação de Segurança Alimentar (SA)²⁵. Desse conjunto fazem parte indivíduos que efetivamente tiveram acesso, nos 90 dias prévios à data da entrevista, aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e que sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Significa um contingente equivalente a 109 milhões de pessoas ou 60,2% do total. Por outro lado, nos outros 34,8% dos domicílios, considerados em situação de insegurança alimentar (IA), residiam, aproximadamente 72 milhões de pessoas (39,8% do total), as quais viviam em unidades domiciliares submetidas à insegurança alimentar leve, moderada ou grave.

A mesma fonte indica que em 12,3% e 6,5% deles vivem pessoas com insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente. Isso significa que apesar de todos os esforços no que tange à política de segurança alimentar e nutricional implantada nos últimos anos, esse fenômeno atinge a um universo de 39,5 milhões de pessoas, o que supera a título de exemplo, a população da Argentina, equivalente a cerca de 35 milhões de habitantes.

Outro fator apontado pela pesquisa é que no meio rural brasileiro há maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar grave ou moderada, sendo que cerca de 9,5 milhões de moradores rurais convivem com restrição quantitativa de alimentos e 3,4 milhões convivem com a experiência da fome. No Sul do Brasil, a incidência de insegurança alimentar no âmbito da população rural é menos intensa do que no Norte-Nordeste do país, atingindo, segundo a mesma fonte, 12,3% da população com insegurança alimentar, ou seja, 1.053.100 pessoas. Não obstante, torna-se igualmente importante examinar as causas que produzem esse quadro. Alguns estudos realizados recentemente identificaram razões históricas que

²⁵ Segundo o IBGE (2006, p. 27) considera-se Segurança Alimentar: o acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes sem preocupação de ausência em um futuro próximo. Insegurança Alimentar Moderada é a limitação de acesso quantitativo aos alimentos e Insegurança Alimentar Grave é a situação de fome pela qual passam as pessoas quase todos os dias.

contribuem para produzir esse cenário, os quais repercutem até os dias atuais.

Nesse contexto:

Na retórica do Estado desenvolvimentista da era Vargas e das transformações subseqüentes os agricultores foram duramente penalizados por produzirem farinha e serem relegados a meros produtores de cereais [...] simultaneamente foi sendo esvaziado um dos esteios da tradição camponesa do Brasil meridional [...] o que chamamos de mito da "autonomia camponesa", com o abandono de muitas práticas vinculadas ao autoconsumo (hortas, pomares, criação de pequenos animais e transformação caseira). (SACCO DOS ANJOS 2005, p.17; aspas no original)

A insegurança alimentar das populações rurais expressa também a desigualdade que permeia as relações sociais no âmbito da produção agrícola. Muitas seriam as análises necessárias para discutir a questão do acesso à terra e aos meios de produção, mas não é esse o objetivo desse trabalho.

Quanto às regiões pesquisadas pela PNAD 2004, a desigualdade regional é confirmada mais uma vez, apontando o Norte e Nordeste como regiões em que a insegurança alimentar grave apresentou proporções mais elevadas na zona rural, enquanto que no Sul e Centro-Oeste ocorreu o inverso, havendo sido detectada a insegurança alimentar grave em maiores proporções nas áreas urbanas. No Nordeste a insegurança alimentar grave atinge respectivamente 17,1% e 13,2% da população residente no âmbito rural e urbano. Na região Norte, ela incide sobre 14,4% da população rural e 12,7% na população urbana. Na região Sul, a incidência de situações de insegurança alimentar grave é de apenas 2,6%.

No que se refere à raça, constatou-se que a insegurança alimentar atinge 11,5% da população negra ou parda e cai para 4,1% entre os brancos, o que demonstra também a desigualdade econômica entre as raças. Cabe ainda destacar que a insegurança alimentar não só se manifesta pela ausência dos alimentos, mas também pelo seu uso inadequado, o que se comprova nos dados de 2002-2003 da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares).

Segundo essa mesma fonte, existem 38,8 milhões de brasileiros com excesso de peso, dos quais 10,5 milhões são considerados obesos (BELIK, 2006). Esse fato denota a complexidade da questão relativa à Segurança Alimentar, seus múltiplos enfoques e os atuais desafios para a construção de políticas que atendam às dimensões implicadas, bem como à natureza interdisciplinar dessa questão.

Esses dados evidenciam parte de um quadro deveras complexo, o qual requer uma aproximação, cada vez mais rigorosa, por parte dos instrumentos de

mensuração, de forma a oferecer a real expressão da fome e de insegurança alimentar no contexto de um país plagado de desequilíbrios regionais. É o conhecimento dessa realidade que nos permite reformular os instrumentos de intervenção estatal, visando reduzir esse grave problema que se estende, em maior ou menor grau, por todas as regiões do Brasil.

3.7 Perspectivas da luta contra a fome

Pensa-se que o tema da Segurança Alimentar, não pode ser abordado sem que se considere o funcionamento de uma sociedade construída sob o império da lógica capitalista, marcada pela brutal desigualdade social, na qual o acesso à alimentação é dificultado pela concentração dos meios de produção. Parte-se aqui da premissa de que se torna crucial oferecer condições mínimas que permitam aumentar os graus de liberdade às estruturas de ascensão social por parte da população mais pobre. Percebe-se que o Brasil, no plano diplomático-institucional, segue estritamente as determinações emanadas das grandes arenas mundiais de decisão em torno das noções de Segurança Alimentar, incorporando os elementos que ampliam o seu conceito e escopo temático.

Entretanto, somos do entendimento de que as políticas públicas adquiriram visibilidade apenas na década de 1990, quando a sociedade brasileira passava por um momento no qual o Estado havia reduzido consideravelmente seu nível de protagonismo diante do ajuste fiscal imposto pelos organismos multilaterais.

Parte-se do suposto de que a criação de um Ministério que prioriza o combate à fome não garante a eficácia das medidas preconizadas. Considera-se que os indicadores divulgados pelo IBGE permitem dimensionar os problemas da insegurança alimentar e sua manifestação mais severa que é a fome, bem como o fato de que há muito ainda a se fazer para tornar mais efetiva a Política de Segurança Alimentar, pois os fatos indicam a redução das situações de insegurança alimentar num ritmo muito aquém do esperado.

Pode-se concluir que em termos percentuais não houve uma grande transformação e que a insegurança alimentar não pode ser atribuída à falta de alimentos e sim às condições que assegurem o seu acesso, seja na forma de programas de transferência de renda, seja via produção de alimentos para o autoconsumo, tanto no campo quanto na cidade. O fato de a fome e da insegurança

alimentar atingirem as populações rurais é sumamente importante e pode estar associado ao desprestígio que acomete as famílias rurais em relação a produzirem para atender a suas próprias necessidades de consumo. Essa e outras questões devem servir de base para que o Estado e a sociedade civil atuem no sentido de ampliar e qualificar o papel das políticas públicas de longo prazo, sem perder de vista ações emergenciais e a formação de recursos humanos para atuar nessa área.

Parte-se da premissa de que existe uma considerável escassez de estudos que abordem o tema da segurança alimentar no âmbito rural. As práticas de autoconsumo invariavelmente são consideradas como objeto de menor relevância, se comparadas com a dimensão comercial das explorações familiares, bem como de outros temas como a questão das relações de produção, da sustentabilidade e modernização dos processos produtivos.

A próxima secção é dedicada a ampliar essa discussão a partir da abordagem dos dados coletados a campo através das entrevistas realizadas com 30 famílias rurais residentes nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu (RS).

4 Universo empírico: Cenários da agricultura familiar em três municípios do Rio Grande do Sul

Nessa secção apresentamos as características essenciais do contexto da pesquisa bem como outros aspectos que afetam diretamente o objeto da investigação.

4.1 Situando o universo empírico

Para situar o universo empírico faz-se necessário delimitar o espaço geográfico no qual desenvolvemos nossa pesquisa. Trata-se do sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente a microrregião de Pelotas na qual se situam os três municípios, em cujos distritos, respectivamente indicados, abrigam as unidades de produção agrícola familiar pesquisadas situadas em Pelotas (Colônia Maciel, Santa Helena, São Manoel e Cerrito Alegre), São Lourenço do Sul (Picada Moinhos, Caipira, Fortaleza, Serra Velha, e São João da Reserva) e Canguçu (Herval, Chácara Moreira, Lagoa do Junco, Chácara do Paraíso, Glória e Remanso)

Sabe-se que o Rio Grande do Sul é um estado marcado por diferentes formas de ocupação, tornando-se necessário compreender esse processo e assim vislumbrar as peculiaridades da agricultura familiar. Dessa forma:

Como em todos os âmbitos da vida humana, as sociedades rurais têm uma história e um tempo, ou seja, cada sociedade possui atributos específicos que são característicos do momento ou espaço a que correspondem. Estes atributos podem ser investigados através da maneira de viver, de pensar e agir dos indivíduos que estão inseridos neste meio. (COSTA, 2006)

Segundo Caldas (2008), com base nos dados do Censo Agropecuário 1995/1996, existem 429.958 estabelecimentos agrícolas no Rio Grande do Sul, sendo que 92% desses têm menos de 100 hectares, muito embora absorvam apenas 32% da área agrícola total. A mesma autora refere que “as unidades agrárias com área inferior a 50 hectares são responsáveis por 52,28% do valor bruto da produção agropecuária total, 61,51% do valor da produção animal e por 46, 71% do valor bruto da produção vegetal (CALDAS, 2008, p. 44).

Esses dados permitem dimensionar a importância da produção agrícola familiar no contexto gaúcho onde, entre campos e serras, surgem os cultivos que produzem alimentos, geram rendimentos e perpetuam, através do tempo, um *modo de vida* que resiste às intempéries, aos escassos preços, ao diminuto reconhecimento de sua importância por parte das diversas instâncias governamentais e, muitas vezes, à falta de perspectivas denunciada nos depoimentos dos agricultores familiares que entrevistamos.

Com os dados coletados através de entrevistas gravadas e que geraram 120 páginas de transcrição, torna-se possível conhecer a dimensão dos elementos reunidos nessa pesquisa, as quais expressam, fragmentos de vidas dedicadas a um trabalho árduo, constante, porque lida com processos que não podem ser interrompidos ou postergados por serem regidos pelos ritmos da natureza e que, ao fim e ao cabo, repercutem na própria organização da produção.

É sobre essas questões que focalizaremos a análise que compõe essa secção.

4.2 As bases históricas de formação das propriedades agrícolas familiares pesquisadas

A agricultura familiar na metade sul²⁶ do Rio Grande do Sul compõe o cenário histórico dessa zona historiográfica gaúcha há mais de um século. Sua existência reflete o processo de imigração desencadeado especialmente na segunda metade do século XIX com a vinda de colonos (alemães, italianos, dentre outros), os quais passaram a conviver com índios e com negros remanescentes de quilombos. Expostos às mais diversas vicissitudes inerentes ao processo de colonização, os imigrantes estabelecem diversas estratégias que construir suas próprias estratégias para o enfrentamento de dificuldades que ameaçavam sua sobrevivência.

Sabe-se que o Brasil é muito valorizado por sua imensa variedade de riquezas naturais e por seu grande potencial agrícola e pecuário. Tanto que o cultivo de suas terras significou, durante o período colonial (século XVIII e XIX), o aumento do poder de Portugal enquanto potência mercantil. As formas encontradas para colonizar a “nova terra” foram inicialmente as Capitânicas Hereditárias, sendo estas

²⁶ A metade sul ocupa uma área de 154.204 Km², abriga 25% da população gaúcha e corresponde a 108 dos 497 municípios do RS. A renda per capita é R\$ 4.892,89 (RS: R\$7.001,10) e o PIB atinge 18% do total dessa unidade federativa. (Jornal Extra Classe, 2001)

substituídas pela criação das sesmarias (lotes de terras destinadas aos homens que dispunham de recursos próprios para produzirem) que eram uma forma de explorar a fertilidade do solo e extrair riquezas. Segundo Caio Prado JR.:

O que caracteriza ainda as sesmarias é a obrigação do seu aproveitamento por parte do beneficiário dentro de um certo prazo. O prazo variava, sendo em princípio de cinco anos, excepcionalmente mais. Como sanção, figurava a perda da terra e uma determinada multa pecuniária. (PRADO JR, 1933, p. 15)

Com isso é dado o estabelecimento de latifúndios aliados à idéia de cultivos de grande valor comercial, como é o caso do açúcar. Dentro desta organização social-econômica as pequenas lavouras, periféricas às plantations cumpriam papéis subordinados. Ainda segundo Caio Prado Júnior

Nestas condições não era possível à pequena propriedade medrar no Brasil colonial. Impelidos pelas circunstâncias se vão os pequenos proprietários aos poucos desfazendo de suas posses em benefício dos grandes domínios. Depois de tal processo de eliminação da pequena propriedade, vai-se afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural. (PRADO JÚNIOR, 1933, p. 21)

A mão-de-obra utilizada neste período é a escrava, a princípio os índios; depois os negros foram submetidos a este regime de trabalho. Ainda no que se refere à escravização dos negros cabe lembrar que este era um mercado lucrativo e amplamente dominante neste período.

Dentro desta conjuntura é o campo a base econômica e social caracteriza-se pelo peso político do latifúndio, orientado ao desenvolvimento da monocultura da cana para o mercado externo com base na mão-de-obra escrava. O centro da vida colonial concentra-se no meio rural, sendo o número de cidades ínfimo. Os principais produtos brasileiros produzidos nesse período são o açúcar no nordeste, o café em São Paulo e o charque no Rio Grande do Sul aliado à pecuária.

Esta estrutura social mantém-se até meados do século XIX, quando por razão da Revolução Industrial e, conseqüentemente, a implantação do capitalismo como novo sistema econômico, a Inglaterra intervém no tráfico de escravos negros e passa a proibi-lo. Para isso usa dos mais diversos meios desde medidas políticas até a interceptação de navios e prisão de comandantes responsáveis pelo transporte. Indubitavelmente a Inglaterra tem claros objetivos, no afã de extinguir esse lucrativo negócio e criar um mercado consumidor para seus produtos industrializados. Para que isto acontecesse era necessário que os indivíduos

tivessem condições mínimas para o consumo, o que implica a presença de trabalhadores assalariados. A escassez de mão-de-obra escrava no Brasil faz com que seja necessário procurar outro meio para suprir a demanda. São então oferecidos incentivos para a vinda de imigrantes a fim de cultivarem os campos brasileiros e operarem a transição para a mão-de-obra livre.

A conjuntura brasileira neste período, antes já mencionada, aliada à situação da Europa contribuem para que o Brasil dê incentivos às famílias interessadas na ocupação de terras no novo mundo. Na Alemanha (séculoXIX), a Revolução Agrícola e o aumento demográfico transformavam incisivamente a estrutura da sociedade. Segundo Lando e Barros (1996, p. 13): “O fato principal desta revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal”.

As dificuldades enfrentadas neste período na Alemanha chegam quase que ao limite da preservação das condições necessárias para a sobrevivência dos pequenos proprietários, o que aliado às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro, favoreceu a vinda desses povos para o Brasil.

Primeiramente a ação colonizadora foi incitada pelo governo imperial. Para que os imigrantes viessem para o Brasil era preciso oferecer algumas vantagens, caso contrário rumavam em direção aos Estados Unidos onde o preço da passagem era o maior atrativo (metade do preço cobrado para o Brasil). Eram oferecidos: “[...] uma compensação à demora e ao custo da viagem, conceder terras, instalar colonos e manter os estabelecimentos, pelo menos durante algum tempo” (ROCHE, 1969, p. 93). Durante o período do Império²⁷ já haviam sido promulgadas algumas leis, segundo Lando e Barros. Assim, o decreto baixado em 25 de novembro de 1808, na chegada de D. João VI, determinava que fossem dadas terras aos imigrantes sob a exigência de se dedicarem à atividade agrícola ou de povoamento. Todavia, algumas das promessas devido ao seu caráter inconstitucional, nunca poderiam ser realizadas, tais como: concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro; inteira liberdade de culto e isenção por 10 anos do pagamento de impostos.

O motivo pelo qual o governo ofereceu terras rio-grandenses à colonização deriva-se à necessidade de povoar zonas fronteiriças, haja vista a proximidade com terras da coroa espanhola. Ocupar então essas terras de mata e produzir gêneros

²⁷ O período do Brasil Imperial corresponde ao período de 1822 a 1889 sendo dividido em Primeiro Reinado (1822-1831) e Segundo Reinado (1831-1889).

alimentícios era fundamental para abastecer os centros urbanos mais próximos e o resto do Império.

A política colonizadora da Província tinha, com o Regulamento de 1900, os seguintes objetivos:

1- evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; 2- as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; 3- o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar. (LANDO E BARROS, 1981, p.23)

Em São Paulo, os imigrantes foram submetidos a um sistema (colonato) no qual não tiveram acesso à terra como proprietários. Esse sistema tinha por objetivo suprir a falta de mão-de-obra ocasionada pela proibição do tráfico negreiro, já exposto anteriormente. Os imigrantes nesta situação vinham para trabalharem nas lavouras de café do sudeste brasileiro e eram tratados pelos donos das terras, como se se tratassem de escravos. O colono tinha por obrigação comprar gêneros nos armazéns da fazenda de propriedade do latifundiário, originando dívidas altíssimas as quais não podia pagar. Houve a formação de núcleos coloniais que não deram certo, assim como menciona Lando e Barros:

Ao lado da necessidade de recrutar mão-de-obra para as fazendas de café, coube ainda ao empreendimento imigratório de caráter particular formar núcleos coloniais que desenvolvessem culturas de subsistência, abastecendo não só os centros de consumo como a própria lavoura cafeeira. Esse empreendimento era idealizado de tal forma que o colono, somente com a exploração de seu pequeno lote de terra, não conseguia atender a todas as suas necessidades, vendo-se forçado a empregar-se como assalariado nas fazendas de café, quando elas necessitem. (LANDO E BARROS, 1981, p. 25)

Pode-se, a partir desses dados, verificar que o processo de imigração no Brasil possui particularidades dependendo da localidade onde se deu.

4.2.1 A chegada dos imigrantes alemães ao sul do Brasil

O processo de colonização no Rio Grande do Sul data de 1824, ano em que foi fundada a colônia de São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos. É, no entanto, no extremo sul gaúcho que o presente estudo se desenvolveu. Nessa região, a primeira iniciativa de colonização foi de natureza privada e partiu do comerciante Jacob Rheingantz, em 1858. Seu empreendimento foi estimulado pela Lei 304 de 30 de dezembro de 1854, na qual é incitada a colonização por meios privados. Em 30 de

dezembro de 1856 Jacob Rheingantz assina contrato com o Império, e em 1857 viaja para Alemanha a fim de arregimentar os imigrantes ao Brasil. Os imigrantes eram naturais das zonas da Rhenania, Holstein, Prússia, e principalmente Pomerânia.

A data (15 de janeiro de 1858) de chegada desses imigrantes alemães ficou marcada na história de São Lourenço do Sul, havendo sido celebrado presentemente os 150 anos dessa efeméride. Esses rumaram para o interior do território ocupando as terras de mata que não tinham vocação para a atividade pastoril. Inicialmente a atividade das colônias era de subsistência, como afirma Roche:

A atividade de todas as colônias e de todos os seus habitantes, pelo menos no começo, era a cultura de “subsistência”, sobretudo do milho, feijão-preto e da batata. Nessa época firma-se entre os colonos a idéia de que as únicas terras próprias para a agricultura são as da floresta... Quer tenham sido de origem oficial ou privada, todas essas colônias foram estabelecidas na orla florestal, que limitara a penetração luso-brasileira. (ROCHE, 1969, p. 113)

O fato de os imigrantes se instalarem em locais distanciados das fazendas e dos povoados propiciou que a cultura alemã permanecesse viva entre os colonos.

A expansão da colônia de São Lourenço do Sul foi incentivada devido ao aumento demográfico dos primeiros núcleos. A medida que novas porções de terra foram agregadas, a colonização se estende até os municípios de Pelotas e Canguçu.

Em Pelotas a atividade agrícola principal concentrava-se na pecuária e na produção de charque (carne salgada desidratada). Localizada às margens do canal São Gonçalo a estrutura física, política, social e econômica de Pelotas era centrada na dinâmica das charqueadas. Essas eram responsáveis pelo abastecimento do mercado brasileiro, uma vez que o charque fazia parte da alimentação dos escravos. É importante salientar a existência da mão-de-obra negra, escrava, trabalhando nestas charqueadas. Os imigrantes alemães foram assentados em áreas de mata, na Serra dos Tapes, permanecendo relativamente distantes do centro “urbano” e das charqueadas.

Quanto ao município de Canguçu não se sabe ao certo a data da chegada dos imigrantes alemães, no entanto, sabe-se que estes eram descendentes dos primeiros colonizadores que, ao afastaram-se de sua família em busca da sua própria terra, acabaram por colonizar também o território canguçuense.

Esse processo trouxe consigo importantes desdobramentos à região. Segundo Lando e Barros, esses núcleos:

Constituem-se, portanto em precursores da pequena propriedade rural, através da ocupação, que toma o lugar das concessões do Poder Público. É certo que nem sempre a posse serviu à pequena propriedade, pois foi também a forma como se instituíram muitos latifúndios. Entretanto sua importância reside no fato de que, enquanto a expansão do latifúndio era de várias formas facilitada, a pequena propriedade, durante os três primeiros séculos, só contou com uma via de acesso: a posse. (LANDO E BARROS, 1981, p. 49)

4.3 A agricultura familiar nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu

Embora a grande propriedade tenha se imposto como modelo socialmente reconhecido, recebendo o apoio substancial das políticas agrícolas no Brasil, a importância da agricultura familiar não pode ser vista como desprezível, tal como indicam os dados da Tab. 1.

Em Pelotas, os estabelecimentos familiares representam 94,7% do total, concentrando 53,1% da área total, não obstante serem responsáveis por 55,1% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) desse município.

Tabela 1 – Distribuição do número e percentual dos estabelecimentos agrícolas familiares e participação percentual no VBP dos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu

Município	N.º de estabelecimentos familiares	% sobre o total	% da área total	% participação no VBP*
Pelotas	3.555	94,7	53,1	55,1
São Lourenço do Sul	3.806	96,3	57,9	70,9
Canguçu	8.831	95,8	65,7	73,8

(*) VBP: Valor bruto da produção
Fonte: INCRA SADE²⁸ (2008)

Em São Lourenço do Sul 96,3% dos estabelecimentos são de caráter familiar, com uma participação de 70,9% na formação do VBP, ao passo que em Canguçu existem 8.831 estabelecimentos familiares (95,8% do total), responsáveis por 73,8% do VBP municipal.

²⁸ SADE refere-se ao Banco de dados da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Esses dados corroboram a relevância de um espaço agrícola cuja estrutura social abriga em seu interior um modelo de agricultura que tem como traço distintivo o trabalho da família que além de assegurar sua reprodução social, torna-se crucial para que milhares de pessoas tenham suas necessidades de alimentação supridas.

4.3.1 A família dos agricultores pesquisados

O Brasil, cada vez mais urbano, vem sendo marcado por profundas transformações sociais, econômicas, culturais, éticas e mesmo no plano do comportamento humano. Permanece, contudo, um consenso em torno da família como sendo um espaço privilegiado para a prática de valores comunitários e de aprofundamento das relações de solidariedade (KALOUSTIAN, 2000).

É na família que se constroem relações consideradas insubstituíveis porque através delas é que o ser humano poderá aprender noções de cuidado com o outro, valores, proteção e amparo aos seus membros e, principalmente, desenvolver ações de respeito entre gêneros e gerações. É através da família, tenha ela a configuração que tiver, que se formarão as bases que garantirão a reprodução social dentro de limites necessários para a preservação de valores e elaboração de identidades.

A Tab. 2 permite visualizar a distribuição das famílias entrevistadas e número de residentes nos estabelecimentos investigados.

Tabela 2 – Distribuição das famílias entrevistadas segundo a quantidade de residentes por estabelecimento

N.º de pessoas residentes por estabelecimento	N.º de famílias	%
2 pessoas	5	16,7
3 pessoas	10	33,3
4 pessoas	8	26,7
5 pessoas	5	16,7
6 pessoas	1	3,3
8 pessoas	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Observa-se que o intervalo compreendido entre 1 e 4 pessoas residentes concentra 76,7% das famílias, o que indica a sensível diminuição do tamanho do

grupo doméstico na zona rural em relação aos primórdios da colonização, quando predominavam famílias bastante numerosas. Esse fato reflete mudanças no padrão demográfico. No Brasil rural de 1991, as mulheres tinham em média, 4,3 filhos, correspondente a dois filhos a mais do que aquelas que viviam nas cidades. Dez anos mais tarde, essa diferença se reduziu para 1,2 filhos, e foi mantida em 2004 (BERQUÓ e CAVENAGH, 2006).

Ao perguntarmos sobre quantas pessoas vivem na casa, o agricultor DB respondeu: “tenho duas filhas e um rapaz [...] hoje vive só eu e ela (esposa) , o filho mais velho não mora aqui, casou mas segue trabalhando comigo, as filhas casaram com pessoas de outro setor [...] não tem como seguir na agricultura” (informação verbal²⁹).

Já o agricultor SG relata: “a gente só tem um filho, ele estudou e se formou na Escola Agrícola e ele está trabalhando na cidade e ganhando o dele” (informação verbal³⁰).

A queda nas taxas de fecundidade e, conseqüentemente, um menor número de filhos, pode contribuir para o que alguns estudos (MELLO et al, 2001) denominam de crise de sucessão na agricultura familiar

4.3.2 Escolaridade pode significar ruptura com a vida do campo?

Toda a cultura dispõe de sistemas de regras e preceitos da vida cotidiana que criam e consagram instituições sociais capazes de determinar as posições que os indivíduos ocupam na sociedade. Uma dessas instituições é a educação que se formaliza através da escola. É escola que forma os indivíduos e alimenta suas expectativas em relação ao futuro.

Sabe-se que historicamente a população rural enfrenta dificuldades no que tange o acesso à educação. De acordo com o Panorama da Educação do Campo, documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação (MEC), é revelado o descaso com as escolas no campo em todo o país. Informa que as escolas rurais enfrentam diversos problemas, tais como: precariedade de instalações físicas, professores com

²⁹ Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

³⁰ Informação fornecida por SG (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

baixa qualificação e baixos salários, dificuldade de acesso em decorrência de um deficiente sistema de transporte escolar, reduzido número de escolas do ensino médio, entre outros.

Os dados da Tab. 3, extraídos do aludido relatório, indicam que no campo³¹, no ano de 2000, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, correspondia a 10,3% na zona urbana e 29,8% na zona rural. Este índice passa para 8,7% na zona urbana e 25,8% na zona rural, no ano de 2004. A disparidade do percentual de analfabetismo entre as regiões urbana e rural revela a necessidade de maiores investimentos na educação rural.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 2000/2004

Regiões geográficas	Taxa de analfabetismo (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Brasil	13,6	11,4	10,3	8,7	29,8	25,8
Norte	16,3	12,7	11,2	9,7	29,9	22,2
Nordeste	26,2	22,4	19,5	16,8	42,7	37,7
Sudeste	8,1	6,6	7,0	5,8	19,3	16,7
Sul	7,7	6,3	6,5	5,4	12,5	10,4
Centro-Oeste	10,8	9,2	9,4	8	19,9	16,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e PNAD 2004. Tabela elaborada pela DTDIE, apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007).

A Região Sul apresenta os menores índices de analfabetismo no campo. Em nossa pesquisa junto aos agricultores familiares constatamos que 86,7% dos chefes de família, possuem o 1º grau, destes 76,7 % completo e 10,0% incompleto (Tab. 4).

No nosso entendimento, a “educação, como atividade humana inserida na totalidade da organização social, é uma das condições que possibilitam a reprodução das relações materiais e sociais de produção” (CURY, p. 12, 1997). Nas comunidades rurais, dependendo da visão de mundo que ostentam os indivíduos, essa adquire significados e valores diferenciados.

Percebemos através dos depoimentos, que os pais assumem posições diferenciadas em relação ao acesso e a continuidade do tempo de estudo de seu

³¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/panorama.pdf>>

filhos. Para o agricultor JC e sua esposa, ao falarem sobre a escolaridade da família revelam:

Eu tenho até o 5º primário, a esposa até o 4º ano e os outros meninos [...] um completou até a 8ª série, o outro até a 7ª, não quis mais, só rodava, tava com 14 anos e tem serviço em casa, ele parou, não ia bem, nunca ia bem, então pra que corrê³², só pra ficá com a pasta nas costa? mandei ele escolhê, não proibi [...] rodou de novo tinha que fazer a 7ª de novo, ia passar muito tempo, só com a pasta nas costa de novo não adiantava, eu acho. (informação verbal³³)

Tabela 4 – Distribuição dos membros da família segundo o nível de escolaridade.

Grau de escolaridade	Chefes de família	%	Esposas	%	Filhos	%
1º grau incompleto	23	76,7	21	70,0	11	29,7
1º grau completo	3	10,0	2	6,7	4	10,8
2º grau incompleto	1	3,3	0	0,0	3	8,1
2º grau completo	0	0,0	0	0,0	4	10,8
3º grau incompleto	0	0,0	0	0,0	1	2,7
3º grau completo	0	0,0	0	0,0	5	16,2
Não informou	3	10,0	7	23,3	8	21,6
Total	30	100,0	30	100,0	37	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

No entanto a falta de incentivo para que os filhos continuem estudando não ocorre em todos os lares. Às vezes é opção pessoal e pode advir de dificuldades de manutenção do próprio núcleo familiar. O depoimento do agricultor EU traduz essa situação:

[...] somos quatro, nós dois e duas filhas, eu estudei até a 5ª série, e a esposa até a 5ª, elas [as filhas] até o 1º grau [...] com relação às filhas eu não me conformei, as duas começaram o segundo grau e tinham facilidade com os estudos, eu queria que elas estudassem, mas elas não terminaram. (informação verbal³⁴)

³² Cabe esclarecer que procuraremos descrever as falas dos agricultores da forma mais aproximada possível preservando a forma original das expressões usadas pelos mesmos.

³³ Informação fornecida por JC. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

³⁴ Informação fornecida por EU. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

Ainda no mesmo depoimento, a mãe inconformada diz “elas tinham condições, tinha ônibus tinha tudo, mas simplesmente não teve jeito, aí optaram por trabalhar.”

Observamos que os agricultores fazem a distinção entre “quem tem estudo e que não tem estudo”. Para os que têm estudo, a vida pode ser mais fácil, como. Indica o agricultor MH ao se referir a filha de sete anos:

Depende do que ela quer, o que ela acha melhor, estudar... bem... se for um momento bom talvez não precise ficar na lavoura. Tem que ficar a critério dela, se quiser estudar e ter uma vida mais tranqüila e não se judiar tanto quanto nós... mas se quiser ficar na lavoura com nós, como é só ela, né? eu gostaria que ficasse com nós. (informação verbal)

Nesse mesmo sentido, o agricultor IE ao falar da escolaridade dos filhos relata:

A professora me falou esses dias, que ele [filho de 9 anos] disse que ia plantar fumo, eu não acho o melhor caminho, eu vou oferecer oportunidades para ele estudar, isso eu fiz com minha filha que tem 26 anos, ela optou por ficar na lavoura, dele eu vou exigir até um pouquinho mais, vou abrir o jogo com ele que se estudar fica mais fácil para ele, só que [pausa], o nosso passado fica pra trás porque a lavoura não tem prá quem deixar. (informação verbal³⁵)

Percebe-se, nesses depoimentos, um sentimento de ambigüidade no entendimento de que, se por um lado *estudo facilita a vida*, por outro representa ou pode representar ameaça à continuidade do negócio familiar, se os que estudarem deixarem efetivamente o estabelecimento rural.

Parece haver uma ruptura entre o grau de escolaridade e a manutenção da propriedade. Essa visão de mundo deixa transparecer o afastamento das instituições de ensino no meio rural, pois os filhos dos agricultores deveriam dispor de escolas que permitissem o aperfeiçoamento de suas práticas através de um ensino voltado às suas necessidades. Esse quadro contribui para debilitar o baixo desenvolvimento do capital humano, implicando diretamente no nível de expectativas dos jovens em relação à agricultura e ao mundo rural.

4.3.3 Aspectos étnicos das famílias rurais

Uma etnia ou um grupo étnico é, no sentido mais amplo, uma comunidade humana definida por afinidades lingüísticas e culturais e semelhanças genéticas.

³⁵ Informação fornecida por IE (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007.

Normalmente partilham de uma origem comum, possuem uma estrutura social e tendem a estabelecer uma continuidade no tempo através da transmissão, de geração em geração, de uma mesma linguagem, de um sistema de valores, tradições e instituições.

Os dados da Tab. 5 indicam que 90% dos agricultores entrevistados são de origem alemã ou pomerana. A antiga Pomerânia³⁶ situava-se na região oriental da atual Alemanha, e estava sob o domínio do Império Prussiano à época da imigração. Conforme já referido no início dessa secção, o desmantelamento da estrutura feudal na Europa ocasionou a expulsão de grande parte dos camponeses alemães, processo esse associado à vinda de ancestrais das famílias dos agricultores pesquisados, pois sabe-se que os colonos que vieram a São Lourenço do Sul, depois da primeira leva, em 1858, eram na sua maioria pomeranos. Estes se dedicaram quase que exclusivamente à agricultura, ao passo que imigrantes oriundos de outras regiões da Alemanha desenvolveram, também, atividades industriais.

Tabela 5 – Distribuição das famílias entrevistadas segundo a etnia familiar predominante.

Etnias	Nº de agricultores	%
Alemães/Pomeranos	27	90,0
Italianos	2	6,7
Potuguesa	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

Originariamente os pomeranos foram conhecidos como um povo rebelde e resistente à submissão e que valorizava a liberdade e a amplidão do espaço geográfico. Apesar de cristianizados, muitos deles não renunciavam ao paganismo. Adoravam o deus Triglav, um deus de três cabeças e a mais importante entidade do politeísmo pré-cristão entre os *wendes*.³⁷

³⁶ Pomerânia, ou *Po Morje*, como se dizia no dialeto dos wendes, ancestrais dos pomerânios, significava **Terra perto do mar**. A terra natal daqueles pescadores de arenque no Mar Báltico não existe mais: o que já foi quase um país com cultura própria virou apenas uma parte da Polónia <http://br.geocities.com/ondinebruch/tk/pome5e6.jpg>

³⁷ Denominação dada ao povo eslavo que nunca teve uma nação independente e que ocupou a Pomerânia. Sua germanização iniciou-se com o Duque Boleslau II em 1124 (COSTA, 2007)

A germanização da Pomerânia deu-se pela cristianização que foi imposta pelo rei Lotário da Saxônia, o qual impediu que essa fosse invadida pela Polônia e, em troca, os nobres pomeranos convidaram comerciantes da Renânia, Saxônia e Turíngia para explorarem suas terras.

A integração foi inusitadamente rápida, havendo inclusive renúncia ao próprio idioma *wende*, tendo sido adotado o *platt-deutsche*, ou seja, o baixo-alemão, dando mais tarde origem ao dialeto *pommersche-platt* ou pomerano, que se tornou de uso comum entre os pomeranos. (COSTA, 2007, p. 37)

Sabe-se que as ambições territoriais de outros povos trouxeram guerras para a Pomerânia, sendo essa atacada por suecos, dinamarqueses e poloneses. Muitas vezes e durante muito tempo esse povo assistiu a morte de sua gente, a destruição de suas cidades e plantações e o saque de seus bens (COSTA, 2007).

O breve resgate histórico que aqui fazemos, serve como argumento para justificar o caráter reservado e fechado atribuído ainda hoje, à grande maioria dos descendentes de imigrantes pomeranos. Esses vivenciaram a reprodução das brutalidades históricas de sua terra natal, também na terra que se tornou sua Pátria, o Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial tiveram seus bens confiscados, suas propriedades invadidas e grande parte de seu patrimônio cultural destruído.

Percebe-se que além das dificuldades de adaptação a um novo modo de vida e os problemas dela decorrentes, as gerações que os antecederam precisaram lutar para a preservação da própria identidade e de seus valores culturais.

Para Salamoni (2001, p. 4), “uma parcela significativa de imigrantes alemães eram oriundos de regiões marcadas por um modelo econômico bastante servil, do qual herdaram um modo de vida bastante específico.”. Esse fato, na minha opinião, pode explicar atitudes conformistas diante de situações que talvez gerariam protestos e manifestações por parte de outra etnias.

Por outro lado, observa-se que grande parte das famílias de origem pomerana atribui elevada importância ao trabalho e ao dever de prover as necessidades do grupo familiar.

Os laços familiares estendem-se para a comunidade, onde atitudes de solidariedade e apoio mútuo são ainda evidentes. A aprendizagem e o exercício de tais atitudes pode ter sido gerados a partir das inúmeras dificuldades que tiveram que ser enfrentadas durante o processo de adaptação na nova pátria.

4.3.4 A relevância da previdência rural nas explorações familiares

A previdência social rural sofreu importantes mudanças a partir da promulgação da Constituição de 1988 e de legislação complementar, a qual acarretou na extensão de benefícios sociais para a população rural, que até então destinavam-se apenas à população urbana (CALDAS, 2008).

O agricultor BF fala do direito à aposentadoria antecipada:

Eu sou aposentado, teve uma época que se juntou quem pagou INSS, e juntei 16 anos que eu paguei com o meu pai que era agricultor e eu trabalhava desde os 12 anos e eu consegui juntar, antecipou um pouquinho a aposentadoria, ganho um salário. (informação verbal³⁸)

Já o agricultor IE relaciona o recebimento da aposentadoria a possibilidade das comunidades rurais terem uma melhor alimentação dizendo “o que eu vejo é que o que eles não conseguem produzir eles compram, hoje tem poucas casas onde não tem um aposentado e isso facilita [...] se não fosse isso, seria mais difícil, é o que a gente vê, né? (informação verbal³⁹)

Segundo Caldas (2008), houve um aumento significativo nas transferências governamentais na renda total das localidades integrantes da microrregião de Pelotas entre 1991 e 2000⁴⁰, mas há evidências que “se na década de 1990 o contingente de aposentados e pensionistas rurais cresceu a uma taxa anual de 5,1% , nos seis primeiros anos do novo milênio esse incremento viu-se reduzido substancialmente” (CALDAS, 2008, p. 55).

Com base na Tab. 6 observa-se que dentre as famílias pesquisadas, 76,6% possuem aposentados ou pensionistas da seguridade social entre seus membros. Esse fato coincide com as constatações feitas por Caldas (2008), em termos da incidência dessa política pública.

³⁸ Informação fornecida por BF. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

³⁹ Informação fornecida por IE (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007.

⁴⁰ A participação das transferências governamentais na economia do município de Pelotas, no ano de 1991, era de 15,26%, em São Lourenço do Sul de 10,48% e em Canguçu 12,12%. No ano de 2000, o mesmo índice se eleva para respectivamente para 21,13%, 20,40% e 18,02%. (CALDAS, 2008, p. 76).

Pensa-se que não seria equivocada a constatação de que muitas famílias de agricultores familiares mantêm-se no campo graças à existência de uma renda mensal fixa proveniente de aposentadoria ou pensão de algum de seus membros.

Tabela 6 – Distribuição dos estabelecimentos segundo a existência de pensionistas e/ou aposentados na família.

Situação da família	Nº. de famílias	%
Com pensionistas ou aposentados	23	76,6
Sem pensionistas ou aposentados	6	20,0
Não informou	1	3,4
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

4.3.5 Tempo de vida no estabelecimento

O processo de assentamento⁴¹ dos colonos ocorreu entre os anos 1858 a 1893, o que nos permite compreender que os agricultores familiares pesquisados compõem a terceira geração dos pioneiros que aqui chegaram.

Observa-se na Tab. 7, que em Pelotas sete (7) famílias vivem na propriedade há mais de 50 anos e em São Lourenço do Sul apenas três (3), o que os distingue dos demais locais onde o tempo de vida fica, predominantemente, entre 21 e 50 anos. Verifica-se que no município de Canguçu, o tempo de permanência no local é o mais reduzido podendo-se explicar esse fato pela divisão das terras que ocorreu nas últimas décadas e também porque essas propriedades foram adquiridas posteriormente por descendentes dos imigrantes, os quais foram se espalhando no espaço que se localiza entre os municípios de Pelotas e Canguçu, na Serra dos Tapes.

O tempo de fixação num dado espaço geográfico há que ser identificado com o tempo de trabalho e o resultado desse trabalho. Ele é um espaço construído e

⁴¹ Interessante conferir a página da Rootsweb, disponível em: <http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/alemanha/col_SaoLourenco.htm> no qual é possível localizar as 35 localidades do interior do município de São Lourenço do Sul cujo nome geralmente inicia pelo nome de *Picada* e que relaciona com o nome dos proprietários e a fração de terra correspondente. Nos demais municípios não foi encontrada essa referência que pode ser atribuída ao fato de mudanças ocorridas na divisão do espaço geográfico, ou seja, parte do município de São Lourenço poderá ter sido incorporada aos municípios de Pelotas e Canguçu. No entanto, nessa pesquisa não temos a pretensão de precisar esses dados por não constar de nossos objetivos.

alterado à medida que as famílias se reproduzem e perpetuam sua existência material, social e cultural. E no tempo o espaço da terra foi se fracionando, contribuindo para a migração de agricultores para os espaços urbanos nos quais a maioria deles perdeu suas referências e viram reduzidas suas possibilidades de prover os meios para sua subsistência via agricultura.

Tabela 7 – Distribuição da famílias entrevistadas segundo o tempo de residência no estabelecimento rural.

Tempo que a família vive no estabelecimento	Município		
	Pelotas	São Lourenço do Sul	Canguçu
De 0 a 10 anos	0	1	2
De 11 a 20 anos	0	0	1
De 21 a 30 anos	0	3	4
De 31a 40 anos	1	2	2
De 41 a 50 anos	2	1	1
Mais de 50 anos	7	3	0
Total	10	10	10

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007

4.3.6 A aquisição da terra

Sabe-se que a propriedade da terra é um aspecto central no universo camponês, não somente no sentido de ser ela referente na relação direta entre o possuidor e o que dela está distante, entre o arrendatário e o proprietário, mas na perspectiva de que ela expressa um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimentos e transformações (MARTINS, 1997).

No caso dos municípios pesquisados observa-se que as propriedades dos agricultores familiares originaram-se de um processo mais amplo que interessava ao governo imperial.

Segundo Salamoni (2001), em 1856, após ter obtido autorização do governo imperial, Jacob Rheingantz formou uma sociedade com o lourenciano Cel. José Antônio Guimarães para a aquisição de terras destinadas aos núcleos coloniais.

Nesse período outras colônias alemãs foram fundadas por iniciativa privada, podendo-se citar as de Blumenau, Taquara e Soledade, mas que após alguns anos

de administração tiveram que ser socorridas e absorvidas pelo governo. Nesse sentido, a colônia de São Lourenço do Sul teve outra característica: nasceu como um negócio privado que serviu de base para o surgimento desse município no extremo sul gaúcho.

Até o ano de 1877, quando Rheingantz faleceu, a colônia já contava com um total de 52 mil hectares e mais de 6 mil moradores entre imigrantes e seus descendentes.

A área destinada à formação das colônias era uma gleba de terra de topografia irregular, em grande parte coberta de mata virgem e com um solo rico em húmus. A distribuição era feita da seguinte forma:

Para a delimitação dos núcleos coloniais, foram abertas picadas e, aos lados, marcavam lotes de tamanho que permitissem a sobrevivência das famílias, obedecendo à topografia e ao relevo, o que fazia com que estas fossem rigorosamente iguais. Os lotes tinham em média 484.000 m² ou 48 hectares. (SALAMONI, 2001, p. 6-7)

Percebe-se que as propriedades agrícolas familiares historicamente ocupam pequenas áreas, as quais foram se fracionando com o passar do tempo. A Tab. 8 permite visualizar a forma de aquisição dos estabelecimentos investigados.

Em Pelotas, 80% dos estabelecimentos foram adquiridos através de herança e parte de compra e nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu esse percentual é de 50%.

Tabela 8 – Distribuição das famílias entrevistadas segundo a forma de acesso à terra.

Município	Forma de acesso			
	Compra	Herança	Posse	Herança e compra
Pelotas	0	1	1	8
São Lourenço do Sul	2	3	0	5
Canguçu	2	3	0	5
Totais	4	7	1	18

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

No município de Pelotas, o agricultor DB fala da aquisição do estabelecimento:

Olha, foi o seguinte, nós era a família B, era tudo junto, então foram se separando, um irmão já tinha terra separado e é falecido, então dividimos a propriedade eu e outro irmão mais novo, cada um ficou com 9 hectare, ele

ficou na parte velha, eu fiz a casa nova nessa parte aqui. (informação verbal⁴²)

Observa-se que à medida que as gerações se sucedem, a terra vai sendo fracionada e o excesso desse fracionamento pode acarretar restrições para a produção, além de interferir diretamente no uso e manejo do solo, muitas das vezes obrigando as famílias ao uso intensivo dos recursos naturais.

Em alguns casos observou-se que a família, de certa forma conseguiu criar estratégias para preservar o *quantum* de terras herdadas e inclusive ampliar a área disponível. Nesse sentido o agricultor JC relata:

Olha... o **meu pai** tinha uma **herança, recebeu uma herança pequena**, aí comprou dos irmãos, depois andou comprando mais pedaço, mais propriedades, mais terras. Trabalhando... consegui com o trabalho da lavoura, consegui juntar um pouco para comprar as terras, além que agora estamos dividindo as terras eu e meu irmão somos dois irmãos só, então **eu vou receber a metade e metade ele, vai dar 17 [ha] mas eu comprei mais 43 [ha]**. Depois que casei eu comprei mais 43 [ha] de pedacinho aqui pedacinho lá [...] com dificuldade. (informação verbal - grifos nossos⁴³)

No caso desse estabelecimento, a fração de terras equivalia a 34 hectares que foram divididos entre os irmãos, ficando cada um com 17 hectares, os quais, somados aos 43 hectares adquiridos “[...] de pedacinho aqui pedacinho lá [...]” equivalem atualmente a 51 hectares.

Constata-se também que esse agricultor reproduz a situação de seu pai que “recebeu uma herança pequena, aí comprou dos irmãos”. A manutenção do pedaço de terra é importante para a reprodução da família e sua permanência no campo. O chefe da família demonstra certo orgulho quando diz: “eles⁴⁴ optaram, eles querem trabalhar juntos, eu já trabalho menos, já tô com idade [...] a propriedade que eu tenho dá, dá para todos trabalhá a vontade, é só querer”.

Outra forma de acesso à terra é através da posse, e embora tenhamos encontrado somente um caso, esse reflete certa dificuldade entre famílias da região devido ao fracionamento intensivo a ponto de inviabilizar a permanência da família no local. O agricultor WM assim relata:

⁴² Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁴³ Informação fornecida por JC. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁴⁴ Trata-se de uma família que possui três filhos, dois dos quais são agricultores e que optaram por trabalhar com o pai na propriedade com 51 hectares, cuja produção principal é o pêssego.

Era do meu pai só que ele não tinha documentação nenhuma disso aqui. Aí foi feito usucapião, nós estamos em 8 irmãos, mas nós éramos 9 irmãos, um é morto e aí tocava um pedacinho para cada um. Eu e esse meu irmão que nós trabalhamos junto há 30 anos aqui, vamos comprar dos outros irmãos. (informação verbal)

O mesmo agricultor, ao descrever a sua propriedade, revela: “[...] essa fração são 23 hectares, mas não se aproveita a metade porque é mato, são intocáveis, as margens do arroio são intocáveis, parte tem sangões⁴⁵ que não dá para aproveitá. Em terra cultivada não sei se dá 10 hectares.”

Analisando-se esse relato percebe-se que o acesso à terra que ocorreu através da posse corresponde a uma fração de terras que dificulta o cultivo, considerando-se que menos da metade da propriedade não serve para o plantio de culturas anuais.

No caso do acesso à terra por meio da compra obteve-se um total de 20% das propriedades nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu.

O agricultor SG explica o processo de aquisição da sua propriedade falando “eu morei com os sogros 23 anos [...] trabalhei muito para comprar terra para mim. Eu comprei com muito suor, eu plantei junto com meu sogro e aí eu comprei aqui” (informação verbal⁴⁶).

Já o agricultor OS, ao falar de sua propriedade, relata: “aqui nós temos 33 anos nesta propriedade [...] não foi herança, isso foi tudo fruto do nosso suor, nós tinha 17 hectares, depois compramos essa aqui, de 8 hectares” (informação verbal⁴⁷).

A expressão “a terra é fruto do nosso suor” é recorrente nos depoimentos. Traduz o trabalho árduo, pesado, penoso. Mas também denota orgulho, satisfação por obter êxito, retribuição pelo trabalho que possibilitou a conquista da propriedade, de um espaço para viver e continuar o trabalho na terra.

Nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu encontramos 30% das propriedades que tiveram sua origem através da herança. O agricultor EH fala da sua propriedade dizendo:

⁴⁵. Termo utilizado no Rio Grande do Sul para denominar pequenos córregos, normalmente bastante úmido e por isso impróprio para a produção de certos cultivos.

⁴⁶ Informação fornecida por SG (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁴⁷ Informação fornecida por OS (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

Essa propriedade era de meu pai e ficou dividido comigo e com meu irmão, então a gente ficou com um total de 17 hectares e meio [...] meu irmão pegou 7 hectares, mas eles produzem pouco, muito pouco [...] eles não são mais agricultores familiares, eles produzem o leite mais por esporte (informação verbal⁴⁸)

Distingue-se nessa fala o valor atribuído à terra: para o agricultor entrevistado a propriedade é lugar de trabalho, é espaço de produção e garantia de sobrevivência. Já a propriedade do irmão, que já não é mais um agricultor, assume outros papéis.

A propriedade, na visão do agricultor, é lugar de produção: “tudo tem que ser produzido, não se consegue nenhuma coisa sem produzir. De certa forma eu sou orgulhoso por ser alguém que consegue produzir” (informação verbal).

Percebe-se, através destes depoimentos, que a aquisição da terra seja por meio de compra ou herança, é motivo de orgulho para o agricultor. Para ele, ter um pedaço de terra representa a possibilidade de produzir, de assegurar a reprodução do núcleo familiar e assim preservar valores que lhe são transmitidos através dos antepassados que vieram aqui para realizar o “sonho de um pedaço de terra”. Mas esse sentimento encerra ambigüidades, tendo em vista as dificuldades hoje enfrentadas na agricultura do ponto de vista do atendimento das necessidades materiais da família.

4.4 A permanência no campo

Os espaços rurais não são apenas espaços produtivos, mas espaços de vida cada vez mais heterogêneos, onde precariedade, envelhecimento e incertezas são similares aos que acometem o mundo urbano (HERVIEU, 1997).

O trabalho na terra e a própria terra tem significado simbólico para os agricultores familiares. Observamos em nossas entrevistas que a preocupação com a continuidade do trabalho na agricultura foi manifestada de forma recorrente.

Traçar perspectivas em relação ao futuro torna-se uma necessidade no universo da agricultura familiar. Desde os seus primórdios o homem que cultiva a terra teve que planejar o suprimento da necessidade de alimentos para sua família, assim como as colheitas futuras, guardando as sementes e reservando espaços

⁴⁸ Informação fornecida por EH. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

para o plantio. Segundo Capra é a capacidade de imaginar o futuro que permite ao homem fazer suas escolhas no presente. Para esse autor:

Nossa capacidade de formar imagens mentais e associá-las ao futuro não só nos permite identificar metas e objetivos e desenvolver estratégias e planos como também nos habilita a escolher entre diversas alternativas e, assim, formular valores e regras gerais sociais de comportamento. (CAPRA, 2002, p. 97).

Observando-se a Tab. 9 constata-se que nos municípios de Pelotas e Canguçu 100% dos agricultores manifestaram o desejo de continuar vivendo no campo, ao passo que em São Lourenço do Sul em apenas 10% a resposta é negativa. Esses percentuais são os mesmos, para as três localidades quando indagamos sobre o desejo, ou não, de que seus filhos sejam agricultores como o fazem os pais atualmente.

Tabela 9 – Distribuição das famílias sobre o desejo de permanência ou não meio no rural.

Município	Permanecer no meio rural			
	Sim	%	Não	%
Pelotas	10	100	0	0
São Lourenço do Sul	9	90	1	10
Canguçu	10	100	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Sobre a decisão de permanência no campo, a esposa do agricultor EB relata:

Eu acho que as coisas vão melhorar, na cidade tem muito desemprego, aqui a gente se criou e sabe fazer o serviço [...] essa questão de se mudar... tu vai ter que se acostumar com outro ambiente, em outra atividade, existe muita violência nas grandes cidades e aqui onde eu moro, na colônia, não vou dizer que é um céu aberto, mas é bom e tu tens uma vida mais tranqüila. (informação verbal⁴⁹)

A mesma agricultora conclui: “[...] quando a gente é pobre na colônia ainda é melhor viver aqui do que sendo pobre na cidade [...]. Aqui na colônia a gente não tem dinheiro às vezes, mas o alimento não falta, sempre tem algo para comer.”

⁴⁹ Informação fornecida por NB esposa de EB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007

Quando a agricultora associa a vida no campo com a existência do alimento é possível compreender o significado material e simbólico da produção para o autoconsumo, assunto que retomaremos na seção 5 (cinco) dessa dissertação.

Quanto ao desejo de que os filhos permaneçam no trabalho da agricultura familiar, o agricultor DB diz: “[...] eu gostaria muito, mas vai ser muito difícil [...] só o meu filho seguiu minha profissão” (informação verbal⁵⁰).

Os governos municipais mostram-se preocupados com a dificuldade de manter as famílias no campo. Interessante observar o site da Prefeitura Municipal de Canguçu⁵¹, localidade que abriga centenas de minifúndios e onde encontramos a seguinte manifestação que expressa a opinião do Executivo Municipal.

Faltam políticas sérias que possam fixar o homem no campo, trocar a pobreza do campo pela miséria da cidade, é uma realidade que passa a ser percebida pelos agricultores brasileiros, tarde demais. Se o governo federal aplicasse 5% do seu orçamento na agricultura, o governo do estado também 5% e os municípios outros 5%, seria possível desenvolver políticas sérias principalmente para a agricultura familiar, que responde por 85% dos estabelecimentos rurais do país. (informação verbal)

Políticas agrárias que privilegiem a criação de estratégias de desenvolvimento rural locais são, portanto, imprescindíveis para atender aos anseios dos agricultores familiares no sentido de terem seu trabalho reconhecido e ver preservado esse estilo de vida. Para Sacco dos Anjos (2003, p. 234), “tanto a ausência potencial de jovens no meio rural, como a desproporção entre gêneros, podem comprometer a validade e a eficácia de qualquer iniciativa destinada a reverter o quadro de “*desruralização*” desenhado” (destaque do autor).

4.5 Tempos difíceis para a Agricultura familiar

As políticas e as leis não são apenas reflexo da atuação do Estado e da sociedade civil. Elas se consolidam através do protagonismo dos movimentos sociais que devem encaminhar suas lutas, forjar suas resistências e criar instâncias em que a inovação possa definir rumos diferentes do que os desenhados por um modelo agrícola excludente.

⁵⁰ Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁵¹ O site apresenta informações sobre o Município de Canguçu e entre estas encontramos a opinião de Executivo Municipal. <http://www.prefeituracangucu.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=59>

Enquanto os países ricos⁵² continuam subsidiando fortemente seu setor agrário e setores dedicados à exportação, os alimentos são utilizados como arma de pressão política e econômica contra países dependentes. As empresas transnacionais adquirem os produtos por um preço muito baixo, prejudicando os agricultores familiares dos países emergentes, os quais denunciam as conseqüências desse quadro.

A Tab. 10 indica a opinião dos entrevistados ao serem interrogados sobre as principais dificuldades que enfrentam na atividade agropecuária. De longe aparece como mais importante a questão dos baixos preços dos produtos gerados pelas famílias de Pelotas (60%), São Lourenço do Sul (100%), e Canguçu (70%). Os fortes vínculos com os mercados representam um traço fundamental que identifica esses agricultores desde os primórdios do processo de colonização.

Tabela 10 – Distribuição porcentual dos entrevistados segundo a indicação da principal dificuldade enfrentada na atividade agropecuária.

Tipos de dificuldades	Municípios		
	Pelotas	São Lourenço do Sul	Canguçu
Falta de apoio do governo	10,0	0,0	10,0
Falta de mercado	30,0	0,0	20,0
Baixos preços	60,0	100,0	70,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

O agricultor EH além do baixo preço, associa a falta de mercado para sua produção como problema central. Ele diz,

Tá muito difícil né? Se [a gente] planta feijão não tem prá quem vender, se planta batata não tem para quem vender, o fumo... a gente tem um pouco de terra sobrando né, tu te mete naquilo, tu não consegue pagar as contas, dá prejuízo, então o que vai nos salvando é o pêssego, não é muito, mas dá para sobreviver, vai tocando o barco, não adianta.e vamos indo. (informação verbal⁵³)

⁵² O estudo de Lappé et. al. (1981) destaca o impacto negativo de programas de ajuda alimentar (“*Aid as Obstacle*”) sobre os sistemas produtivos nos países do Terceiro Mundo. Essas ajudas, em boa medida, servem para dar uma destinação aos excedentes de uma agricultura fortemente subsidiada.

⁵³ Informação fornecida por EH. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

A expressão “vai tocando o barco” traduz a dependência do agricultor às oscilações do mercado, seu esforço contínuo de adequar-se ao cultivo de produtos na tentativa de estabilizar seus rendimentos e sua condição de “sobreviver da lavoura”. Muitas vezes a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única forma de ingresso econômico (SACCO DOS ANJOS, 2003), conferindo vulnerabilidade frente aos mercados.

No caso do citado agricultor, “o que vai salvando é o pêssego, não é muito, mas dá para sobreviver”, denota a tendência à especialização produtiva, a qual não tem sido a garantia para melhores resultados para o agricultor familiar.

Nossos entrevistados foram interrogados sobre como era a vida no tempo dos seus pais em relação ao tempo presente. Um panorama dessa analogia é apresentado na Tab. 9 e no depoimento do mesmo entrevistado:

Na época que era dos pais não tinha tanta dificuldade para vender, hoje tem certas coisas, feijão batata, não tem para quem vender, chegou um ponto que não precisa plantar porque não tem p/quem vender nem por cinco nem por dez, não vende, naquele tempo tinha negócio. (informação verbal)

A facilidade para vender o produto na época dos pais foi relatada pela esposa do agricultor JC. Ela diz: “Naquele tempo era batata, cebola e feijão, pêssego era pouco, não plantavam como hoje e vendiam, valia mais do que hoje [...] hoje em dia se plantar, não consegue vender, porque os produtos vem de outro lugar” (informação verbal⁵⁴).

Quando o agricultor se reporta ao tempo de seus pais, deve-se esclarecer que esse período corresponde à década de 1950, quando a agricultura no país registrou um crescimento⁵⁵ de 57%, devido, principalmente, à ampliação da área de cultivo (BESKOW, 1999, p. 59).

A opinião dos agricultores entrevistados dos três municípios foi agrupada nos dados da Tab. 11, reunindo as respostas por afinidade. Metade deles considera que a vida no tempo dos pais era pior. Neste grupo, cinco justificaram sua posição ao

⁵⁴ Informação fornecida pela esposa de JC (agricultora), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁵⁵ Segundo BESKOW (1999, p.59), os fatores determinantes para tal acontecimento foram: a) melhorias na infra-estrutura, com a construção de rodovias e o aumento da capacidade de armazenagem; b) o estabelecimento e expansão dos serviços de extensão rural; c) a garantia de preços os subsídios às taxas de câmbio na importação de fertilizantes, produtos derivados do petróleo, tratores e caminhões; d) e no fim da década, a intensificação do crédito agrícola.

afirmar que naquele tempo “não havia dinheiro”, como atualmente, ao passo que dez incluem-se nos que aludem, conjuntamente, “à falta de acesso à saúde, transporte e educação”.

Tabela 11 – Distribuição das famílias entrevistadas segundo a posição sobre como era a vida no tempo dos pais em relação ao tempo presente.

Opinião	Justificativa	%
Pior	Porque, não havia dinheiro	16,7
	Porque o acesso a saúde, educação e transporte era difícil	33,3
Melhor	Porque a vida era mais simples	13,4
	Porque havia mercado para a produção	36,7
		100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

As profundas transformações decorrentes da modernização, urbanização e internacionalização produziram modificações na agricultura mundial e provocaram a crescente diminuição da importância econômica atribuída à produção agropecuária *scrito sensu*, em meio à emergência das grandes cadeias e complexos agroindustriais. A transferência de rendas para outros setores da economia, em especial a partir da década de 1970 e o aumento no preço do petróleo afetou à agricultura no sentido do aumento intensivo e permanente do custo de produção⁵⁶.

O relato do agricultor⁵⁷ AH expressa a dificuldade para conciliar os gastos de produção com os preços de seus produtos nos mercados. Ele diz: “ Logo que casamos, o preço do saco de feijão era o de três sacos de uréia, hoje a uréia tá R\$ 42,00 e um saco de feijão R\$ 40,00, tá três por um” (informação verbal⁵⁸). Já o agricultor⁵⁹ DJ, compara a mudança dos preços dos insumos dizendo:

A agricultura hoje é muito difícil, o preço dos produtos é muito baixo. Quando comecei a trabalhar com o leite, com um litro de leite comprava um litro de óleo diesel, hoje tem que vender quatro litros para comprar um litro de óleo. Isso desanima o produtor. (informação verbal)

O cenário de “desânimo” refletido nesse depoimento denuncia a falta de apoio institucional, a ausência de uma política agrícola competente e diferenciada para a

⁵⁶ Ver a propósito o Capítulo 2 de SACCO DOS ANJOS (2003, p. 45-102

⁵⁷ Esse agricultor tem 56 anos, casou-se na década de 1970.

⁵⁸ Informação fornecida por AH (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁵⁹ Esse agricultor também tem 56 anos e se refere a década de 1970.

agricultura familiar. Embora tenham se esboçado algumas tentativas nesse sentido, o agricultor DB faz sua leitura crítica dizendo,

A agricultura se tornou um fator difícil e complicado devido nossos governantes, temos muito apoio para pegar dinheiro do Banco , mas um preço mínimo não temos [...] agora a gente depende do mercado, a gente não se cria, porque a mercadoria entra de qualquer lugar, e entra por um preço mais baixo do que a nossa aqui. No Uruguai tem subsídio e na Argentina também [...] e o transporte é uma coisa muito rápida, então é difícil as pessoas se manter na agricultura. (informação verbal⁶⁰)

O que se percebe é que os agricultores familiares, de modo geral não têm a possibilidade de participação nas instâncias de negociação e deliberação das políticas que determinarão o futuro do seu processo produtivo. A política de liberalização do comércio adotada pelo governo, seguindo a determinação das instituições e organismos multilaterais impedem os agricultores familiares de competirem com os preços de mercado estabelecidos pela agricultura comercial.

Ficou evidente, nessa secção, que os agricultores familiares têm capacidade, vontade e determinação para consolidarem o processo de produção agropecuária. A vinculação com o trabalho na terra, de onde extraem alimentos e produzem riquezas, torna-se a base fundante de práticas que resistem às crises econômicas, sociais e políticas. Entretanto, a lentidão com que se processam ações que garantam preços mínimos e acesso aos mercados, podem redundar em sérios prejuízos quanto ao futuro da agricultura familiar, principalmente no que tange a práticas para o autoconsumo e seu imbricamento com a segurança alimentar nas comunidades rurais. Os dados a serem apresentados na secção 5 (cinco) dessa dissertação contemplam a análise dessa complexa questão.

⁶⁰ Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

5 Transformações no mundo da agricultura familiar e suas implicações na produção para o autoconsumo e segurança alimentar das famílias

Esta seção aborda alguns aspectos decorrentes das transformações ocorridas no mundo da agricultura e que se manifestaram de diferentes maneiras na organização e na vida das famílias dos agricultores pesquisados. Procura-se trazer as evidências de um processo geral que apesar de repercutir no desestímulo à produção para o autoconsumo, e em conseqüência, gerar impactos sobre a segurança alimentar das famílias, em boa medida, como a seguir demonstraremos, são preservadas algumas das práticas essenciais nesse âmbito.

5.1 O tempo dos pais e as mudanças ocorridas

Não há sentido de novidade e de descoberta quando se constata que desde os primórdios da humanidade a forma crucial de preservação da vida é o acesso a alimentação. Portanto, agricultura e alimentação são categorias de relevância para se pensar os destinos da humanidade. Nesse sentido: “a alimentação tem uma função estruturante da organização de um grupo humano” POULAIN (2006, p. 19).

A falta de dinheiro e o difícil acesso à saúde, à educação e ao transporte foram indicados como aspectos que dificultavam a vida dos agricultores em tempos pretéritos, se comparada com o tempo presente, tal como consta nos dados da Tab. 11.

O agricultor DB ao falar da sua infância e juventude, destaca a falta de dinheiro quando diz: “[...] era uma época muito difícil, hoje os jovens não entendem [...] para sairmos de casa era uma vez por mês, não se tinha dinheiro para sair , jogávamos bocha com laranja e durante o dia se trabalhava e ainda ia para a escola [...]”(informação verbal⁶¹).

A mãe do agricultor ET, ao se referir à saúde de sua família, relata: “[...] o pai e a mãe sempre tinham um dinheiro. Se adoecesse alguém, se levava ao médico que baixava sempre no hospital mais próximo, tudo era pago [...] Hoje tem tanta coisa no mercado, tantas coisas se consomem, não só alimentos”. E voltando à

⁶¹ Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

época de seus pais declara: “[...] não tinha tanta coisa para convencer as pessoas a gastar, meu pai não comprava tanta coisa assim. (informação verbal⁶²)

A agricultora fala que o estabelecimento rural do pai permitia a auto-suficiência da família: “[...] essa propriedade dava para a gente viver e não se gastava muito dinheiro, hoje tem muitas ofertas, prestações, me parece que a gente tá no mesmo barco, o consumismo existe” (informação verbal).

Essa análise permite compreender que o agricultor familiar se situa no mundo através da materialidade de suas funções. Com isso, “seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele com o capital”(MARTINS, 2002, p. 71).

A dificuldade do transporte no tempo dos pais⁶³ também foi apontada como dificuldade. O agricultor IE diz: “[...] quando eu era criança, eu me lembro que saía a passear aos sábados, ia de carroça e só voltava na segunda-feira. Hoje uma viagem dessas a gente faz em poucos minutos”.

Já a esposa do agricultor JC descreve a vida no tempo dos pais dizendo:

Eles passaram bastante dificuldade até mesmo para ir até a cidade, eu já era grande quando a professora vinha para lecionar nesta escola, não tinha ônibus. Para ela ir até a cidade tinha que pedir carona de um caminhoneiro que levava carga. Depois fizeram um abaixo assinado pro trem, aqui passava a linha de tem Pelotas/Canguçu, fazer uma parada na ponte grande porque a estação era lá em cima e alguém tinha que levar ela de carrocinha ou algum auto [...] e era longe para ela vir da cidade, então o transporte era difícil. (informação verbal⁶⁴)

Sabe-se que o desenvolvimento humano se efetiva através da criação de oportunidades sociais e que estas contribuem para a expansão de potencialidades humanas. Com efeito, surgem “evidências de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida de toda a população” (SEN, 2002, p.170-71).

Parte-se aqui do entendimento de que a ausência de investimentos por parte das instâncias governamentais para o desenvolvimento das comunidades

⁶² Informação fornecida por esposa de ET (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁶³ A expressão “no tempo dos pais” será utilizada nesta dissertação, compreendendo-se o tempo em que os pais dos agricultores familiares entrevistados eram responsáveis pela produção. Pela idade dos entrevistados, esse período corresponde às décadas de 1950 e 1960.

⁶⁴ Informação fornecida por JC. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

rurais, no Brasil, vem se repetindo ao longo do tempo. Esse fato pode incidir sobre o aumento da pobreza e da fome no campo.

A modernização agrária brasileira está associada a um violento e drástico processo de expulsão da população rural que “provocou a saída de quase 30 milhões de pessoas do campo no curto espaço de tempo compreendido entre os anos sessenta e oitenta” (SACCO DOS ANJOS, 2002, p. 312).

5.2 Os fatores da mudança segundo os agricultores familiares

A Fig. 1 aponta as quatro principais mudanças indicadas pelos agricultores familiares quando questionados em relação ao “o tempo dos pais”. O acesso à tecnologia, o aumento do custo de produção, o aumento no uso de insumos e a falta de tempo para o convívio social foram apontados por eles como os principais aspectos.

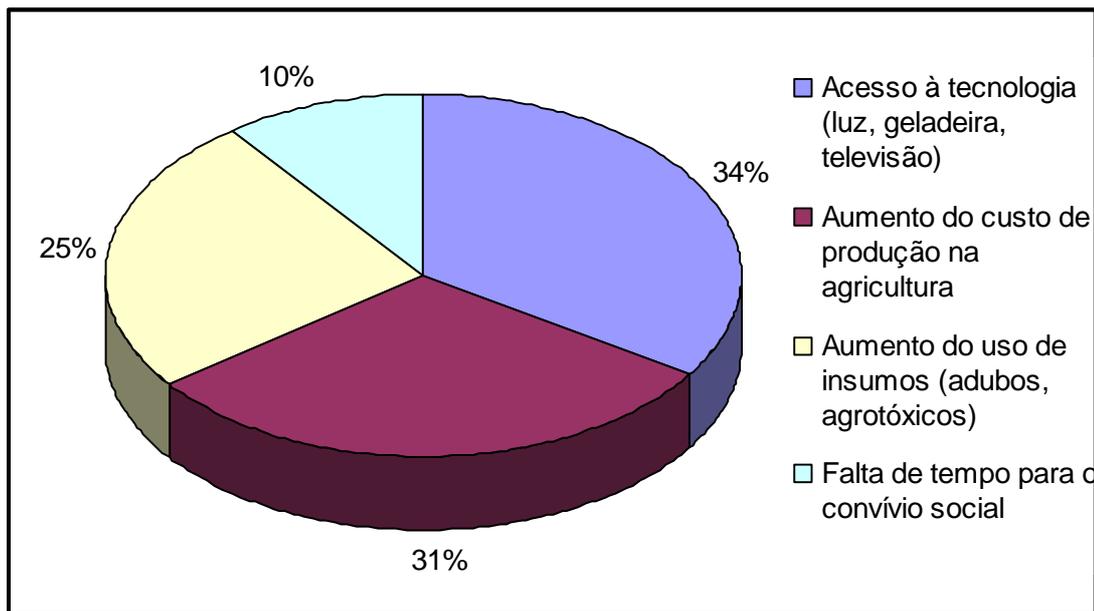


Figura 1 – Mudanças indicadas pelos entrevistados do tempo atual com relação ao tempo dos pais.
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Sobre o acesso à tecnologia, deve-se esclarecer que nesta dissertação o termo tecnologia é empregado para designar o conjunto de produtos introduzidos nos lares dos sujeitos pesquisados a partir da difusão da luz elétrica no campo, tais como: água encanada, chuveiro, geladeira, freezer, TV, liquidificador, lavadora de roupas, máquina de fazer pão, o forno elétrico e de microondas. O fogão a gás

também foi destacado. O uso de telefone, o acesso aos meios de transporte coletivos ou individuais, compõe o universo tecnológico.

No mundo da produção, destaca-se o uso do trator, da ordenhadeira, do resfriador de leite, do forno de secagem do fumo, serra elétrica, também são citados como “facilidades de hoje em dia”.

Os sinais das transformações no capitalismo do final do séc. XX expressam-se através de modificações radicais nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas de Estado, entre outras. Constata-se que, no Ocidente, ainda vivemos numa sociedade em que a produção em função de lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica (HARVEY, 1989).

O agricultor DB evidencia a mudança através da introdução da tecnologia e ao uso intenso de insumos. Ele diz

O que mudou são as maquinarias que agora temos trator, serra elétrica e antes tinha que ser feito tudo a mão, tem muita facilidade com os manejos das culturas e devido essa facilidade é difícil o mercado, temos herbicidas que matam as sujeiras e não é necessária se capinar como a época do meu pai Antes, 500 pés de fruta dava mais trabalho que hoje quando planto 2000, só o que não mudou é a colheita que é a mão, mas também para puxar já não é mais com o cavalo que precisa de cuidados. (informação verbal⁶⁵)

O agricultor SH também diz: “[...] meu pai trabalhou muito, faziam roça novas naquele tempo, derrubava o mato a braço, a enxada, não tinha nada de maquinário era tudo lavrado a cavalo, lavrado a boi” (informação verbal⁶⁶).

Sobre o desmatamento como condição de produção, SALAMONI (2001, p. 10) explica a situação do colono imigrante:

Diante das condições impostas pelo meio físico, a instalação das atividades produtivas exigia um mínimo de capital que, por sua vez, os imigrantes empobrecidos estavam longe de possuir. *Assim*, os colonos lançaram mão apenas do seu trabalho na árdua tarefa de derrubar a mata e tornar produtivos os solos – nesta época, colonizar e desmatar eram sinônimos. Para tal foi adotado o sistema primitivo de rotação de terras do tipo roça.

A esposa do agricultor HB fala: “[...] existe muita diferença, naquele tempo não existia nem energia, não tinha televisão, geladeira, meio de comunicação, a

⁶⁵ Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁶⁶ Informação fornecida por SH. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

mão-de-obra era mais difícil, não tinha trator nem máquinas, tudo era mais manual, as pessoas judiavam mais o próprio corpo do que hoje” (informação verbal⁶⁷).

O depoimento acerca das transformações introduzidas no estabelecimento a partir do uso da luz elétrica é relatada em outro depoimento:

Em 1973 nós ganhamos essa luz aqui a energia elétrica, aí em diante se comprou muita coisa: triturador, ordenhadeira mas isso ajudou também. Trocar nem pensar... naquele tempo a gente tinha que fazer tudo a mão, a lenha era picada com machado. Hoje a gente pega a serra e pica num estantinho lenha para o fogo e forno. A roupa era lavada tudo a mão, a gente tem máquina agora. Água eu lembro quando a gente começou, a gente carregava água de balde não tinha energia elétrica e água quase sempre ficava numa baixada. Buscar água para os banhos e botar numa bacia, para dar banho nas crianças era bem difícil... Agora tá muito melhor, a gente tem que lutar bastante. A gente naquele tempo lutava muito só que agora é diferente, agora a gente pega as máquinas tem o trator. Era só com os animais, agora tem uma baita carreta, tem as máquinas de plantar, de adubar de inseminar (informação verbal⁶⁸).

Outro depoimento do agricultor SLH ao falar do tempo passado diz:

É muita diferença, se meu pai tivesse aqui e ele contasse a história, tu ias ver que a diferença é imensa, bah! A dificuldade era muito maior e o sistema de trabalhar era diferente, não tinha a tecnologia que se tem hoje. De primeiro, se quisesse fazer um almoço, para começar já tinha que fazer fogo, lá tu já ias levar uma hora para aquecer o fogão. Hoje tu tem a facilidade de chegar, aí tem um microondas, tem um troço congelado, uma questão de dois ou três minutos, tá descongelado, tu quer aquecer a água num fogão à gás, é num piscar de olhos. (informação verbal⁶⁹)

As mudanças da vida moderna invadem o campo, transformam as relações e a organização do trabalho e do mundo doméstico e familiar. A fala do agricultor expressa bem a velocidade com que ocorre essa invasão: “num piscar de olhos”.

Mas numa sociedade na qual se mede o padrão de vida pelo volume de bens e serviços consumidos, há de se pensar, que muitas vezes, nem sempre o uso da tecnologia permite os melhores padrões de vida. Acerca dessa questão, Ullrich expressa sua opinião:

A capacidade de transferir custos dá à tecnologia moderna a possibilidade de se apresentar envolta em um certo misticismo. Ela engana os sentidos com respeito a sua verdadeira capacidade de atuação e seduz a razão com justificativas baseadas em estimativas de curto prazo. (ULLRICH. 2002, p.350)

⁶⁷ Informação fornecida por HB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁶⁸ Informação fornecida por ET. (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁶⁹ Informação fornecida por SLH. (agricultor) em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan/2007

E os agricultores encontram-se diante de um paradoxo. Suas falas permitem a apreensão do dilema a que são submetidos no cotidiano do seu trabalho ao fazerem uso da tecnologia.

A mãe do agricultor SH, com 92 anos de idade analisa o custo do conforto:

Naquela época era muito mais fácil de se conseguir juntar o dinheiro do que hoje em dia, porque a naquele tempo não tinha luz elétrica, hoje em dia todos meses tu paga luz elétrica, naquele tempo não existia o telefone tu pagas telefone, não existia o carro pra tu sair não existia o trator, quer dizer quanto gasto a gente tem hoje em dia, né? (informação verbal⁷⁰)

A agricultora citada, associa o conforto produzido pela tecnologia à “mordomia”, ou seja, a uma regalia, a um benefício. Na visão dela para ter

o conforto a gente gasta muito, né? Então quer dizer, a produção tu continua trabalhando igual, então o que adianta se tu conseguir fazer uma safra boa? Antigamente o dinheiro sobrava, hoje em dia tu ganha a safra boa mas esse dinheiro tu vai gastando ele porque a gente tem muita mordomia. (informação verbal)

Essa entrevistada reafirma seu entendimento sobre essa questão:

A gente tem a facilidade né? Mas essa facilidade custa caro se a gente pegar e parar com isso tudo e dizê vou voltar morar como era antigamente, com certeza tu vai conseguir juntar dinheiro, mas se vai juntar dinheiro não vai levar nada disso o dia que morre né? Mas a gente tem que poder aproveitar um pouco da vida. (informação verbal)

Cabe destacar que na maioria dos depoimentos dos agricultores familiares traduzem sua opinião favorável às facilidades provenientes do uso das tecnologias deixando claro que não pretendem voltar “ao tempo de antigamente, quando tudo era sacrifício, tudo era no braço”.

Sobre o fato de se conciliar o gasto com a tecnologia o agricultor SH tenta explicar o paradoxo entre o uso da tecnologia e seu custo, quando fala que agora não precisa mais prender os bois, é só ir no posto e comprar R\$ 40,00 ou R\$ 50,00 de óleo diesel para o trator,

[...] tem a vantagem é bom mas o gasto quer dizer que é um dinheiro que não tem como se juntar, tu junta ele, mas tu vai gastando pra ter esse conforto coisa que antigamente não tinha. Tu tinha que ter aquele trabalho de unir boi, tratar boi, mas tu não gastava aquele dinheiro que tu gasta com diesel e outras coisas. (informação verbal⁷¹)

⁷⁰ Informação fornecida por IH. (agricultora), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁷¹ Informação fornecida por SH. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

O agricultor HB faz sua análise evidenciando além do descompasso entre o valor do gasto de produção e sua comercialização, o uso de venenos e agrotóxicos. Ele diz

Hoje o trabalho é mais facilitado mas se torna muito mais caro, o custo de vida é mais alto, as despesas são muito mais alta e o retorno é menor devido a tantas despesas, é muita conta para pagar, no final do mês a gente recebe o dinheiro do leite e já tá o supermercado esperando e conta para todo o lado. Naquele tempo as pessoas trabalhavam mais se judiavam mais no corpo, mas tinham uma vida mais saudável porque não se usava tanto veneno, tanto agrotóxico como agora, sei lá, se a gente fosse pensar em voltar para aquele tempo não sei se a gente ia gostar trabalhar no braço (informação verbal⁷²).

Embora esse agricultor não queira voltar ao tempo do “uso do braço” ele denuncia as dificuldades enfrentadas e até um certo desalento ao dizer

Olha eu não sei a gente espera melhorar as coisas. Se não for para nós, para os filhos ou netos, porque a gente fica pensando se continuar no ritmo que está. O fertilizante é muito caro e o nosso produto não vale nada praticamente. Quer dizer a gente acha que não, mas tem gente que investe em cima da alta produção, que tem extensão de terra, aí dá. Para a gente, que é pequeno, tá difícil! (informação verbal).

Ele segue queixando-se da falta de apoio para a conservação do leite no resfriador:

É muitas as dificuldades, a energia elétrica chega muito fraca aqui e isso é uma grande dificuldade que estamos enfrentando agora por causa do resfriamento do leite, a energia chega tão fraca que o resfriador não resfria o leite... é devido um pouco, aos fumageiros, e outro aos granjeiros, que nessa época todo mundo vive com o motor e consome muita energia. Tem dias que ficamos até a meia noite para não ligar o gerador, tem gerador e tem tudo, mas o custo é muito alto e não compensa, e liga e desliga e não resfria é nunca (informação verbal).

Percebe-se que a produção do leite requer o uso da energia elétrica para sua conservação, mas que “os granjeiros” e os “fumicultores” disputam o uso da energia com o agricultor familiar. E esse finaliza dizendo:

Para a gente que é pequeno tá difícil [...] daqui a pouco vai acabar o pequeno produtor, só vai ficar o grande, esses fazendeiro, tão colocando leitaria, tem extensão de terra, pode fazer pastagem a vontade, e produz um leite mais barato e vai terminar com o pequeno (informação verbal).

⁷² Informação fornecida por HB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

Parece que essa fala encontra-se com o pensamento de Karl Kautsky:

É indubitável que a evolução moderna da agricultura proporciona à grande propriedade recursos científicos e técnicos extraordinários, que a habilitam, pela formação de pessoas especializadas, a afirmar a sua superioridade nesses diferentes setores. (KAUTSKY, 1980, p. 126-127):

Entretanto, o mesmo agricultor, ao retomar a análise de sua persistência com o trabalho familiar, parece convergir com a teoria chayanoviana:

[...] o pequeno é muito teimoso, pode levar uma caixa de tomate no Ceasa e vender a R\$ 3,00, uma caixa de melão a R\$ 2,00 ou R\$ 3,00. Se fosse pagar um funcionário para produzir ele tinha que tirar o dinheiro do bolso para manter aquele, não sobra, não tem como". (informação verbal)

A queixa dos agricultores acerca do custo de produção relaciona-se com o uso de insumos na agricultura e caracteriza-se como uma significativa mudança no processo de produção.

O agricultor AR, ao relatar o “tempo de seus pais”, revela

Eu não lembro direito, mas eles sempre dizem nos tempo de antigamente não precisava comprar adubo, plantava sem adubo, hoje se tu não compra adubo, uréia e semente, tu não colhe mais nada. Não sei como é que pode, não sei se é da própria natureza o que é isso, o clima, e se o cara pudesse plantar hoje sem adubo, sem uréia, sem herbicida é aqui que vai o dinheiro que o cara faz né? Sempre digo que antigamente não comprava nada, nem conhecia adubo e uréia, e hoje tem que comprar tudo. (informação verbal⁷³)

No longo período de expansão no pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, o capitalismo teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações do poder político-econômico, sendo esse conjunto denominado “fordista-keynesiano”⁷⁴. O colapso desse sistema, a partir de 1973, iniciou um período de rápidas mudanças, de fluidez e de incerteza.

A agricultura estabelece-se sob a “base fordista”⁷⁵ resultando desse modelo forte especialização e intensificação, acompanhada de uma dupla e crescente integração ao capital industrial. As mudanças incidentes sobre as técnicas de produção suscitam o crescente abandono das formas tradicionais, tanto no plano da

⁷³ Informação fornecida por AR (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁷⁴ . Expressão utilizada por Harvey (1989, p. 119).

⁷⁵ Por agricultura de base fordista entende-se os grandes investimentos em tecnologias industriais de produção voltadas à crescente busca do aumento de produtividade agrária, à redução dos custos de produção e ao uso de combustíveis fósseis e de fontes não-renováveis de energia (SACCO DOS ANJOS, 2005, p. 50).

produção vegetal quanto animal, coincidindo com a implantação da Revolução Verde.

O agricultor AH remonta seu depoimento para o “tempo de seus pais” onde ainda era possível cultivar a terra com vários cultivos e sem uso de pesticidas e agrotóxicos. Ele diz,

A gente vai chegar no ponto onde a gente tava começando, lembrando dos pais, era lavrado tudo a cavalo plantava milho com matracas. O pai plantava milho com saraquá, tinha uma sacola do lado, abria a cova, largava a semente e plantava essa terra toda. Tinha quatro junta de cavalo, mas naquela época dava o milho, sobrava um pouco mais, porque hoje o investimento é maior comparando, mas o que me lembro é isso. Plantava batata sem agrotóxico e se colhia batata sem veneno somente colocava-se esterco e mais nada e colhia, não entrava praga. Hoje se tu vai plantar sem colocar nada o bichinho come né? Plantava-se muito feijão, se fazia roça nova, hoje nem se pode derrubar a mata mais. Aí se plantava milho, queimava, fazia roça nova plantava milho no meio, colhia que era uma coisa incrível, só que não era aquela quantidade, não sei se entende. A gente tinha criação de porco, tu tinhas os porcos ali mas se tu tinha um lote de 10 porcos e fazia o dinheiro. Hoje tu tens 10 porcos tu não sobrevive, nós vamos chegar naquele ponto que eu tava te explicando colhia dez sacos de milho é muita coisa dá para sobreviver, hoje tu colhe 100 sacos e não dá para nada, hoje tem que ser 500 sacos para fora 1000 sacos para fora (informação verbal⁷⁶).

5.3 As implicações da Revolução Verde sobre a forma de produzir

A Revolução Verde⁷⁷ no Brasil assumiu a forma de uma modernização tecnológica socialmente conservadora. Nas décadas de 1960 e 1970, observou-se a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular os grandes produtores, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola, como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos (MOREIRA, 1999).

A implantação da Revolução Verde pode ser dividida em três fases. A primeira fase corresponde à implantação desse modelo nos países denominados de Terceiro Mundo como México, Brasil e Filipinas. A segunda etapa foi o momento de expansão das técnicas utilizadas pelas empresas e que se constituíram, pelo resto

⁷⁶ Informação fornecida por AH (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁷⁷ A crítica social feita à Revolução Verde manifestou-se através das denúncias do empobrecimento do campo, do desemprego, da favelização dos trabalhadores rurais, do esvaziamento do campo, da sobreexploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade (MOREIRA, 2000)

do mundo, na forma de “*massificação da agricultura*”⁷⁸. A terceira etapa, que vivemos hoje, consiste em que as grandes empresas do ramo da biotecnologia e da nanotecnologia⁷⁹ passaram a desenvolver experimentos tecnológicos, com a utilização do material biológico de plantas e animais, ou seja, os organismos geneticamente modificados (transgênicos).

O depoimento do agricultor AS denuncia o uso de transgênicos alertando para o perigo que esses cultivos representam. Ele diz

No caso do grão de soja nós plantamos transgênicos vai tudo herbicida, resistente a herbicidas e as pessoas comem. Como fica o estômago delas? Como funciona? Não é uma coisa natural, esse dessencante mata tudo menos a soja. Acho que faz mal, então se conseguisse produzir mais coisas naturais seria melhor, não só para nós, mas para a cidade também. (informação verbal⁸⁰)

Nesse depoimento começa a aparecer a noção de segurança alimentar a partir do entendimento dos agricultores familiares, assunto do qual trataremos nesta seção.

Constata-se que a terceira fase da Revolução Verde consolida um modelo de produção que gera maior desigualdade no interior dos países, marcado pelo incentivo às monoculturas e pelo uso intensivo de insumos químicos. Como é sabido, esse modelo tende a favorecer as empresas do ramo dos agrotóxicos e de sementes transgênicas, provocando um crescimento econômico e tecnológico desequilibrado, no esgotamento dos recursos ambientais, no desperdício de energia e perda da qualidade de vida pelo excesso de trabalho.

Nesse sentido, pode-se destacar o depoimento dos agricultores que incide na falta de tempo para o convívio social, comparando-se ao “tempo dos pais”. A esposa do agricultor LW, ao falar do trabalho do sogro, relata:

O fumo não deixa a gente cuidar de mais nada é uma dedicação total tem gente como o meu sogro, que é 24 horas, porque ele cuida o fogo durante a noite da estufa. A gente não tá trabalhando 14 ou 15 horas por dia, a gente tá trabalhando 24 horas, pouco tempo tem para descansar. (informação verbal⁸¹)

⁷⁸ Entendemos por “massificação da agricultura” o processo de homogeneização de práticas agrícolas que levaram à extinção de espécies e variedades, provocando o declínio dos patrimônios culturais e ambientais no campo.

⁷⁹ Nanotecnologia é a capacidade de criar novos materiais e produtos a partir da manipulação da matéria à escala atômica. Foi descoberta em 1959 pelo físico norte-americano Robert Feynman através de estudos sobre física quântica.

⁸⁰ Informação fornecida por AS (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007.

⁸¹ Informação fornecida por LW. (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

Outro agricultor, relata a perda da sua qualidade de vida que tem início na infância, através do seguinte depoimento: “Lá no passado, eu tinha uma vida muito sacrificada o meu pai botava nós no serviço, eu tô estragado. Hoje ele chora por causa disso, trabalhei desde criança eu não tive infância nem juventude e não me arrependo disso, ensinei o meu filho a trabalhar” (informação verbal⁸²).

A intensidade do trabalho na agricultura familiar manifesta-se também neste depoimento da esposa do agricultor AH: “Antes a gente tinha mais tempo, hoje a tendência é a gente correr cada vez mais. Antes, naquele tempo, tínhamos tempo no sábado e no domingo a gente ia passear pegava a carroça e ia nos parentes e levava três dias para voltar [...]” (informação verbal⁸³).

O permanente esforço necessário para assegurar a produção, exigindo eficácia do agricultor familiar, pode significar a renúncia aos padrões anteriores de qualidade de vida e prejuízo às atividades que fundamentam suas relações de pertencimento.

A limitação do tempo para o convívio social e o lazer, poderá provocar a fragilização da rede social e comunitária típica do mundo rural. O conjunto de conhecimentos produzidos através de informações, idéias e capacidades práticas se concretizam através dessa rede e o enfraquecimento resultante da não participação poderá afetar e modificar um modo de vida específico.

5.4 A produção no tempo dos pais e a de hoje: tempos que se distanciam e se aproximam mediados pelas práticas da produção para o autoconsumo

A Tab. 12 apresenta a indicação dos entrevistados quando perguntados sobre os produtos mais proeminentes no tempo em que os pais eram agricultores da produção no tempo pais dos agricultores. Constata-se que 96,7% dedicavam-se ao cultivo da batata. E é sobre esse cultivo que a mãe do agricultor SH fala:

Chegamos a plantar e colher 1000 saco de batata, eu não sei se tu imagina o que pode ser mil saco de batata, é muita coisa. A gente nem tinha nem como colocar no galpão. Colocamos embaixo de uma figueira que a gente tem aí e se tapou para esperar preço. Acabou botando toda todinha fora. (informação verbal⁸⁴)

⁸² Informação fornecida por SG (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁸³ Informação fornecida por AH (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

⁸⁴ Informação fornecida por SH. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

Esse depoimento denota que além da produção para o autoconsumo, a batata plantada destinava-se para o mercado, mas já nesse tempo a família “acabou botando todinha fora” .

O desperdício dos alimentos produzidos é também evidenciado nessa fala da esposa do agricultor EB,

Por meio das telecomunicações vemos que tem muita fome no próprio país e no mundo, enquanto que nós não temos como comercializar e acabamos colocando o produto fora e isso eu acho que é uma coisa bastante injusta. Enquanto uns passam fome, outros produzem e não tem para onde vender. (informação verbal⁸⁵)

O “tempo passado” e o “tempo presente” se encontram nesses dois depoimentos, os quais denunciam e comprovam que a fome no mundo é, antes de tudo, uma questão política “a alma da fome é política”⁸⁶ (SOUZA, 1993).

Observando-se a Tab. 12 percebe-se também que o cultivo do feijão ocorria em todas as propriedades agrícolas familiares e o arroz em 70% delas. Esses alimentos são considerados típicos e fundamentais na alimentação do povo brasileiro.

Tabela 12 – Produtos agrícolas produzidos no tempo dos pais destinados ao autoconsumo nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu.

Produto	Pelotas	São Lourenço. do Sul	Canguçu	Total (%)
Batata	100,0	90,0	100,0	96,7
Feijão	100,0	90,0	100,0	100,0
Arroz	50,0	80,0	80,0	70,0
Trigo	50,0	80,0	80,0	73,3
Milho	80,0	90,0	100,0	90,0
Carnes (ave, gado, suíno)	100,0	90,0	100,0	93,3
Leite	90,0	90,0	100,0	93,3
Verduras e legumes	90,0	90,0	100,0	90,0
Frutas	90,0	80,0	100,0	80,0
Embutidos	80,0	80,0	80,0	80,0
Doces e schmiers	80,0	80,0	80,0	80,0
Não informou	0,0	10,0	0,0	3,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

⁸⁵ Informação fornecida por NB esposa de EB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007

⁸⁶ Artigo publicado no Jornal do Brasil, em 12 de setembro de 1993. Disponível em: <http://www.ibase.br/betinho_especial/com_a_palavra/alma_da_fome.htm>

Segundo o depoimento do agricultor CS “[...] a gente plantava aquele quadrado de arroz, quando eu era pequeno, eu era guri e levava descascar, o trigo que virava farinha, então poucas coisas se comprava” (informação verbal⁸⁷). Já a agricultora EST diz”

Naquele tempo a gente não comprava fazia as coisas em casa. A gente plantava arroz para comer, descascava em casa a mão, chamava-se pilão. Colocava-se no sol, quando tava quentinho botava ali dentro, pegava um pau ou madeira e batia até tirar a casquinha. A gente fazia tudo em casa. (informação verbal⁸⁸)

A esposa do agricultor JC confirma a venda do trigo excedente e relata sobre a produção:

Plantava até arroz, até arroz. A gente plantava milho para fazer pão, polenta, trigo também se plantava, eu ajudei muito a plantar trigo... naquele tempo era... o meu pai dizia que se fazia dinheiro era com o trigo. Depois começou a não dar mais na casa dos meus pais. surgiu uma variedade boa, então nós plantemos uns quantos anos, nós plantava até de sócio em outras propriedades e até vendia, tinha um moinho nos Bonato. Naquelas casas na ponte velha ali tinha um moinho de trigo, era da firma dos Bonato. Então eles compravam trigo, dos agricultores da volta, até meu pai fez dinheiro plantando trigo. (informação verbal⁸⁹)

Sobre a produção para o autoconsumo que incluía o trigo, têm-se esse depoimento da agricultora LR que analisa também as mudanças ocorridas na alimentação.

No meu tempo a gente não conhecia esses montes de doce, o doce que se comia era só o mel e ficava muito feliz quando tinha pão de trigo. Muito trigo cortei e carreguei, ficava faceira quando o pai ia no moinho buscar: nós falava, nós vamos comer pão branco de trigo. A minha mãe fazia do rolão cuca, vinha farinha de segunda e de primeira era o rolão, a segunda era para misturar no pão de milho. O rolão era para cuca era uma farinha bem escura, ela [a mãe], fazia umas cucas bem crescidas, ficava escura, mas para cuca não importava. Se bota bastante ovos fica escura também. (informação verbal⁹⁰)

A variedade de produtos existentes também é relatada pelo agricultor SLH:

⁸⁷ Informação fornecida por CS. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

⁸⁸ Informação fornecida pela EST esposa de ET. (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007

⁸⁹ Informação fornecida por JC. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁹⁰ Informação fornecida por LR esposa de WK (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007.

Naquele tempo o que se sabe é que o básico feijão, batata, se plantava, se criava porco para se ter gordura e carne em casa. Naquele tempo se fazia muito, cebola para tempero, usava muito plantar o milho, se fazia farinha tanto é que tinha muitos moinhos pela colônia. Se fazia farinha, eu acho que alguns até trigo né, plantava trigo e se fazia a farinha de trigo, né, uma coisa que hoje em dia não existe mais (informação verbal)

O plantio do milho foi citado em 90% dos agricultores entrevistados, aludindo a importância deste cereal, para o autoconsumo, aproveitando a farinha dele proveniente, para a alimentação dos animais e também para a comercialização. O agricultor AR, fala do uso do milho para a criação de porcos:

Naquela época só plantavam milho, eu me lembro, era moleque de 10/15 anos, era só lavoura de milho, plantavam tudo. Não se vendia um saco de milho, mas vendia cada mês uma carga de porco. Hoje em dia quem é que tem porco? Não sei, mudou tudo completamente, né? (informação verbal⁹¹)

5.5 A criação de animais para o autoconsumo

A criação de animais é uma característica da agricultura familiar que vem se perpetuando ao longo do tempo. O uso e a preservação da carne produzida na propriedade é que se modificou. Observemos esse depoimento da mãe do agricultor MH:

Nós também plantávamos fumo. Milho, feijão, batatinha para comer e batata doce a gente vendia. Animal a gente criava e vendia também, galinha a gente criava para o consumo e porco para vender. A gente era uma família humilde, nem luz elétrica não tinha nem geladeira nem freezer, nem nada. A gente fazia tudo, carne a gente fritava e botava em uma lata na banha. Tudo assim bem antigão, ao passar o tempo a gente foi botando luz, a gente foi comprando as coisas e foi se adaptando e, né? E melhorando a vida.

Observa-se que a criação de animais é mantida nos estabelecimentos familiares. No conjunto de famílias entrevistadas, 96,7% mantêm o hábito de criar animais para o autoconsumo (Fig. 2). Hoje os agricultores dispõem do freezer para conservar a carne. Do abate de um boi, tudo se aproveita. A esposa de um, ao falar da carne consumida pela família assevera:

Eu não gosto de comprar carne a quilo tá caro, não dá para comer. Eles cobram preço de carne a quilo. Claro quando nós carneamos, já botemos tudo em pacotinho a quantia que dá para um dia, mas já sai pelanca, já sai graxa, já sai osso, o resto vai para os cachorros, até guardado para os

⁹¹ Informação fornecida por AR (agricultor), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

cachorros, depois a gente cozinha quando falta faz o alimento para eles. (JC – informação verbal⁹²)

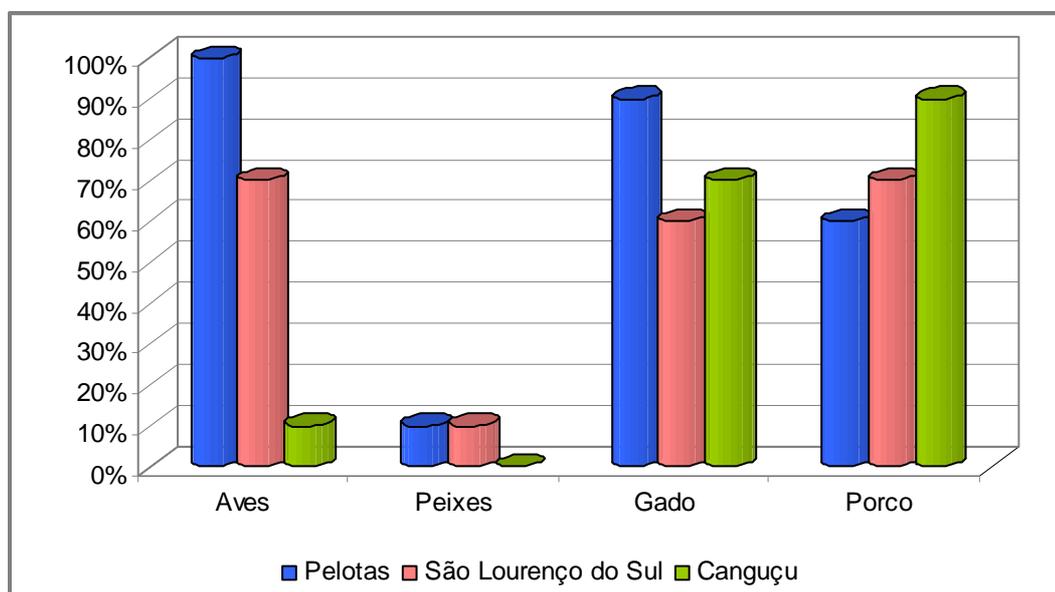


Figura 2 – Tipos de criações presentes nos estabelecimentos investigados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

O agricultor HB associa a economia que representa o produção para o autoconsumo dizendo:

Economizamos a metade dos gastos com a nossa produção, a gente carne mesmo, tem abate em casa e põe no freezer e tem carne para o ano todo... e tem peixe no açude... só é difícil de pegar...tem carpa cabeça grande, só não pode ser pega de anzol, já pegamos carpa de 26kg. (informação verbal⁹³)

Alguns agricultores foram enfáticos em registrar a importância material da produção de autoconsumo: “Economizamos a metade dos gastos com nossa produção” (informação verbal⁹⁴).

O cálculo não é, obviamente, preciso, exato. A agricultora ED, tenta explicar o seu entendimento, dizendo:

[...] na ponta do lápis a gente não fez, mas todas as vezes que colocamos comida na mesa tem feijão, verduras, tem ovos, carne, leite [...] comprado só tem o sal e o açúcar. E tudo que a gente trouxe da lavoura para a mesa, se fosse comprar, ia gastar uma barbaridade! (informação verbal)

⁹² Informação fornecida por JC. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁹³ Informação fornecida por HB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

⁹⁴ Informação fornecida por HB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

Observou-se, entretanto, que nem sempre é o valor monetário o fator determinante da manutenção da prática para o autoconsumo. A qualidade do alimento é valorizada pelo agricultor EU quando diz:

Horta, ovos, carne, leite, isso tudo é daqui de casa tanto carne bovina, frango, como galinha caipira, eu não sei se vocês diferenciam uma da outra. Essas a gente tem criadas separada com milho e ovos assim... Eu acho que não se economiza, se tem o fato de ser mais saudável. Mas não que isso traga um retorno econômico, isso não, porque no caso ovos e essas galinha na verdade elas comem mais do que se a gente fosse ao mercado comprar... A gente consome muito pouco, às vezes não chega a uma dúzia de ovos por semana para quatro pessoas, então é uma coisa que a gente nem considera. (informação verbal⁹⁵)

Observa-se que a fala desse agricultor coincide com uma das dimensões da noção que hoje se tem sobre a segurança alimentar, que é o acesso a alimentos básicos de qualidade e que resultem de práticas saudáveis. As aves⁹⁶ e os ovos produzidos para o consumo da família são diferentes das que se criam para a comercialização.

Outro depoimento interessante sobre os alimentos produzidos num estabelecimento cujo “carro chefe” é o leite foi feito pelo agricultor EPP, segundo o qual “a propriedade produz para o sustento, mas às vezes se colhe um pouco a mais e, se tem comércio, a gente vende. Não é só para o consumo da casa, a gente fornece para os parentes da cidade, eles vem e buscam alguma coisa” (informação verbal).

Percebe-se que o ato de doar aos parentes os alimentos excedentes, é uma forma de valorizar o que se produz e também denota a generosidade que caracteriza o modo de vida das comunidades rurais, onde a solidariedade e as trocas, não só de serviços, mas também de produtos, constitui-se como elemento intrínseco a esse modo de vida.

5.6 Os alimentos produzidos pelos agricultores familiares em tempos de insegurança alimentar

Indubitavelmente a alimentação das populações do mundo e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais tem sido assunto de debates nacionais e internacionais.

⁹⁵ Informação fornecida por EU. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

⁹⁶ No caso do citado agricultor familiar, apesar de ter como principal produção o leite, esse também implantou recentemente um aviário em sua propriedade.

Nesse sentido a manifestação do Diretor Geral da FAO, Jaques Dióf, que “a fome é uma manifestação concreta das desigualdades de poder, persistentes e generalizadas que existem no mundo” alerta para o fato de que dos 6 milhões de habitantes do planeta, 850 milhões sofrem de fome todos os dias e que três quartos dos pobres do planeta são habitantes rurais. Grande parte deles é formada por camponeses sem acesso à terra e demais meios de produção para alimentar suas famílias (ICARRD, 2006).

Apesar desse cenário desolador, face as inúmeras adversidades expressas nos depoimentos dos agricultores familiares em questão, nosso estudo permitiu constatar que a totalidade das famílias, continua cultivando parte considerável dos alimentos que consomem. Eles identificaram a produção que conservam desde o tempo de seus pais, muitos dos quais se destinam fundamentalmente para o autoconsumo. A Fig. 3 identifica os principais produtos que foram destacados pelas famílias nas entrevistas. Esses dados revestem importância na medida em que refletem o padrão alimentar dos indivíduos na atual conjuntura.

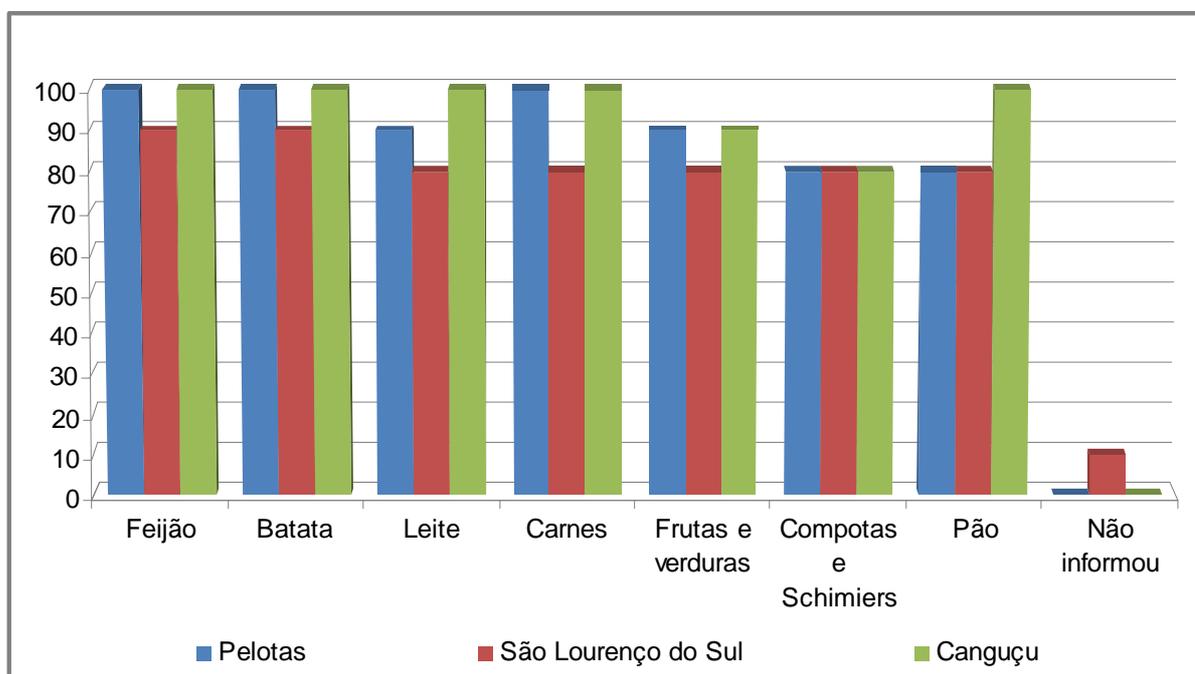


Figura 3 – Produtos agrícolas informados pelos agricultores familiares e produtos transformados que se destinam ao autoconsumo nos três municípios estudados segundo o número de famílias.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

O feijão é cultivado por 93,3% das famílias, o que não significa que este esteja sempre disponível, o ano todo, em suas mesas. A esposa do agricultor

familiar IK, cujo cultivo principal é o fumo, explica que é “muita ocupação [...] a gente vê as pessoas falar no geral que o fumo não deixa a gente cuidar de mais nada”, ao ser questionada sobre os cultivos para o autoconsumo resume: “feijão e batata agora não tem, mas tem bergamota, laranja, lá em baixo tem bananeira, é uma coisa que todos consomem. E senão tiver, o pessoal vai na cidade e compra, né? Mas tem marmelo, galinha e porco”.

Quanto ao arroz não encontramos nenhum agricultor que planta essa gramínea como faziam os antepassados. Entretanto, o hábito de consumir arroz nas refeições permanece em 93,3% da mesa das famílias. O mesmo percentual mantêm-se para a produção do leite e da batata.

No entanto, a produção de leite não é vista com vantajosa para o agricultor VFM, que diz “é preferível comprar uma caixa no supermercado, do que ter uma vaca todos os dias, ter que estar me envolvendo com essa vaca, não é negócio”.

O trigo também não é mais produzido pelos agricultores. Esses compram a farinha para fazerem o pão em suas casas. O agricultor VF diz: “o pão, a gente compra a farinha e faz em casa, inclusive tem um forno de fazer pão, tem um forinho elétrico, tem o forno do fogão”(informação verbal⁹⁷)

O agricultor MA, fala sobre a produção de trigo, do seu desejo de produzir: “Eu comecei com o trigo e tive que parar [porque] não tem quem trilhe, tem bastante máquina mas não quem trilhe. Eu digo, o problema não é plantar, é quem compre e colha. Existe maquinário, mas não pessoas, as pessoas não querem.”(informação verba).

A produção do trigo na concepção do agricultor é socialmente necessária, mas não há maquinário disponível para torná-la viável. Nesse sentido, Garcia Jr, (1990, p. 126-127) considera que:

Entende-se também que, dado que o consumo é socialmente necessário é um dado anterior ao processo de produção, mesmo que a produtividade [sic] valor por unidade de trabalho seja muito baixa, vizinha de zero, ou mesmo zero, portanto invendável, a produção camponesa pode realizar tal esforço e tal produção se ela é necessária para completar, *in natura*, o consumo socialmente necessário.(itálico no original).

A lembrança dos moinhos do tempo dos pais e do seu fechamento está ainda presente na memória:

⁹⁷ . Informação fornecida por VF(agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas. Jan/2007

Do moinho a gente levava o trigo e eles moíam, tiravam o rolão. Tiravam a farinha branca e saia a mais morena, mas era bom. E o milho também, hoje tem moinho na Coxilha dos Campos, né... mas é com maquinaria, não é como os moinhos de primeiro, que eram com água. (informação verbal⁹⁸)

Sobre o fechamento dos moinhos ele diz: “teve uma lei do governo para fechar os moinhos”.

Percebe-se que a análise feita pelo agricultor, denuncia o paradoxo da modernização tecnológica no campo. Se, de um lado, ela facilita a produção, de outro ela pode restringi-la. Sem maquinário torna-se impossível voltar a cultivar o trigo. Esse fato, pode também contribuir para o aumento da insegurança alimentar no campo, deixando o atendimento das necessidades imediatas das famílias a cargo da aquisição no mercado local. O fato é constatado no depoimento de um dos entrevistados quando ele fala da “invasão das kombis” na zona rural e que vendem de tudo. Ele relata “tem de tudo, antes não tinha, de uns três anos para cá... começou com o padeiro [...] a maioria não planta e precisa comprar, e já passa na casa mesmo, é um supermercado batendo em casa.”

5.7 A criação de animais: uma atribuição da mulher?

Como no tempo de seus pais, as famílias pesquisadas, preservam o hábito de se dedicarem à criação de animais domésticos. Segundo dados da pesquisa em 33,3% dos casos são as mulheres responsáveis por tal tarefa, atribuindo-se essa função a toda a família em 30% dos estabelecimentos (Fig. 4). Para Woortmann, (1999 p. 134), a “noção de trabalho, como categoria subjetiva, e o processo de trabalho, como encadeamento de ações, marcam distinções de gênero”. O cuidado com as “criações”, cabe à mulher. A categoria “trabalho” normalmente só se aplica ao homem, ao chefe da família. A atividade feminina é considerada restrita ao âmbito da casa e quando as mulheres se envolvem em atividades produtivas, esse envolvimento é considerado ajuda.

Embora nem sempre esteja sendo atribuído valor equivalente ao trabalho do homem, a mulher executa um trabalho penoso e perigoso ao lidar com os animais. O relato do agricultor HB atribui a desistência da criação de porcos, por conta de que o manejo é difícil. Ele diz:

⁹⁸ Informação concedida por MA (agricultor) em entrevista realizada no município de Canguçu. Jan/2007

Porco, nós paremos com a criação, [era] a esposa que cuidava da criação de porcos, dava trabalho pois eles eram grande para limpar o cocho. Manusear é um pouco difícil, minha esposa cuidava, ela se quebrou a costela duas vezes e não quis mais saber de porcos. (informação verbal⁹⁹)

A desistência de criar porco, pode ser compreendida se temos em mente o que considerou Garcia Jr. (1990, p. 179) ao constatar que:

A criação tem uma função complementar ao roçado, mas seu caráter subordinado é claramente marcado. Por um lado a criação atende a necessidades socialmente consideradas menos prioritárias [...] por outro lado, a criação pode ser apropriada para o consumo alimentar [...].

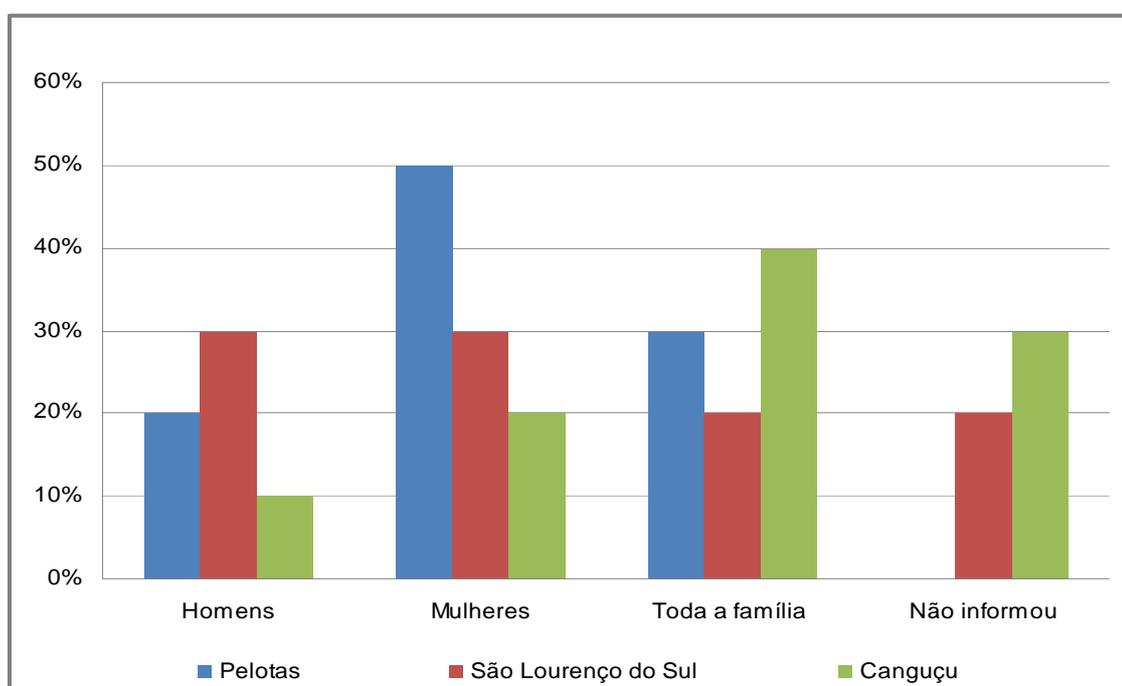


Figura 4 – Distribuição percentual das famílias entrevistadas segundo a atuação de seus membros nas atividades de criação de animais para atender ao autoconsumo familiar nos três municípios pesquisados

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

Em sua análise, Garcia Jr aponta que a criação de animais implica no uso de um tempo que os membros femininos devem disponibilizar para tanto. No caso em discussão, o trabalho feminino exigido em outra ocupação, associado ao baixo valor atribuído ao produto, parece ter sido um dos determinantes da supressão de tal criação.

⁹⁹ . Informação fornecida por HB (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan/2007

Novamente evidencia-se a pressão do mercado sobre o trabalho da família, dessa vez diretamente sobre o trabalho feminino que estava voltado para a produção de carne para a alimentação da mesma. Provavelmente esse produto passe a ser adquirido no mercado pela família tornando-se mais um item anteriormente gerado com o fito de atender o autoconsumo familiar.

5.8 A horta e o pomar: o risco da insuficiência para o autoconsumo

A existência de hortas e pomares nas propriedades dos agricultores familiares pesquisados é indicada na Fig. 5. Em todos os municípios foi constatada sua existência, sendo que em 25 propriedades foram encontrados ambos, em quatro delas só o pomar e, em uma, somente a horta.

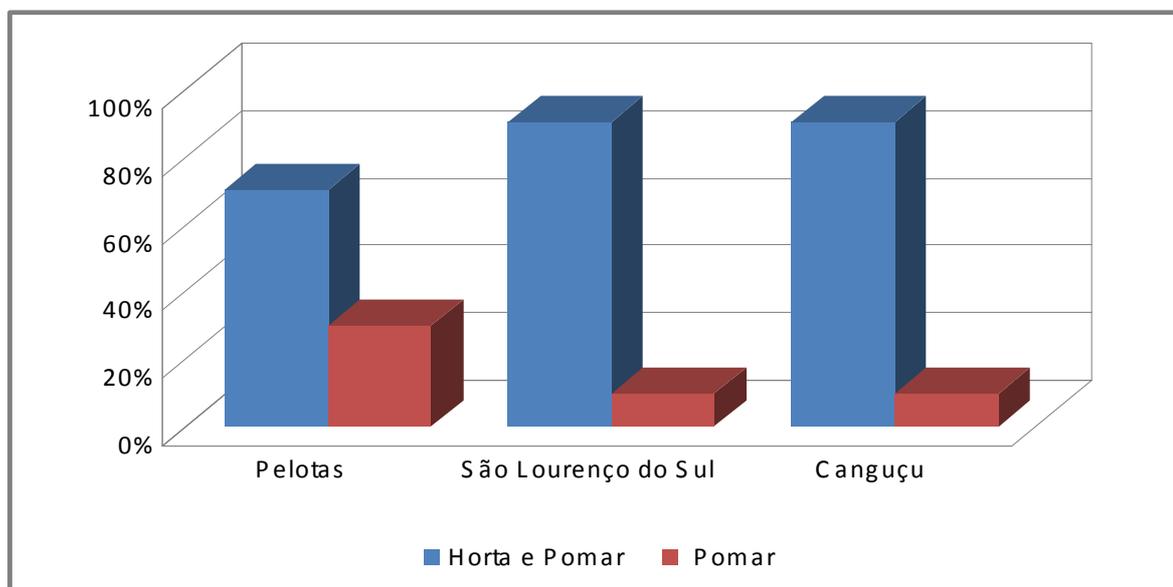


Figura 5 – Porcentagem de famílias que possuem horta e pomar nos três municípios investigados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A fato de verificar-se a ocorrência de hortas e pomares, num primeiro olhar, parece plenamente satisfatório no sentido da segurança alimentar e nutricional. Entretanto, isso não significa que se tenha a garantia da autosuficiência da produção da família para satisfazer as necessidades de seus membros. O depoimento do agricultor SLH, deixa dúvidas quanto a esse aspecto:

Horta tem uma ali, mas as verduras que tem dentro não vale nem pra se falar de horta, né? Não tem tempo, mas se produz alguma coisa. Quando é época de inverno se produz alguma verdura se produz mais, pouca coisa assim. E pomar de outras frutas é uma laranjeira umas bergamoteira na volta da casa que é o que tem fora disso, só o pêssego, né? (informação verbal)

Outro agricultor também deixa dúvidas quanto à capacidade de produção de seu pomar e da horta, dizendo “frutas, além do pêssego temos laranja, bergamota, maçã, tem uns dois pés, pro gasto dá. Verdura a gente às vezes tem, mas às vezes tá em falta”.

O desperdício do excedente, que apodrece é, por isso, eliminado, denunciado pelo agricultor EP:

Tem pomar e fruta de todo tipo: pêssego, laranja, bergamota, maçã, pêra de todos os tipos [...] as árvores de frutas que eu tinha para comércio eu acabei eliminando para não ter preocupação de tu tá vendo aquela frutinha tão bonita cair e não ter comércio. Isso me dá um certo nojo de ver a fruta no chão e não ter para quem passar. (informação verbal¹⁰⁰)

No estabelecimento rural do agricultor WK, sua esposa LR diz:

Sim tem tudo junto, erva, tem repolho, alface, cenoura, couve flor, beterraba, pepino. Eu fiz mais de cem vidros de conserva de vagem e pepino, feijão vagem, batata, milho, feijão, tenho duas vacas de leite, faço queijo para vender, a minha filha leva para Pelotas, não tem quantia (informação verbal¹⁰¹).

Ao contrário das outras duas famílias anteriormente referidas aqui, além do uso *in natura*, produção excedente, nesse caso, é plenamente aproveitada. Nesse estabelecimento constatou-se a existência de sucos engarrafados e muitas prateleiras contendo vidros de compotas e schmiers que a agricultora fez questão de mostrar.

A educação, no que tange à produção e conservação dos alimentos, é fator decisivo na preservação dessas práticas como traço cultural. Em Canguçu detectamos que o trabalho com jovens rurais, já produz efeitos dignos de nota. Embora o agricultor ER tenha dificuldade para produzir frutas devido às geadas, ele fala com orgulho da horta produzida pelo filho de 14 anos:

Esse guri de 14 anos, ele veio com a semente da UNAIC¹⁰², ele plantou e hoje ele tá colhendo melão, tomate, pepino. A gente tem tanto pepino que até conserva de pepino tem. O melão, tem tomate e os repolhos que não

¹⁰⁰ . Informação fornecida por EP (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan?2007

¹⁰¹ . Informação fornecida por LR (esposa do agricultor WK), em entrevista concedida no município e canguçu, Jan/2007

¹⁰² A União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC, uma organização não-governamental, desenvolve um trabalho de incentivo ao plantio diversificado de verduras e legumes nas escolas rurais desse município.

vencemos comer, beterraba, cenoura, na própria horta aqui. (informação verbal¹⁰³)

O incentivo de organizações sociais às práticas orientadas para o autoconsumo mudaram a opinião desse agricultor, no sentido de resgatar a importância correspondente. Essa prática foi alterada através de orientação adequada. O agricultor argumenta: “A horta é de tradição para o colono caprichoso, que tem uma estrutura boa sempre tem uma boa horta, antes eu não tinha horta, mas tirava um canto da propriedade para plantar, né?”

Pode-se inferir, a partir dessas experiências, que a produção de frutas e verduras pode ser incentivada e preservada, resgatando-se práticas que se perderam ao longo do tempo diante das sensíveis mudanças nos hábitos de consumo via introdução de produtos industrializados no cotidiano das famílias rurais.

5.9 Mudanças na alimentação e segurança alimentar segundo as famílias rurais

Entre as inúmeras transformações ocorridas com o processo de alimentação humana, pode-se apontar o distanciamento, a falta de informação e a perda de controle da população sobre o processo de produção, em face da imposição dos mercados e dos complexos agroindustriais. As inúmeras facilidades introduzidas pelo uso da tecnologia na produção dos mesmos, por outro lado afetaram a forma, o sabor e o preparo dos alimentos.

Todavia a alimentação humana conforma-se num ato que transcende o saciar da fome, porque:

O ato de alimentar-se para o ser humano está ligado a sua cultura, a sua família, a seus amigos e festividades coletivas. Ao alimentar-se junto de seus amigos, de sua família, comendo pratos característicos de sua infância, de sua cultura, o indivíduo se renova em outros níveis além do físico, fortalecendo também sua saúde mental e sua dignidade humana. (VALENTE, 2002, p. 38)

Através da Tab. 13 pode-se constatar que a mudança nos hábitos alimentares é percebida por 50,0% dos entrevistados, ao passo que 43,3% julgaram que não houve grandes modificações em relação ao tempo dos pais e 6,7% julgaram que as mudanças ocorreram apenas em parte.

Essa transformação é relatada pelo agricultor MAF:

¹⁰³ Informação fornecida por ER (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007.

Eu acho que mudou bastante. Para começar os temperos, antes se usava toucinho e graxa, hoje se usa óleo, sason, essas coisa prá nós não existia. O arroz nós só comia batido, nós batia no pilão. Antes a mãe fazia sopa de galinha com massa de farinha e hoje tem sopa pronta no supermercado. E os congelados nem existia, além de não ter energia, não se tinha condições para comprar isso, hoje em dia tu vai no supermercado e está tudo prontinho. (informação verbal¹⁰⁴)

Aqui se percebe a alteração do sabor pelo uso de temperos, o modo de preparar a sopa de galinha, “com massa de farinha”, que agora já vem pronta, além da introdução de produtos congelados que “nem existiam naquela época”.

Tabela 13 – Distribuição percentual dos entrevistados segundo a opinião sobre a mudança, ou não, de hábitos alimentares em relação ao tempo dos pais.

Mudança nos hábitos alimentares	%
Sim	50,0
Em parte	6,7
Não	43,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Sobre a transformação no modo de preparo dos alimentos outros depoimentos destacam certos aspectos dignos de nota, como o da esposa do agricultor EB:

[...] eles diziam que era grão de café e se misturava e torravam uma batata doce que eu me lembro e misturavam e tomavam, e o café da tarde era misturado com erva, com essa erva mate Desde a época de criança o nosso pão era sempre feito com farinha de milho. Pão de trigo só se tinha em época de festas aniversário de alguém, Natal ou coisa assim, não se conhecia pão feito com farinha de trigo, era sempre a farinha de milho e se usava muito a canjica que era descascada no pilão. Quanto ao café se tinha uma máquina que a gente torrava o grão. (informação verbal¹⁰⁵).

A mesma agricultora se reporta a uma geração anterior, a de seus avós, e relata:

Não temos tanto acesso a essa farinha de milho, fazer mingau que nem fazíamos para as crianças é uma coisa que costumamos usar no leite, fazer o repolho refogado, o chuchu não escorrer a água para deixar e aproveitar até os nutrientes desses alimentos para serem melhor aproveitados, a maneira de preparar o feijão. A minha avó, que hoje teria uns 150 anos, se

¹⁰⁴ Informação fornecida por MAF. (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007.

¹⁰⁵ Informação fornecida por NB esposa de EB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Canguçu, Jan./2007

fosse viva talvez muito mais, e meus pais que hoje teriam mais que 90 anos e meus avós maternos que conheci e também faleceram com quase 100 anos. A gente tem muitas lembranças que elas usavam muitas frutas. Parreira tinha que ter em todas as casas muita uva, laranja, bergamota, tanto quanto marmelo tinha bastante, as árvores frutíferas era uma coisa sagrada quando éramos crianças não podia se quebrar um galho, não podia bater com um vara para apanhar as frutas tinha que ter muito cuidado para não danificá-las para que pudesse sempre existir para gente. (informação verbal).

Esse depoimento expressa uma experiência acumulada e transmitida através das gerações, reporta-se ao conhecimento trazido pelos primeiros imigrantes. Encerra uma visão de mundo que necessita ser resgatada e novamente ser colocada em prática numa sociedade que se enfrenta as dificuldades crescentes no atendimento às necessidades de consumo alimentar.

As aparentes facilidades para consumo de produtos desconhecidos e sem qualidade, batem à porta dos agricultores familiares através de kombis e caminhões que trafegam, atualmente, pelas comunidades rurais para vender produtos alimentares, incluindo hortifrutigranjeiros.

5.10 O comércio de hortifrutigranjeiros nas comunidades: as kombis na cena rural

O contato com a realidade concreta permite comprovar que o abastecimento alimentar das famílias foi consideravelmente modificado. Há aproximadamente quatro décadas, ou seja, antes do auge da modernização, seria impensável que famílias rurais adquirissem gêneros de primeira necessidade, além do café, erva-mate, trigo ou açúcar refinado. As referidas “kombis” trafegam pelas estradas rurais vendendo especialmente hortifrutigranjeiros, paradoxalmente, legumes, verduras, frutas entre outros produtos.

A atitude manifestada no sentido de não comprar os alimentos oferecidos pelos comerciantes das kombis é assim justificada pela mãe do agricultor VM : “não só Kombi [passam por aqui] porque outras pessoas daqui mesmo da comunidade, aqui tem dois irmãos que fazem isso, eles vão no Ceasa em Pelotas buscar e vende no interior o que quê eles fazem normalmente” (informação verbal¹⁰⁶)

E o agricultor EH fala: “Ah isso tem, duas vezes por semana, oferecem de tudo, repolho, beterraba, cebola, as pessoas compram porque é barato. É barato, a

¹⁰⁶ Informação concedida por VM (agricultor), em entrevista realizada no município de Pelotas, Jan/2007

gente acaba comprando quando não se vai para a cidade. Frutas também, o que não tem na época” (informação verbal¹⁰⁷).

Apesar dessa constatação, muitos agricultores resistem e não compram os alimentos. A Fig. 6 registra a posição dos entrevistados em relação ao fato de comprarem ou não os produtos comercializados através das kombis.

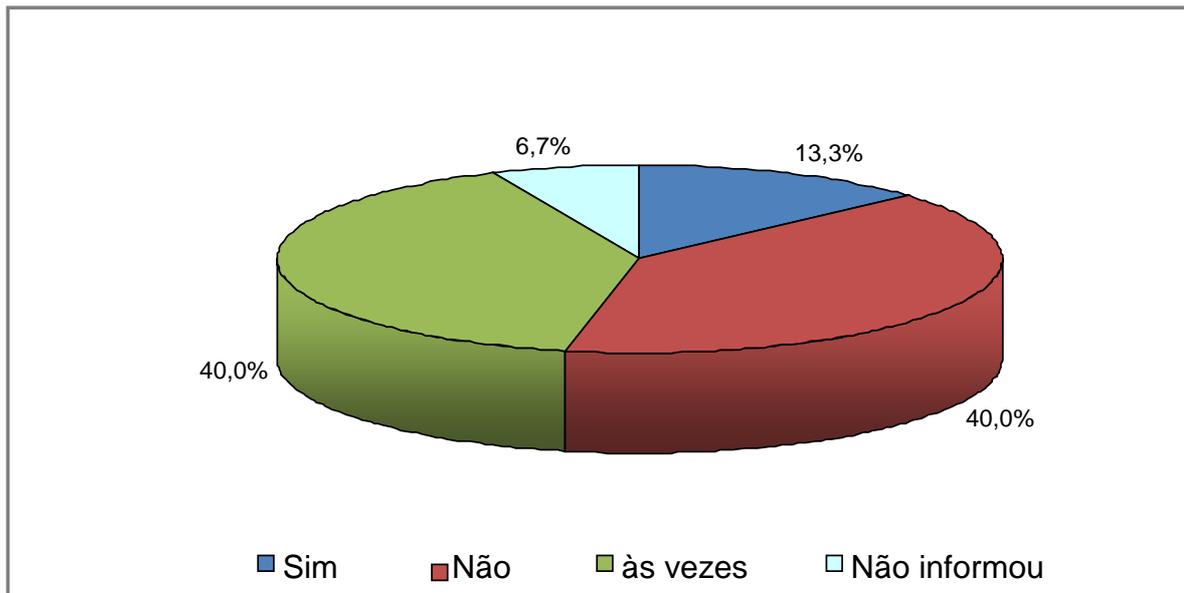


Figura 6 – Distribuição das famílias entrevistadas segundo a informação sobre a compra de produtos nas kombis.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Constatou-se que 40% dos agricultores familiares não compram os alimentos, 40% o fazem às vezes, e 13,3% costumam comprar esses produtos. Ou seja, em maior ou menor medida, 53,3% adquirem parte de suas necessidades de legumes, verduras e de outros produtos através do comércio ambulante.

A atitude manifestada no sentido de por não comprar os alimentos oferecidos pelos comerciantes das kombis é assim justificada pela mãe do agricultor MH “passa uma kombi também vendendo fruta, mas a gente não compra porque vê a higiene deles é de péssima qualidade. Os caras de pé, em cima todos sujos, então a gente prefere não comprar e diz que as frutas são todas machucadas, a gente não compra”

Aqui aparece de forma clara a percepção que os agricultores familiares possuem de segurança alimentar, apesar de desconhecerem a importância que

¹⁰⁷ Informação fornecida por EH. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

essa noção adquiriu na atual conjuntura. Esse entendimento é recorrente em depoimentos que registram a idéia construída em torno aos alimentos vendidos pelas kombis:

Sem dúvidas eu não saberia o que estava comendo, é uma alimentação super duvidosa não tem etiquetas, não tem nada que proteja que diga que não tem agrotóxico. Por isso, o que se produz na própria horta a gente sabe, não vai botar agrotóxico. E se botar tem as carências... se aparecer um bichinho? Antes um bichinho vivo do que morto. (informação verbal¹⁰⁸).

Esse depoimento vem ao encontro das preocupações do estado a respeito da importância da educação para o consumo de alimentos adequados. Essa questão pode ser abordada a partir de três pontos de vista destacados por Maluf (2007, p. 140):

Um deles é o da educação alimentar e nutricional voltada para aprimorar hábitos, difundir noções de higiene e adequar a composição da dieta alimentar, de modo a prevenir doenças e deficiências. Outra abordagem refere-se à conscientização relativa aos direitos do consumidor [...] e uma terceira abordagem voltada para a valorização dos aspectos sociais, ambientais e culturais envolvidos na produção e distribuição dos alimentos.

A educação para o consumo dos alimentos junto aos agricultores familiares é atualmente veiculada através do trabalho de organizações não-governamentais e movimentos sociais que incentivam a produção sem o uso de agrotóxicos, que simultaneamente atuam, adotando uma postura mais crítica diante dos apelos do mercado.

No município de São Lourenço do Sul, existe uma cooperativa que nasceu da necessidade de apoiar a comercialização de hortifrutigranjeiros por parte de agricultores familiares. A agricultora, ET, ao explicar que a família é cooperativada há 15, anos diz:

Veja, como era difícil naquele tempo, foi a dificuldade que fez os colonos se abraçarem. Acho eu, essa lição que eu tive é que éramos muito explorados por intermediários. Agora a gente tem uma enorme vantagem que não tinha: compra e vende tudo ali tem os agrônomos, os técnicos agrícolas que dão assistência, tá bom, incentiva a gente a ficar na área da agricultura. (informação verbal¹⁰⁹)

A família da agricultora citada, cuja produção principal é o fumo e o leite, procura manter a produção para o seu autoconsumo porque reconhece sua

¹⁰⁸ . Informação concedida por ER (agricultor), em entrevista realizada no município de Canguçu, Jan/2007

¹⁰⁹ Informação fornecida por ET (agricultora), em entrevista concedida no município de São Lourenço do Sul, Jan./2007.

importância. Ela informa que: “[...] a gente faz manteiga, queijo, schmier, pão, bolo, bolacha, tem horta, tem todos os produtos da época, tem fruta, ovos, tem galinha, tem porco”

Apesar dessas iniciativas, 13,3% dos agricultores familiares, compram alimentos que poderiam ser produzidos na propriedade.

A chegada à casa de uma das famílias entrevistadas, logo após o café da manhã, permitiu com que observássemos os alimentos consumidos nessa refeição. Na mesa vimos que havia margarina e pão industrializado. Essa observação coincide com o que a agricultora fala acerca das modificações ocorridas na alimentação de sua família, comparando-a ao tempo de seus pais. Sobre esse aspecto ela declara; “a gente quase não comprava nada, agora é que a gente compra tudo fora desde a fruta, verdura a gente compra tudo, né?”.

O último depoimento reveste importância na medida em que expõe, com bastante nitidez, as mudanças que vêm sendo alvo os hábitos alimentares e de consumo, em geral, por parte das famílias rurais dessa região gaúcha. Mais do que a questão de ter satisfeitas suas necessidades de consumo, trata-se de um aspecto intrinsecamente ligado à cultura camponesa dessas famílias, ou seja, à própria ancestralidade dos indivíduos.

5.11 Compreendendo outra dimensão da segurança alimentar: se come melhor hoje ou antigamente?

Analisando os dados da Fig. 7, correspondente à percepção dos agricultores acerca da melhoria (ou não) das condições de alimentação, comparando-as ao tempo dos pais, observou-se que 80% dos agricultores familiares do município de Pelotas consideram que a alimentação das pessoas efetivamente melhorou. Já nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu, os índices se situam em 50% e 60%, respectivamente.

O agricultor JC assevera:

Eu acho que hoje em dia o pessoal come mais frutas e verduras. Antigamente, com a moda que eu me criei, minha mãe e o meu pai queria a comida muito gorda. Tinha que ter molho, não podia faltar molho, era pura banha, água muito pouquinho. Se a minha mãe botava um pouco mais de água ele reclamava que era só água, Era muita gordura, se matava porco também se cozinhava com banha [...] agora eu uso mais óleo de girassol. (informação verbal¹¹⁰)

¹¹⁰ Informação fornecida por JC. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

Esse agricultor percebe que houve a introdução de novos elementos no cardápio como frutas e verduras e a supressão da banha. No seu entendimento, esse fato melhorou a qualidade da alimentação. No entanto, ele fala a partir do seu *modo de vida*, com ênfase para o papel da horta, de onde retira um produto cultivado sem agrotóxicos, que lhe assegura a qualidade do mesmo. Essa experiência não pode ser generalizada para outras realidades, pois nem sempre a introdução de novos alimentos assegura a manutenção destas práticas de autoprovisão.

No entanto, o agricultor CS expõe outra idéia a respeito, tendo por base a alimentação em geral:

Comem mais, eu só não posso garantir se é melhor porque tem muito produto com agrotóxico, muito produto que se compra no supermercado como embutidos e coisa assim e eu não sei se esses produtos são saudável que nem o nosso. Aqui a gente pensa que come melhor. (informação verbal¹¹¹)

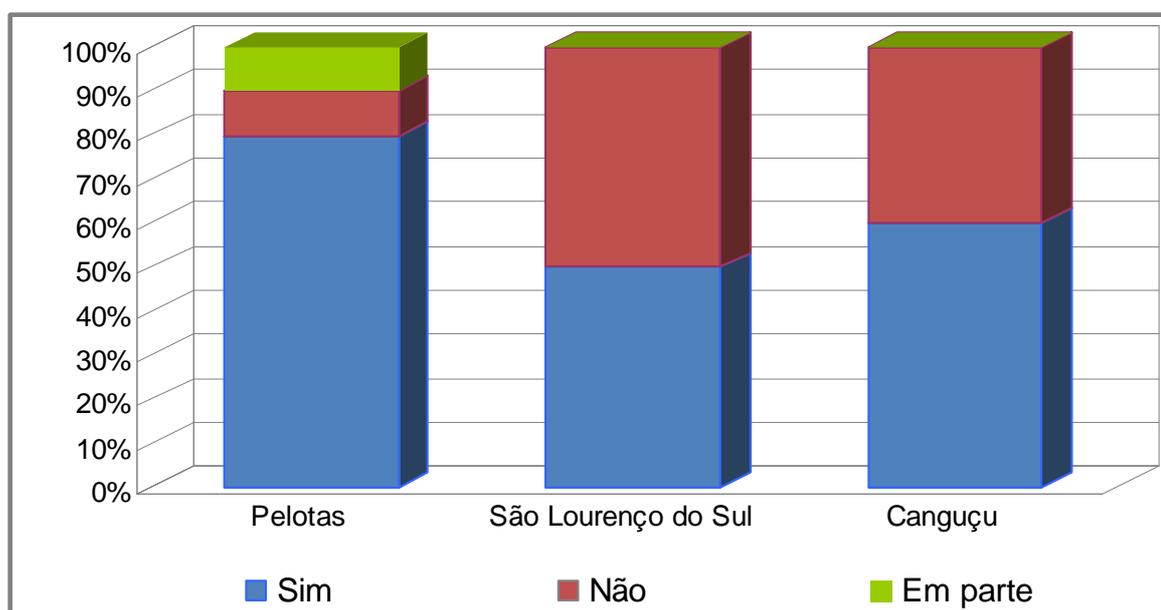


Figura 7 – Distribuição das famílias entrevistadas segundo a informação sobre a ,melhora da alimentação hoje se comparada ao tempo dos pais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Comer mais, mas sem a certeza de que o produto tenha qualidade reforça a importância das práticas de autoconsumo.

¹¹¹ Informação fornecida por CS. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

No depoimento do agricultor EU, aparece o problema da obesidade como outro aspecto ligado à segurança alimentar dos indivíduos:

Hoje estão comendo mais porcaria, tu vai no supermercado é à base de salgadinho, tem a venda mas compra quem quer, acho o pessoal muito mais conscientizado [...] anos atrás, se nascia gordo e morria gordo [...] se uma pessoa quer emagrecer hoje ela tem mais facilidade. (informação verbal¹¹²)

A insegurança alimentar e nutricional, manifesta-se através da fome oculta, da desnutrição e da obesidade. No relato em análise, o agricultor associa a alimentação com a obesidade, que se caracteriza pelo “peso corporal acima do normal como conseqüência da acumulação excessiva de gorduras ou uma manifestação de hipernutrição” (MALUF, p. 102, 2007).

No Brasil, esse grave problema é dimensionado pela Pesquisa de Orçamento Familiar - POF 2002-2003 indicando a existência de 10,5 milhões pessoas sob a condição de obesidade.

A percepção da obesidade, decorrente do “consumo de porcarias”, indica que nosso entrevistado possui conhecimento de um problema para o qual não havia solução no tempo dos pais porque, segundo ele, “se nascia e morria gordo”.

De acordo com MALUF (2007, p. 141), “a insegurança alimentar aparece devido a um conjunto de fatores ambientais, políticos, sociais, econômicos e culturais, e também devido à inabilidade do grupo para lidar com esses fatores de risco, de forma efetiva e continuada”.

Entendemos que um dos requisitos imprescindíveis para ensejar ações consistentes no combate à insegurança alimentar seja justamente reverberar, no âmbito comunitário, programas de curto, médio e longo prazo.

Cabe observar que foi recorrente, nos depoimentos dos entrevistados, que as pessoas necessitadas da comunidade recebem ajuda efetiva do governo. Um deles critica essa ajuda dizendo: “no caso eu tenho um vizinho que recebe ajuda, ele passa o dia na sombra, só esperando prá receber, não tem estímulo, se não passar fome”. (informação verbal¹¹³)

Outro depoimento também deixa evidenciado a organização da comunidade a partir da Igreja:

¹¹² Informação fornecida por EU. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007

¹¹³ Informação fornecida por DB. (agricultor), em entrevista concedida no município de Pelotas, Jan./2007.

[...] a mãe é evangélica e eu sou católico então a gente aqui em baixo na Igreja, a gente fica sempre na volta e as famílias que tem dificuldade, porque sempre têm aquelas famílias que tem a dificuldade para conseguir alimento. Então sempre tem as campanhas [...] assim a gente acaba ajudando com algum alimento ou coisa assim. (informação verbal¹¹⁴)

Em contraposição, o agricultor VFM, ao justificar que as pessoas de sua comunidade não têm dificuldades na alimentação, argumenta: “todas as pessoas de menos poder, nem terra tem, mas consegue trabalho.”

O fator determinante nesse caso, para eludir a insegurança alimentar, é o acesso ao trabalho. Conforme referido na seção 3 dessa dissertação, os CONSAD(s) são organizações territoriais institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver diagnósticos e projetos de segurança alimentar, nutricional e desenvolvimento regional, geradores de trabalho e renda. Constituem-se como associações sem fins lucrativos, formados por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante.

Ações efetivas propostas pelos CONSADs poderão tornar-se importantes meios para minorar o problema do acesso aos alimentos pela via da geração de renda, mas, sobretudo, pelo resgate de certas práticas que sistematicamente vêm sendo esvaziadas, como é o caso da produção de legumes e proteína animal no próprio estabelecimento rural.

Pensa-se que através destas, poder-se-ia desacelerar o processo de empobrecimento do campo e dar novos rumos para a questão da segurança alimentar em nosso país.

Nestas páginas que conformam a presente seção realizamos um exaustivo esforço por discutir o tema da segurança alimentar, com ênfase nas práticas de autoconsumo adotadas pelas famílias entrevistadas. Exploramos outros elementos, especialmente os que se acham associados à percepção das pessoas, enfocando, inclusive, certos aspectos relativos à dimensão simbólica das práticas alimentares.

6 Conclusões

O estudo aqui apresentado tratou de elucidar diversos aspectos associados à complexa questão que envolve a produção para o autoconsumo nos estabelecimentos de agricultores familiares, tendo em vista a importância que esta prática representa para as famílias rurais, especialmente aos descendentes de colonos de origem alemã, italiana e pomerana residentes em municípios que integram a microrregião de Pelotas.

A segurança alimentar é hoje objeto de políticas públicas implementadas pelo governo federal a partir de diversos mecanismos, invariavelmente ligados à transferência direta de recursos às famílias e aos indivíduos residentes no perímetro urbano dos municípios brasileiros. Como é sabido, a insegurança alimentar e nutricional atingem a um universo de 39,5 milhões de brasileiros, sendo que destes, 9,5 milhões residem em comunidades rurais.

Nesse sentido, convergimos no entendimento de que existem poucas iniciativas consistentes destinadas a combater a insegurança alimentar no âmbito rural e que estejam efetivamente orientadas a fomentar a produção de autoconsumo das famílias como via capaz de reduzir o impacto desse grave problema social.

Constatou-se enormes vínculos existentes entre a dimensão do autoconsumo e o grau de mercantilização da agricultura nos estabelecimentos familiares. Muitas famílias, especialmente as que se encontram na condição de integradas ao complexo fumageiro, enfrentam sérias dificuldades de produzirem para o autoconsumo, sendo a deficiência de mão-de-obra um dos principais argumentos apresentados na realização das entrevistas. O tempo disponível, cada vez mais escasso, é dedicado ao trabalho árduo e insalubre da produção e secagem da produção de fumo.

Nessa perspectiva, a grande maioria dos agricultores familiares entrevistados apontou a baixa valorização da produção agropecuária obtida em seus estabelecimentos como elemento desalentador para busca de outras alternativas produtivas, o que, ao fim e ao cabo, pode comprometer, no longo prazo, a reprodução social de seus membros. A inexistência de mercados compatíveis com

a natureza dos processos produtivos da agricultura familiar, simultaneamente marcados pela menor escala de produção e regularidade na oferta, figuram como elementos em destaque para mostrar a crise dessa forma social de produção.

A adoção de uma política de liberalização do comércio pelo governo federal, a partir da determinação das instituições e organismos multilaterais, produz um cenário em que os agricultores vêem-se à deriva frente às contínuas oscilações do mercado, tendo que adequarem-se ao cultivo de produtos, muitas vezes não almejados, na tentativa de estabilizar seus rendimentos e assegurar a sobrevivência do seu núcleo familiar. Observou-se que muitas vezes, a difundida idéia da especialização produtiva, não traz os resultados esperados pois a dependência exclusiva a uma única forma de ingresso econômico (no caso em questão: leite, pêssego ou fumo), gera vulnerabilidade, instabilidade e endividamento.

O processo de mercantilização da agricultura passou a exigir dos agricultores familiares a utilização de maquinários e equipamentos que são apontados por eles como “facilitadores do trabalho”. Entretanto, o alto custo atribuído à sua aquisição e uso nas propriedades rurais, torna-se motivo de grande preocupação, dado que incidem diretamente nos custos de produção, impossibilitando-os de concorrerem com os preços de mercado praticados pela agricultura comercial.

Pressionados pelo processo de mercantilização da agricultura, os agricultores familiares intensificam suas horas de trabalho, tornam-se dependentes de tecnologias de custo incompatível com seus recursos e utilizam insumos cada vez mais caros. Esses fatores contribuem, conjuntamente, para minimizar a expressão da produção para o autoconsumo.

A pesquisa constatou alterações profundas no modo de vida das famílias rurais nas últimas décadas, a tal ponto que na época em que seus pais produziam seria inconcebível a possibilidade de se comprar qualquer produto de consumo alimentar, além do café, erva-mate, sal e, em alguns casos, o açúcar. Atualmente não somente produtos alimentares industrializados são crescentemente consumidos pelos membros das famílias, mas inclusive frutas, ovos, leite, carnes e legumes.

Embora os resultados da pesquisa tenham apontado para o fato da grande maioria preservar as práticas de cultivo para o autoconsumo alimentar, isso não significa que essa produção seja suficiente para assegurar a alimentação da famílias. Esse quadro reveste importância e serve para compreender o fato de que 53% das famílias entrevistadas haverem manifestado que regularmente compram

hortifrutigranjeiros de terceiros, particularmente de comerciantes que circulam com suas Kombis e camionetas nas estradas rurais.

Esses dados desfazem certas visões, freqüentemente romantizadas, que associam as colônias do extremo sul gaúcho a um espaço rural, que no passado, era ocupado por uma agricultura tipicamente camponesa, a qual assume hoje a forma de agricultura familiar. Há, portanto, uma série de aspectos a serem ampliados e aprofundados a partir da realização dessa pesquisa por outros investigadores comprometidos com a questão da segurança alimentar no espaço rural. O tema do autoconsumo responde a uma série de aspectos ligados ao âmbito estrito da família rural e ao universo mais amplo em que se acha inserida, tal como se buscou evidenciar a partir desse estudo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2002/Desenvolvimento_Rural.pdf>
- ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed., Campinas: Unicamp/Hucitec, 1998. 275 p (Estudos Rurais)
- ALMEIDA FILHO, N. Modelos de determinação social das doenças crônicas não transmissíveis. In: **Revista Scielo. Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 9, nº 4, Rio de Janeiro, out/dez, 2004, p. 1-20.
- ALMEIDA, M. W. B. A. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 1, vol. 1. jun, 1986.
- ARCHETTI, E., P. Introdução. In: Chayanov, A. V. **La organización de unidad económica campesina**. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p. 1-65.
- ARNALTE ALEGRE, E. Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación. In: GOMES BENITO, C.; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, J. J. (eds), **Agricultura y sociedad en la agricultura en la España contemporánea**, Madrid:MAPA, 1997, p.501-531. 1027 p.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005, 222 p.
- BATISTA FILHO, M. Da fome à Segurança Alimentar retrospectiva e visão prospectiva. In: **Revista Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 19, nº 4, Jul/Ago, 2003, p. 872-873.
- BELIK, W. As várias dimensões da Fome. In: **Jornal da Unicamp**. 12 a 25 de junho de 2006, p.2.
- BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade - São Paulo, vol. 15, n. 4, 2001, p. 119-129.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGH, S. Breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos*, 74. Março, 2006. Population Reference Bureau. Disponível em: <http://www.prb.org/pdf07/07WPDS_Eng.pdf>
- BESKOW, P. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). In: **Revista Estudos sociedade e Agricultura**, 12 de abril, 1999, p. 55-79.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. Situação alimentar no mundo, 2001. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: 5 jan. 2005.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **SEGURANÇA ALIMENTAR: 2004**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 144 p.
- BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Panorama da educação no campo. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/panorama.pdf>>

- CALDAS, N. V. **Agricultura familiar e Previdência Social Rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúcho**. 2008, 118 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 2001, 372 p.
- CAPORAL, F. R. Superando a Revolução Verde: a transição agroecológica no RS. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Vol. 3, nº 3, 2002, p 70-85.
- CAPRA, F. **Conexões Ocultas**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2002. 296p.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 8 de abril, 1997, p. 70-88.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro, entre o pão e o aço**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, p 1-132
- CHONCHOL, J. A soberania Alimentar. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.19, nº 55, 2005. p 33-48.
- COSTA, J. S. **O pescador de Arenques**. Pelotas: Educat, 2007, 424 p.
- COSTA, M. R. C. **Agricultura Familiar e sucessão hereditária: um estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- DECLARAÇÃO MUNDIAL DE ROMA. Disponível em: http://www.feedingminds.org/level3/lesson3/WFSdecl_pt.htm. Acesso em: 18 Jun.2006.
- FAO. O progresso em reduzir a fome parou virtualmente. Disponível em: <http://www.fao.org/english/new>. Acesso em: 18 jun.2006.
- FELICIELLO, D. e GARCIA, R. W. D.. Cidadania e Solidariedade: as Ações Contra a Miséria. In: GALEAZZI, M. A. (org). **Segurança Alimentar e Cidadania; as Contribuições das Universidades Paulistas**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1996. 352 p.
- FONSECA, D. Uma epidemia de suicídios. In: Revista Galileu. Globo, edição 133, agosto/2002. Disponível em <http://www.revistagalileu.globo.com> acesso em 30/10/2007
- GARCIA JR, Afranio. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 189 p.
- GRISA, C. **A produção “pro-gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: Ed MAPA, 1996, 186 p.
- ICARRD. **Estado e sociedade civil, acesso à terra e desenvolvimento rural: reforço da capacidade para novas governanças**, Porto Alegre, 7-10 de março de 2002, 33 p.
- KALOUSTIAN, S..M. (org). **Família brasileira : a base de tudo**.4ª ed. São Paulo: Cortez;Brasília, DF:UNICEF, 2000.
- KAUTSKY, K. **A Questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta, 1980. 149 p.

- LAMARCHE, H (coord) A agricultura Familiar.Comparação Internacional: uma realidade multiforme (trad. de TIJWA, A) Coleção Repertórios Campinas: Ed. Unicamp, 1993, 336 p.
- LANDO, A. M.; BARROS, E. C. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora: Movimento, 1981. 96 p.
- LAPPÉ, M. F., COLLINS, J., KINLEY, D. **Aid as Obstacle: twenty questions about our foreign aid and the hungry**. Institute for Food and Devepment Policy, Califórnia, USA, 1981, 191 p.
- LEFF, E. Agroecologia e o saber ambiental. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, vol. 3, n.º 1, Jan/Mar 2002, p.36-51.
- LEITE, S. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasilenã. In: BELIK, W. (org), **Políticas de Seguridad Alimentaria y nutrición en la America latina**, São Paulo: Hucitec, 2004, 367 p.
- LIMA, R. G. O desenvolvimento agrário no debate científico: uma reflexão paradigmática a partir dos clássicos. In: **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, vol. 13, n.24, p. 139-160, maio 2005.
- LUKÁCKS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**, nº. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- LUTZENBERGER, J. A. Prefácio Our Stolen Future. 23 de julho de 1997. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-future.html>> acesso em 26/10/2007.
- MALUF, R. S; MENEZES, F.; VALENTE, F.L. Contribuição ao tema Segurança Alimentar no Brasil. In: **Revista Cadernos em Debate**. NEPA, UNICAMP, 1966, p. 66-88.
- MANN, S. A. e DICKINSON, J. M. **Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista**. Literatura Econômica, vol. 9, n1, 1987, p. 7-26.
- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes 2002, 228 p.
- MARTINS, J. S. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido pela reforma agrária**. Rio Claro: Unesp/ 2º Enga, 1979.
- MARX, K. O capital. Resumo de DÉVILLE, Gabriel. Lisboa; Guimarães & C. Editores, 1975, 309 p.
- MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. In: **Agricultura em São Paulo**, vol. 50, n. 1, 2001, p. 11-24. .
- MENASCHE, R. **Comida: alimento transformado pela cultura**. IHU (UNISINOS). , v.4, p.9 - 13, 2005.
- MOONEY, P. H. **Tempo de trabalho, tempo de produção e desenvolvimento capitalista na agricultura: uma reconsideração da tese de Mann-Dickinson**. Literatura Econômica, IPEA, Rio de Janeiro, 1987, p. 1-118.
- MOREIRA, R. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, UFRJ/CPDA, 1999, p. 39-52.
- MOREIRA, R. Criticas ambientalistas à revolução Verde. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 15 de outubro, 2000, p 39-52.
- NOGUEIRA, M. A.. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos da gestão democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. 263 p.
- POULAIN, J. P. **Sociologias da Alimentação; os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: ED. da UFSC, 2004, 310 p.

- QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, 171 p.
- ROCHE, J. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul** (Trad. Emery Ruas). Porto Alegre: Globo, 1969. 874 p.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluratividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPel, 2003. 374 p.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Construindo a segurança alimentar? A experiência dos CONSADs no Brasil Meridional. In: **Revista Economia e Sociologia Rural**, vol. 45 nº 3 Brasília, July/sept, 2007, p 25 -44.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; GODOY, W. I. Agricultura familiar e segurança alimentar: Estudo de Caso sobre o autoconsumo no Rio Grande do Sul. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2005. (CD-ROM)
- SACCO DOS ANJOS, F.; Caldas, N. V.; GRISA, C.; NIEDELI, P. A., SCHNEIDER, E. P. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, **Anais do...** Cuiabá: SOBER, UERJ, UFMT, Embrapa Gade de Leite, Embrapa Florestas, 2004. (CD)
- SACHS, J. **O FIM DA POBREZA: COMO ACABAR COM A MISÉRIA MUNDIAL NOS PRÓXIMOS ANOS**. SÃO PAULO: COMPANHIA DA LETRAS, 2005. 449 P.
- SACHS, W. (editor). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 399 p.
- SALAMONI, G.. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: O caso da comunidade pomerana de Pelotas. In: **História em revista**, vol. 7, dezembro, 2001. p. 25-42.
- SANTOS, A. F, EICHOLZ, E., D e NEVES, E. **Agricultura Familiar: semente da esperança**. UNIAC, Canguçu, Menestrel Editora, 2006, 150 p.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 409 p.
- SILVA, M. O. S.; YASBECK, M. C., GIOVANI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004. 212 p.
- SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 127- 144.
- SOUZA, H. A alma da fome é política. Disponível em http://www.acaodacidadania.com.br/templates/acao/novo/publicacao/publicacao.asp?cod_Canal=6&cod_Publicacao=169> Acesso em junho de 2008.
- TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. FEA, Passo Fundo: EDIUFP, 1999.
- TEPICH, J. **Marxisme et agriculture: le apysan polonais**. Paris, Armand Colin, 1973.
- ULLRICH, O. Socialismo. In: SACHS, W. (editor). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 399 p.
- VALENTE, F L. S. **O direito humano à alimentação: desafios e conquistas** (org), São Paulo: Cortez, 2002, 272 p.
- VALENTE, F. L. S. A Evolução, Conceito e o Quadro da Segurança Alimentar dos anos 90 no Mundo e no Brasil. Publicação Eletrônica. Disponível em: <http://www.sept.pr.gov.br/conselhos/consea/artigos>>. Acesso em: 04 de abril. 2006.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991, 219 p.

- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 21, 2003. p. 42-62.
- WOLF. E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. O significado do alimento na família camponesa. In: Revista IHU on-line, Unisinos, 2007 p 12- 15. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>
- WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1997, 192 p.

Apêndices

Apêndice - A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome do entrevistador

Nome do entrevistado:

Idade:

Tempo de duração da entrevista (início/fim):

Data:..... Município:

- 1) Qual a principal atividade de produção a que se dedica a família?
- 2) Quantas pessoas vivem em casa? (ver aspectos como: escolaridade dos membros, idade, ocupação principal ou secundária, se há pensionistas na família, se fazem às refeições conjuntamente, há quantos anos vivem na propriedade, como essa propriedade foi adquirida?)
- 3) Como a família vê a situação da agricultura hoje? (perspectivas quanto ao futuro, se desejam que os filhos sejam agricultores, se gostariam de ficar vivendo no meio rural e quais as maiores dificuldades no momento?)
- 4) Como era a vida no tempo de seus pais? Quais as principais mudanças desse tempo para o de hoje? (como plantavam, o que produziam, o que compravam fora)
- 5) Houve mudanças na alimentação da sua família se comparado ao tempo de seus pais?
 - 5.1) Quais alimentos que seus pais costumavam fazer e que sua família ainda usa?
 - 5.2) Existe horta, pomar?
- 6) E as criações? Quais? Quem se dedica a elas?
- 7) Quais são os alimentos que a família produz para o “gasto da casa”? (tentar listar todos os alimentos)
 - 7.1) A família tem idéia de quanto gastaria se comprasse esses alimentos?
- 8) Há kombis ou caminhões vendendo verduras, frutas e demais alimentos na comunidade? Com que frequência elas aparecem?
- 9) A família adquire os produtos oferecidos pelas kombis? Quais os produtos que costuma comprar?
- 10) O Sr. acha que nos dias de hoje as pessoas comem mais e melhor do que passado?
 - 10.1) E na sua comunidade as pessoas tem facilidade de conseguir sua alimentação?

Apêndice B – Acervo de imagens do pesquisador



Apêndice B.1 – Visão panorâmica da microrregião de Pelotas RS que compõe o cenário dos estabelecimentos de agricultura familiar.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.2 – Casal de agricultores familiares produtores de pêssego no município de Pelotas -RS.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.3 – Família agricultores familiares produtores de leite no município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul.

Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.4 – Prédio que abrigou a família do colonizador Jacob Rheingantz situada na Coxilha do Barão - São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul.

Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.5 – Monumento em homenagem ao colono, localizado na Coxilha do Barão, São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.6 – Moinho desativado, Picada Moinhos, São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.7 – Galpão em estabelecimento rural no município de Cangucu com destaque para a produção de fumo, Rio Grande do Sul.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007.



Apêndice B.8 – Família de agricultores familiares produtores de fumo entrevistados no município de Cangucu, Rio Grande do Sul.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007



Apêndice B.9 – Agricultora na companhia de seus netos exibindo a produção para o autoconsumo no município de Canguçu, Rio Grande do Sul.
Fonte: Arquivo do pesquisador, 2007